¶ Novo anno historico, ou Novo Diario Portuguez. Noticia abreviada de pessoas grandes e cousas notaveis de Portugal.

= Vol I =

Primeira Parte: cousas notaveis de Portugal. = {1º tomo} =

Escripta na cidade de Coimbra pelo autor. — no anno de Christo de MDCCCCV — nos mezes de janeiro a setembro ———

UNIVERSIDADE · LIVRARIA DA

A quem ler:

Ha mais de dois annos já, o Mario Duque, que tinha tomado conta em Torres Novas, do *Jornal Torrejano*, periodico de tradições liberaes e mais ou menos republicanas, escreveu-me pedindo a minha collaboração com uma secção historica semanal.

Eu pensei um pouco. Pela primeira vez ia publicar cousas minhas; pela primeira vez eu ia ver em verdadeira letra d'imprensa um escripto meu, exposto aos olhos dos leitores da *Borda d'agua*, felizmente benevolos.

Hesitei, devo confessal-o. Sempre a mi-

nha pouca força de vontade reagir contra isso, de escrever causas, e pol-as aos olhos do publico. A repugnancia de publicar causas esteve quasi a vencer se não fosse a amizade velha com o novo advogado varzeano.

Consultei pois o kalendário e vi que o primeiro dia do jornal era o dia 10 de dezembro, e não havia facto notavel para memorar! Vali-me da vespera, dia em que fallecera Garrett...

Ah bom Garrett!... serviste-me para afamada estreia!

Escrevi... escrevi... li... emendei! E lá foi, pelo correio, para Torres, subscriptado para o proprietario do jornal, o Snr. Fernandes de Vasconcellos, esses trez ou quatro linguados com que eu começava

a minha carreira de jornalista. Era uma quinta-feira, lembro-me bem! Dia 3 de dezembro. Chovia e havia muito frio.

No dia seguinte a chuva não deixou de cahir e no melhor do vendaval recebi em guia de marcha com mais vinte e seis homens para Arganil, para proteger umas terriveis eleições da Misericordia.

Fui. Percorri os 60 kilometros de caminho; recebi sobre a farda não sei quantos decalitros d'agua, juntamente com esse saudoso grupo de soldados que nunca me esquecerá, e passei por fim uns bons dias n'aquella villa beirôa, até que me mandaram recolher.

Num d'esses dias, recebi o numero do Terrejamu que eu esperava ardentemente. Passeava com o então administrador, o

Dr. Eduardo Coimbra, sympathico rapaz — advogado, lintzacao e pandego — gala graça da villa. Abri sofregamente o jornal, voltei ás paginas do centro e vi!...

Lá estava: O Dia historico. Por debaixo: 9 de dezembro de 1854. E ainda por baixo: Morte de Almeida Garrett.

E o artigo seguia, seguia, columna e meia, bem claro, em verdadeira lettra redonda, no meio de noticias, de annuncios judiciaes, de reclamos de callicidas.

Havia o quer que fosse de extranho: a serra enorme, d'um lado, continuação da serra da Estrella; em frente a capelinha da Senhora do Mont'Alto; para o outro lado o valle fertil que vae ligar ao Alva e eu ali, com o artigo bem claro, num jornal, no jornal de maior circulação em Ar-

res Novas! A vaidade venceu, e com um gesto indifferente e enfadado mostrei-o ao doutor:

— Aquelle Mario… um massador… obriga-me a escrever banalidades…

E o Coimbra, depois de ler, lançando-me o olhar vivo e intelligente por decima dos oculos, entregou-m'o:

— Está um bom artigo…

Estava pois definitivamente consagrado escriptor. Tinha um artigo publicado em lettra d'imprensa e a admiração benevolente e animadora do administrador de Arganil…

Se não recitei o artigo, se não cantei o artigo, nem o dancei, como com muita graça nos conta José Pereira de Sampaio Bruno na Ideia de Deus, pe-

lo menos... oh! com certeza!... saboreei-o com delicia!

Assim comecei com os meus artiguitos historicos que os leitores de Torres Novas leem semanalmente com a benevolencia de certo egual aquella com que se atura um massadôr que se quer tratar bem.

Quando juntei alguns comecei a lembrar-me vagamente de encher o anno com pequenos artigos identicos mas só o resolvi quando, passado quasi um anno sobre os factos narrados, o grande amigo José Maria Dias Ferrão me pediu egual cousa para o seu jornal, o _Jornal da Louzã_.

Accedi, com prazer, nem doutra maneira accederia a um pedido do meu a-

tiço compendeiro da Universidade e só então me abalancei a completar os 366 dias d'um anno bisexto.

Assim teve origem este Novo anno historico cujo nome eu roubei á bem recheiada obra de Fr. Francisco de Santa Maria.

D'então para cá, quanto a minha irreductivel indolencia o consente tenho lançado mãos á obra, sem pretenções de litteratura ou de critica.

Simplesmente, sem a preoccupação da originalidade, — por isso que escrevo sempre com volumes abertos em volta — eu tenho escripto estes pequenos capitulos com a unica preoccupação da sinceridade nas apreciações e da subordinação d'alguma critica que me atrevo a fazer, a um

ponto de vista perfeitamente subjectivo.

A historia para mim é o que disse Oliveira Martins, é uma licção moral.

Os factos são pequenas figuras que formam a grande serie de quadros que aos nossos olhos interrogadores offerece o grande conjuncto da historia; e arte consiste pois em vel-os não como um simples curioso, mas sim, com ~~olhos~~ olhos de verdadeiro artista.

Dizia Garrett com graça[1]: « eu não posso abrir um livro d'historia que me não ria. Sobretudo as ponderações e adivinhações dos historiadores acho-as d'um comico irresistivel. O que sabem elles das causas dos motivos, do valor e importancia

[1] Viagens na minha terra — pg 285

"de quasi todos os factos que recontam?»

Será algum tanto acertada esta humoristica reflexão do escriptor glorioso; mas se é para rir o modo porque se pondera este ou aquelle facto, se é para rir a maneira porque se avalia os pensamentos de certos homens que tiveram o cuidado de os não confiar a ninguem, não é de certo para rir e para troçar o espirito criterioso e recto que sabe ver nos homens e nas cousas á luz d'uma razão lucida e d'uma fina observação psycologica, o resultado de muitas causas que se juntam como quem com diferentes materiaes produz — possuido d'uma emoção forte — uma obra d'arte.

A historia é pois, um museu, como disse o mallogrado Moniz Barretto.

XIV

Percorrendo esse museu, quadro por quadro, pausando em frente de cada um d'elles, analysando as figuras, o fundo, as cores, a *factura*, nós podemos talvez calcular a intenção artistica da obra, assim como a emoção ou o sentimento artistico do autor.

Passando a analysar os outros quadros; procurando comparal-os; achar a rasão porque o autor os fez; procurando dispol-os por certa ordem; nós podemos — quem sabe! — achar por fim alguma rasão afastada e quasi desconhecida que presidiu á fundação da galeria e que ali juntou sob o mesmo tecto tanta obra boa e tanta obra má.

E não se poderia chamar a isto um catalogo, alphabetico, methodico, simples...

Por isso ella é, a historia, sobretudo e acima de tudo, uma lição moral.

Coimbra = 23 de
fevereiro de 1906.

A historia é sobre tudo, uma lição moral.

O. Martins: *Historia de Portugal*, advert.ª

... a Historia é um museu.

Moniz Barreto: *Revista de Portugal*, nº 1, pg 8

I

1 de desembro de 1640 = _A restauração_.

A restauração... de quê? De Portugal? Não: a restauração da monarchia...

O conde da Ericeira, D. Luiz de Menezes pretende provar nos seus rethoricos volumes que Portugal foi, d'uma vez para sempre restaurado; mas estamos convencidos de que é uma verdade o que elle proprio diz: «uma das "maiores emprezas do mundo é a reso"lução de escrever uma historia»(1) par-

(1) _Portugal Restaurado_ — I v. Prologo

que, querendo mostrar quanto foi grandioso, heroico e extraordinario esse movimento que separou Portugal do reino de Castella, veiu provar aos que o leem com a imparcialidade e a fri-eza do critico, que a restauraçaõ que se deu foi da monarchia e não do anti-go Portugal. E ao mesmo tempo, por entre a rethorica das suas paginas, vê-se claramente que a propria monarchia foi restaurada, no sentido que hoje damos a esta palavra, isto é — d'uma cousa velha, pôdre, cheia de pó e carun-cho fez-se uma cousa nova, pintando num ponto, caiando noutro, limpando aqui, concertando acolá; foi o que hoje se chamaria a restauraçaõ d'uma an-tiguidade historica, mas sem um pla-no d'artista consciencioso, nem a alma d'um operario intelligente e nobre.

Foi quasi uma restauraçaõ de bric à-brac, sem isto querer offender a

memoria do conde, que disia no seu prologo: «até agora não sahiu ao mundo historia mais verdadeira.»(1)

O facto da separação não se podia dar, de resto, d'outra maneira. Durante sessenta annos a politica hespanhola absorveu tudo o que havia de melhor no paiz conquistado e o paiz prestava-se docilmente a tudo, como se prestou á unificação quando o dinheiro correu á larga pela gente alta. Não havia indicio de rebellião; o jesuita tinha-se apoderado já da pobre raça corrompida pela India magnifica e deslumbrante e com a paciencia e resignação que sempre dá a desgraça e o soffrimento, o povo esperava, por um alvorecer formoso que apparecesse esse _desejado_, esse rei _encoberto_ que morrera em Africa no turbilhão d'um combate.

(1) _Portugal Restaurado_ — Prologo cit.º

Ninguem se lembrava de uma revolta. Para quê? E de facto, para que serviria uma revolta se Castella era tão poderosa e o paiz era «uma região desolada e núa»[1] em que não havia um homem que quisésse ser rei, não havia exercito, não havia nada? Era uma loucura, de certo...

Contudo, os terriveis jesuitas, conscios do seu poder trabalhavam á occultas. Meio-seculo passado começou a fallar-se vagamente d'uma revolução d'um acto heroico que salvasse o paiz da opressão extranha. Pensou-se, discutiu-se, conspirou-se, mas tudo no ar, sem planos, sem uma cabeça á frente que se impozésse por uma grande qualidade.

«A empresa tinha — diz ainda o Portugal restaurado[2] — as esperanças lon-

(1) Oliv.ª Martins: Hist.ª de Portugal, II v.
(2) I vol. liv. VI, pag. 121

"ge e os perigos e os perigos perto" o que sem duvida era uma verdade, mas nas sallas em que se reuniam os conspiradores, Savia, por detraz dos bellos reposteiros brasonados, a roupeta, dirigindo os acontecimentos, como n'um theatro o contra-regra marcando as entradas ou as trovoadas rugidoras.

Foi assim que se preparou o 1º de dezembro: a conjuração ia realmente a effeito, mas... onde estava o rei? Ah! sim... o rei caçava, cantava, comia no seu palacio ducal de Villa-Viçosa protestando perante a corte de Madrid a mais rigorosa obediencia e submissão.

Mas, quem fazia caso d'elle? Os conjurados reuniam-se e depois mandávam um homem através do Alemtejo participar-lhe o que tinham deliberado. O duque de Bragança, obedecia.

Em Madrid sabia-se o que se fazia e o que se projectava; nada era se-

gredo. Foi tudo «apparencia e comedia»[1]

Contudo, a boa-vontade, foi um facto indiscutivel; os conjurados não foram grandes, nada teem de heroicos, mas foram positivamente muito sympathicos e dignos na comedia em que entraram.

Um dia mandaram recado ao duque: venha! venha! e sahindo para a rua encontraram-se todos no paço e disseram como quem estava disposto a um sacrificio:

— Vamos a isto!

E entraram pelas escadarias e corredores. A duqueza de Mantua, varonilmente, dominando o tumulto, disse:

— Que es esto, Portugueeses?

E Miguel de Vasconcellos, o secretario, querendo fugir, foi lançado por uma janella para a rua e morto; a

[1] O. Martins: Hist.ª de Portugal, II, p. 126

duqueza foi encerrada n'um quarto e n'alguns minutos estava consummada a restauração da velha monarchia, na pessoa d'um descendente do mestre d'Aviz. Quem era elle? Era o duque de Bragança, D. João, musico, caçador, hypocrita, mau, fraco...

O medo é que o fez vir do Alemtejo a Lisboa; foi acclamado rei e começou a governar, dando assim uma prova do que dizia o padre Vieira, de que elle era o encoberto, o homem desejado.

Mas o povo não era o mesmo que acclamára o seu antepassado. Indifferente, inepto, cobarde, hypocrita por educação dos jesuitas, via tudo resignadamente, ia soffrendo da mesma maneira, sem ver que aquelle que subira ao throno para o governar, não era digno da grande herança que ficou dos heroes d'Aljubarrota.

Do 1º de dezembro, da restauração infeliz d'um throno, hoje nada ha que nos

lembre com orgulho esse facto, além do mesmo thema mais decahido ainda é da philarmonica que annualmente, nos faz ouvir com grande estrondo de mu-sicas e foguetes, o hymno nacional...[1]

[26-XI-904]

II

8 de dezembro de 1720 — A Academia Real d'Historia Portugueza.

« Para que conste as acções tão dignas de
" memoria que neste reino se tem obrado
" no augmento do serviço de Deus, da egre-
" ja catholica, dos reis predecessores e meus »
o magnifico rei D. João V, fundou por

[1] Bibliographia: D. Luis de Menezes: Portugal restaurado, I vol. — Rebello da Silva: His.

decreto de 8 de dezembro de 1720[1], do qual transcrevemos estas palavras, a Academia Real d'Historia Portugueza para cuja fundação escolheu — segundo elle proprio diz[2] — o dia de Nossa Senhora da Conceição padroeira do reino.

O nosso rei fidellissimo, pois, quereu do que o seu nome não passásse á posteridade somente pelos monumentos que fundára ou pelo dinheiro que fazia correr do Brazil para Roma, fundou uma academia, uma academia para deixar o seu

toria de Portugal, tomo IV — Oliveira Martins Historia de Portugal, livº VI, cap. III — Pinheiro Chagas: Historia de Portugal, vol. cap. — Ferdinand Deniz: Portugal Pitoresco, v. 2º, p 336 — Ant.º Xavier Rodrigues Cordeiro: Serões d'Historia, II v. p 175-188 — Teixeira de Vasconcellos: Les Contemporains, 2ª parte, cap. VI — Olympio de Freitas: Os Heroes de 1640 — Fernandes Reis e Mayer Garção: Os Vermelhos, p 65.

(1) Este decreto vem transcripto em P. Chagas: Historia de Portugal, v.º 6º, p 382

(2) Decreto cit.º

moria aos vindouros, nos bellos volumes encadernados, de magnifico papel de linho.

O serviço prestado ás lettras foi bem, mesmo util; a sua alta protecção fez progredir e valer d'alguma cousa uma agremiação que entregue a si nada ou pouco daria. A intenção, verdade seja, era a vaidade de ver impressas as suas acções «tão dignas de memoria» ou de se dizer que dedicava cuidado e attenção ás lettras; contudo, o que é um facto é que o facto foi d'um grande alcance e utilidade e «bastante lhe devemos descontar — diz Pinheiro Chagas[1] — dos seus immensos peccados.»

As academias andavam em voga; faziam-as de tudo: dos anonymos, dos occultos, dos ignorantes! O titulo de academico diz o Snr. Theophilo Braga[2] «era quasi uma

(1) Hist.ª de Portugal, v. 6º, pg 381
(2) Arcadia Lusitana — pg 25.

distincção social » e a mania entrou as portas do proprio paço. D. João V que mandára levantar Mafra para attestar a sua grandeza, queria agora ser, tambem, um académico, um homem de lettras!

Era preciso satisfazer a sua vaidade toda! Por isso os homens profundos da epocha, os graves eruditos, lhe mostraram a lastima em que tinha cahido o estudo da nossa historia, perfeitamente « ao desamparo da orphandade. »[1]

A insinuação surtiu; o erudito D. Manuel Caetano de Sousa, recebeu em confidencia o grandioso projecto e depois de varias reuniões preparatorias foi finalmente fundada a Academia « instituida generosamente » no dizer do arcebispo Cenaculo.[2]

(1) Escripto anonymo, publicado no Panorama, v. IV, pp 29

(2) As artes, as lettras e as sciencias no tempo d'el-rey D. João V (No Panorama, vol. VII, 251)

Foi, como dissemos, no dia da Immaculada Conceiçao que o decreto sahiu, mas n'esse mesmo dia se fez a primeira sessao regular, á noite, no Paço da Casa de Bragança comparecendo 34 academicos, dos 50 com que ella era constituida. E, para a empreza «ser o simulacro da verdade»[1] tomáram por divisa as palavras Restituet Omnia.

Foi primeiramente, lido o decreto real; depois, o director D. Manuel Caetano de Sousa leu o discurso d'abertura solemnemente, e nomeou-se por fim a comissao que devia fazer os estatutos.

Estava pois aberta a pomposa academia onde, de facto, se viam das melhores e das maiores capacidades do tempo: Padre André de Barros, D. Antonio Caetano de Sousa, Barbosa Machado, o conde da Ericeira, Soares da Silva, Fr. Lucas de Santa Catharina, Bluteau, e outros muitos. Deste grupo de eru

[1] Escripto anonymo, cit.º

ditos e de sabios sahiria o renome do rei magnifico, sahiria a sua fama para a posteridade admirada.

Elle proprio, sentindo-se de facto um academico, honrava « muitas vezes com a sua "real presença » diz um manuscripto da epocha[1] as sessões e conferencias da grave e talentosa academia.

Por isso as suas obras, bafejadas pela real protecção sahiram ricamente impressas, em explendidos volumes, com grande nitidez de impressão, bom papel e bellas vinhetas gravadas em aço. Por isso, segundo o citado arcebispo Cenaculo « elle merece "elogios mui decorosos pelo ardor com que "se esmeraram, pelas muitas obras de neces-"saria instrucção e muito apuradas que "produziu »[2]

Não ha duvida tambem que D. João V se

(1) Citado na *Arcadia Lusitana*, p. 38
(2) Obr. citª [a p. 262 do vol. VII do *Panorama*]

começaram em a encher de honras e privilegios; varios alvarás e decretos sahiram[1] para lhe concederem todos os beneficios e entre elles o de isentar todas as suas obras da censura previa e das licenças do Desembargo do Paço.

As suas obras foram, de facto, notaveis. Sahiram algumas de grande folego como: a _Historia Genealogica da Casa Real_ com o _Apparato_ em innumeros volumes e a cujo auctor, D. Antonio Caetano de Sousa, Oliveira Martins chama «um historiador encantado;»[2] a _Bibliotheca Lusitana_ de Barbosa Machado, as _Memorias para a Historia de D. João I_ de Soares da Silva, o _Vocabulario_ de Bluteau e outras muitas cujo catalogo se pode ver facilmente.

(1) Veem transcriptos alguns e citados outros, em: Chagas: _Historia de Portugal_, v. 6º, p. 382, _Arcadia Lusitana_, p. 39 e no _Panorama_, vol. IV, 30 artº anonymo.

(2) _Histª de Portugal_ — vol. 2º, p.

Mas, como tudo, o enthusiasmo dos academicos esmoreceu passados annos; e a Academia tão pomposamente fundada pelo rei fidelissimo foi cahindo a pouco e pouco até que por fim morreu no meio do esquecimento geral. As suas obras de funda e pesada erudição são hoje como que um monumento grandioso; longe como se estava ainda da nova orientação do estudo da historia, da moderna critica e dos modernos pontos de vista, ellas são contudo umas obras esplendidas, d'uns homens eruditos e summamente trabalhadores e que nos revelam a par d'isso a magnificencia do rei no aspecto dos seus volumes. São como o monumento de Mafra; uma cousa grande, para se ver, para se admirar, mas, no fundo uma enorme pensaloria... (1)

[2 - XII - 904]

(1) Bibliographia: Theophilo Braga: A Aca-

III

25 de novembro de 1510 = Tomada de Gôa por Affonso d'Albuquerque

«Grande e não cuidado pavôr»[1] foi de certo aquelle que cahiu sobre a formosa cidade de Gôa, a perola do Malabar, quando a 27 de fevereiro de 1510, Affonso d'Albuquerque, o terribil appareceu com a sua flammante esquadra, em som de guerra, á barra do Mandovi. O echo das façanhas do heroe portuguez, do leão dos mares, eram

cadia Lusitana, p. 35 e seg.tes — P.e Chagas: Historia de Portugal, v. 6.º, p. 381-383 — Innocencio: A Academia de Hist.a Portugueza, no Panorama, vol. IV, p. 28 — Cenáculo: As artes, as lettras e as sciencias no tempo d'el-rey D. João, (d'um manuscripto) no Panorama, v. VII, p. 261 — Ferdinand Denis: Portugal Pittoresco, 3.º, p. 263

(1) Frei Luis de Sousa: Hist.a de S. Domingos, 3.º, 208

a sufficiente força para se arremeter contra uma populosa cidade; mas na armada vinha uma força ainda maior e a formosa cidade «a mais illustre e conhecida de todas» no dizer de D. João de Castro [1] tinha de se entregar ao homem audacioso que a tinha escolhido para cabeça do grande imperio portuguez do Oriente.

Affonso d'Albuquerque tomou pois conta da cidade em nome d'el-rei de Portugal.

Gôa era então o centro commercial do Malabar; a sua variada população de indios, turcos, persas, arabes dava-lhe a feição caracteristica dos centros do commercio oriental. Era uma miscellanea de raças e religiões. Mas, a sua posição era excellente como base do grande imperio de que Ormuz e Malacca eram os extremos. Gôa, era, pois, o verdadeiro centro d'operações.

E como tal se conquistou e reduziu á

[1] Roteiro de Gôa a Diu – 47

obediencia do «moderno Alexandre»[1] Não houve pugna nem mortandade; os indios vieram receber festivamente o heroe, ás portas da cidade, como um protector e um amigo e tudo parecia encaminhar-se a que reinásse sempre uma bella páz entre portuguezes e a sua rica população.

Albuquerque publicou esplendidas leis justas e humanitarias; a sua inflexivel rectidão tornou-o querido dos indios, raça mais ou menos docil e pacifica e ao terror que incutia a fama assombrosa das suas conquistas, juntava-se a justiça e a seriedade das suas decisões e dos seus actos.

Mas, esta páz não durou muito; os turcos, nossos rivaes no commercio, não podiam levar a melhor tal supremacia e em pouco tempo a reacção manifestou-se. Tramáram a ruina do conquistador, ao mesmo tempo que Hidal-Khan reunia os seus

(1) O. Martins: Hist.ª de Portugal, I, p. 262

Lamaus para vingar a perda da sua melhor cidade.

Foi uma enorme avalanche que cahiu sobre a conquista d'Albuquerque e este, luctando com o inimigo e com os seus capitães que se insubordinaram teve de ceder. A sua conquista, a capital do seu sonhado imperio cahira novamente nas mãos do famoso adversario! (1)

Mas, no grande homem, o animo não faltou; e d'ahi a pouco tempo voltou sobre Goa colerico e vingativo! Se o inimigo queria a guerra, tel-a-hia, mas guerra sem tréguas, feroz, cruel, como elle a sabia fazer, como elle era capaz de emprehender!

E lá foi o leão dos mares na sua esquadra de vinte e três vêllas, (2) demandar a barra do Mandovi, para de novo tomar essa cidade que já se achava defendida por um

(1) a 17 de maio de 1510
(2) P. Chagas: Hist.ª de Portugal, v. 3º, pg 296

nove mil homens, turcos valentes e ferozes que fariam uma mui séria resistencia.

Mas, ninguem ousasse oppôr-se aos planos d'Albuquerque: as vergas das náus transformar-se-hiam em forcas e de longe todos veriam a justiça do conquistador.

O plano d'ataque era bom, embora temerário e teve entre os subalternos votos contra, senão todos; mas a sua vontade prevalecia e determinou que o ataque fosse no dia 25 de novembro.

Não nos caberia em tão pouco espaço narrar o valor de tão estrugendo ataque; emquanto uns atacávam valerosamente as estancias, Albuquerque, por um estratagema atacava um ponto que os defensores consideravam inexpugnavel. A lucta foi feroz e sem treguas; o valor era de parte a parte egual. O que não era egual era o numero e assim, a pouco e pouco, os mouros, cedendo, foram abandonando a cidade que lhes ficára muito cára.

A peleja fôra brava; Albuquerque, no seu enthusiasmo, avistára no céu Santiago, pelejando contra os mouros,[1] e no fim quando o combate terminára, fallando aos seus dizia-lhes que havia de pedir a El-rey que lhes fizésse mercê, porque, accrescentava: «nos honraste a vós e a mim!»[2]

Gôa estava definitivamente conquistada, mas a traição não esquecêra ao conquistador e entregou aos seus soldados a opulenta cidade. Roubou-se e matou-se: a vingança tinha de ser cruel e bem cruel. Nada escapou á avidez e á crueldade dos nosso homens, tão heroicos durante o combate, tão vis, depois d'elle, quando estavam de posse de uma rica presa, como era aquella capital do Malabar. Dizem os Commentarios[3] que mataram os nossos «passante de seis mil»

[1] O. Martins: Systema de mythos religiosos p 331 e Hist.ª de Portugal, I, p 262.
[2] Silveira da Motta: Quadros, p 174
[3] Cit.º em Chagas: Hist.ª de Portugal, 3º, p 297

O terror que esta conquista infundio e espalhou pelo oriente, foi enorme. Muitos soberanos propozeram logo páz e alliança e definitivamente ficou estabelecido em Gôa, o centro do sonhado e grandioso império portuguez d'Albuquerque, que tão cedo começou a declinar e a afundar-se.

A cidade começou a transformar-se, mas em vez de seguir o plano do heroe que a conquistou e que lhe queria com a sua boa alma sã e honesta, seguio outro e no seculo XVII um viajante francez dizia já — quando o echo das façanhas do conquistador, ainda fallava alto — que as suas portas «ficavam fechadas de noite, não por "temor do inimigo, mas dos ladrões da ci-"dade...»(1) Era assim que continuava o sonho heroico d'Albuquerque!...

(18-XI-904)

(1) Viagem de Francisco Pyrard de Laval, contendo a noticia da sua navegação ás Indias

IV

11 de agosto de 1829 = Victoria da Villa da Praia, nos Açores.

Um dos feitos d'armas de mais importancia nas luctas liberaes de 1820-34, é, sem duvida o combate da Villa da Praia dado entre os miguelistas e liberaes e que

orientaes, trad.^a por Cunha Rivara, e transcripta n'alguns pontos em Aragão: Descripção geral e historica etc, III vol. p. 33

Bibliographia: Teix.^o d'Aragão: Descripção geral e historica das moedas, III, p. 27-41 e 109-112 — P. Chagas: Hist.^a de Portugal, III, cap. 42 — Silveira da Motta: Quadros d'Historia portugueza, cap. XV — Oliv.^a Martins: Hist.^a de Portugal, I v. liv. IV cap. II — F. Diniz: Portugal Pittoresco, I v., p. 374-376 — D. João de Castro: Roteiro de Goa a Diu, ed. de Diogo Kopke, p. 8-15 — Emiliano de Bettencourt: Descobrimentos, guerras e conquistas dos portuguezes, liv. 2.º, cap. II

muito influiu nos futuros acontecimentos.

D. Miguel voltára do desterro e proclamou-se rei absoluto; a forca levantava-se terrivel a cada esquina e os liberaes eram perseguidos atrozmente vendo-se obrigados a fugir e a desterraram-se. Reinava um regimento de terror que punha tudo em sobresalto, que enchia de medo toda a gente.

D. Miguel corria pelas ruas de Lisboa, á desfilada, seguido de campinos de Villa-Franca, á procura de pedreiros-livres; os seus validos eram boleeiros baixos, da ralé, frades infames, gente da infima camada; e pelas egrejas os pregadores pediam ao povo para os acompanhar num morra aos pedreiros livres! (1)

E D. Miguel reinava, esperando a queda do irmão para consolidar o seu throno muito pouco seguro; era um desequilibrado.

(1) O. Martins: Hist.ª de Portugal, II, 276

do, em laivos, e «a furia do seu genio era "o desespero d'uma sociedade perdida a que "as ideias novas encolerisavam e a fome "perseguia já de perto» (1)

A nação decompunha-se, assim, com os liberaes e com os miguelistas; nenhum dos partidos tinha força para a levantar, nenhum tinha pulso para um resurgimento do paiz que foi glorioso entre os mais gloriosos. Contudo os liberaes luctavam e vendo que no paiz a lucta era mais dificil, organisaram na Terceira o centro de resistencia e onde realmente se praticaram depois, alguns feitos que os honram, como aquelle de que fallamos hoje.

Os desterrados acudiam á ilha em grande numero; d'Inglaterra iam bastantes reforços, porque se esperava algum ataque serio d'alguma esquadra miguelista. A resistencia organisou-se com intelligencia

(1) O. Martins: Hist.ª cit., II, 266

e boa vontade e por fim o proprio conde de Villa-Flor, foi em pessoa, dirigir tudo, quando estava imminente um combate.

Em meiados de 1828 estava tudo a postos e em Portugal e em Inglaterra esperavam anciosos o caminhar da lucta como quem via nella uma causa que iria decidir da sorte dos dois partidos.

Realmente, depois de reunida em S. Miguel, levantou ferro em 23 de julho uma grande esquadra miguelista para tomar de vez o ultimo reducto dos liberaes; era uma esquadra grande de 21 navios com perto de 3.000 homens e 3.400 de desembarque[1], commandada por José Joaquim da Rosa Coelho.

Lá foi, na direcçaõ da Terceira. O conde de Villa-Flor esperava-a com a sua defeza bem organisada, prompta para qualquer ataque dos seus inimigos e assim mostrou

[1] Veja-se P. Chagas: Hist.ª de Portugal, 8º, 476

quando, depois de trez dias passados no mar, pairando em volta da ilha, os miguelistas se resolveram a atacar as fortificações da Villa da Praia a 11 d'agosto.

Pela madrugada, protegida pelo nevoeiro que se levantou, a esquadra aproximou-se da terra, tanto quanto lhe foi possivel e fez incidir os seus canhões sobre as baterias e reductos que o illustre Villa-Flor mandara construir. O tiroteio foi violento de parte a parte e em terra, os defensores, que eram os "voluntarios da rainha" foram d'uma grande valentia. O fogo foi incessante, até que, pela tarde, se ordenou o desembarque: foi a derrota completa.

No primeiro impeto os atacantes levaram de vencida os valentes voluntarios mas, firmando-se bem, de bayoneta armada, reconquistaram as posições e tornaram o seu pequeno revez, em pouco tempo, numa grande victoria.

De balde o valente coronel miguelista

Azevedo, commandante dos assaltantes, os quiz unir e obrigar á lucta; o ataque desorganisou-se e quando os barcos que os transportáram a terra, se afastáram viram-se irremediavelmente perdidos e renderam-se.

A batalha foi curta. Decidiu-se tudo em pouco tempo. E assim se venceu mais uma vez o regimem absoluto, quasi sem uma rasão para isso.

Talvez porque a sinceridade estava com os voluntarios liberaes e o interesse com os seus inimigos o que é facto é que esta derrota foi uma grande perca para D. Miguel e um soberbo estimulo para aquelles que se andavam sacrificando pela causa da liberdade.

Era esta, a liberdade, que cegava todos os espiritos esclarecidos e fazia com que vissem em D. Miguel um instrumento da reacção e do regimem atrazado e despotico que não devia existir desde que a

Bastilha fôra lançada por terra, pela colera grandiosa d'um povo fórte...[1]

═══ (5-VIII-904)

V

26 de janeiro de 1531 = Gil Vicente e a Inquisição.

As tentativas para se estabelecer a Inquisição no nosso paiz, tinham começado com o rei D. Manuel.

De parte a parte — judeus e christãos — jogávam as ultimas. O dinheiro corria: em Roma tratava-se officialmente com os enviados dos monarchas, mas particu-

[1] Bibliographia: — Pinheiro Chagas: Historia de Portugal, vol. 8º, cap. XX. — O Conimbricense, n.os 5116, 5195, 5196, 5398 — O. Martins: Hist.ª de Portugal, liv. VII, cap. IV —

tamente com os agentes secretos dos judeus... A corrupção continuava infame no solio de S. Pedro e o vigario de Christo na terra — fallando em boa e sã doutrina — já commerciavam a occultas com os descendentes d'aquelles que se apontavam como netos dos outros que levantaram no tal cêrro a cruz infamante!... Poder d'abstracção!...

O fanatismo da plebe educada pela fradaria ociosa andava de desejo em desejo para ver essas carnes peccadoras estalejar nas fogueiras crepitantes, lançando fumo em espiras e cheiro penetrante d'alcatrão.

Mas o dinheiro dos hebreus era ainda abundante; ainda sustinha alguem a torrente fanatica dos devotos com escrupulos...

Com D. João III, porem, o caso mudou; o monarcha auxiliava abertamente o estabelecimento do terrivel tribunal

com o qual e com a futura admissão dos jesuitas contava ganhar o misericordioso céu omnipotente...

Tratou-se de tudo com mais afinco. Por essas estradas cruzávam-se emissários d'uns e d'outros e o Summo Pontifice recebia-os com a mesma benção e acceitava d'ambos a espórtula infamante.

Bons tempos!...

A fradaria aproveitava tudo para fazer crer á glébe que ella andava em peccado mortal; as fogueiras eram necessarias como um desinfectante energico contra os males produzidos pela raça proscripta. Com estas boas sem-rasões o espirito popular andava oprimido, n'um grande mal estar, crendo pianamente que a divindade estava, de facto, offendida!

Succedeu que um dia, na muito antiga cidade de Santarem, sentiu-se um tremor de terra, ahi pelos principios de 1531. Como era natural provocou um

certo temor, um certo receio, mas nos pulpitos appareceram logo os frades prégadores despejando toda a sua pá eloquencia:

— Tem sido os nossos peccados, irmãos! O céu castiga-nos, o ceu mostra-se inclemente com tão grandes peccadores!...

E assim successivamente. O povo aparvalhado quiz livrar-se por suas mãos; os christãos-novos fugiram e esconderam-se. Estava prestes, talvez, uma carnificina.

Appareceu então um homem notável que — casualmente em Santarem — evitou tão grande desatino. Um homem que parecia ter nascido para fazer rir os outros com os vicios alheios, um homem «cuja missão no mundo, no dizer de Herculano[1] era a mais contraria que podia

[1] História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal — I, p. 216

"ser á vocação sacerdotal», um homem do povo, na phrase de Garrett, cubiçoso de fama e de gloria[1] mas sincero, leal e cavalheiro, conseguio, no «meio d'esta "inversão completa das doutrinas do chris"tianismo»[2] reunir no claustro do convento de S. Francisco[3] os terriveis prégadores. Esse homem que assim ousou contrapôr aos factos a sua vontade foi o «nosso Schakspeare» como lhe chama Herculano[4], foi Gil Vicente.

Ali, naquelle logar de páz, tendo na sua frente homens cobertos de burel e estamenha monasticos, levantou a vóz n'um vehemente discurso e lançou-lhes altivamente em rosto, como bom filho

(1) Garrett: Um auto de Gil-Vicente – introducção.
(2) Herculano: Historia cit.a, I, p 216
(3) Acerca deste claustro vem uma noticia interessante no valioso livro do Snr. Zephyrino Brandão: Monumentos e lendas de Santarem, cap. III.
(4) Historia cit.a, I, p 217

do povo, a iniquidade de taes praticas e perversões. O auditorio ouviu-o, mas nos cerebros d'aquelles homens, rudes espiritos,[1] começam a calar um pouco de consciencia e de boa-razão. Começaram a ver n'aquellas palavras qualquer cousa de verdadeiro, qualquer cousa que a sua estupidez e nulidade não deixava ver a claro.

O poeta que uns annos antes lhes dissera pela bocca d'uma sua personagem n'um auto:

Como! por ser namorado
E folgar c'hua mulher
Se ha-de um frade de perder
Com tanto psalmo resado![2]

estava ali a convertel-os á razão, á justiça, á tolerancia! «Prégando aos pré-
"gadores as maximas da san razão, o

[1] Herculano: Historia cit.ª, I, p. 217
[2] Auto da Barca do Inferno —

« Plauto portuguez representava um auto
« de novo genero »(1)

Tanto martelou, tão sincero foi o seu discurso são e justo, que a sanha feroz dos frades se abrandou, se amorteceu até. Gil Vicente triumphou dos seus inimigos!

Cada um foi para seu lado, silenciosamente, talvez envergonhados da admoestação d'um homem que tinha por officio fazer rir os outros! Mas a verdade é que não mais se ergueu nos pulpitos de Santarem palavras de ira e odio contra a pobre raça proscripta e as questões que por fóra se debatiam, não tiveram, durante algum tempo, echo nos escarpados cerros da velha terra scalabitana.

Passados dias, a 26 de janeiro de 1531, o poeta escreveu uma carta a D. João III contando-lhe, em termos altivos o succedido, como quem estava habituado a

(1) Herculano: _Historia_ cit.a, I, p. 217

viver «independente no meio da depen-
dencia, livre na escravidão da corte»[1]

A corte foi, mas de si para si, o engraçado poeta fundador do nosso theatro, com o seu espirito fino e lucido, riz-se-lia intimamente da figura que fizeram esses frades, agrupados comicamente em volta de si, convertendo-se ás suas palavras profanas, num recinto sagrado d'um claustro!

Comicos e ridiculos, essas passadas figuras d'estamanha e burel![1]

[19-I-905].

(1) Bibliographia: Alexandre Herculano: Historia da Origem e do estabelecimento da Inquisição em Portugal — I vol., pp 215-217

VI

4 de dezembro de 1822 = O desterro do Ramalhão —

O padre José Agostinho de Macedo, na sua desbragada linguagem dizia, um dia já no fim da vida, referindo-se ao *couce* de 1820: « quando a quadrilha dos Cesares
" zobretães saiu do Porto, para a primeira
" regeneração, vimos armas e vimos letras:
" um trazia um livro de synonimos sé-
" diços, outro um rol de leis a cinco mil
" reis o volume...[(1)] » e assim successivamente. Não transcrevemos o resto do trecho da *Besta esfolada* por causa da decencia[(2)], mas é justo que se não julgue

(1) *A Besta esfolada* — nº 5, pg 5
(2) Em nota sempre póde ir mais um pedaço

por isto o que foi o movimento de 1820, a sincera e nobre revolução que veio lançar uma nova vida á decrepita nação do seculo XII.

O odio sincero que o padre tinha pelas ideias liberaes e pelos proprios homens, fazia-o errar no caminho da critica a que se abalançou muitas vezes; sem duvida que a revolução de Vinte não foi perfeita, mas é certo tambem que nada ha perfeito neste mundo.

A sinceridade e a nobreza de ideaes dos revolucionarios tornáram-nos para nós — que os devemos ver friamente, desapaixonadamente — uns homens sympathicos em extremo, pelo seu desinteresse, pelo seu valor, pela sua honra

do da mesma pg. 5: «N'uma caixinha de
"Tartaruga do Alemtejo de que se fazem Tin-
"teiros, vulgo corno, trazia outro um livri-
"nho como folhinha d'algibeira chamado —
"Constituição Hespanhola do anno 12...»

dez. Os acontecimentos futuros é que não corresponderam aos desejos d'elles; mas deve-se ver a intenção que foi excellente e não o facto que — no dizer de Oliveira Martins — foi «um tanto ridiculo...»[1]

Mas, do tal rol de leis a cinco mil reis o volume de que nos falla o famigerado prégador sahiu entre outras cousas a primeira constituição portuguesa, conhecida pela Constituição de 1822. Foi promulgada pelas cortes a 23 de setembro do mesmo anno (no anno II liberal como diziam pretenciosamente) e compunha-se de cinco titulos, e de 240 artigos.

Foi jurada solemnemente pelo rei D. João VI no dia 1º d'outubro seguinte, mas a rainha D. Carlota Joaquina recusou-se a jural-a e teimosa como era, sustentou a sua recusa. D. João VI estava completamente voltado para os libe-

[1] Historia de Portugal — II, p 252

raes e fazia quanto elles queriam, continuando na eterna oposição com a esposa; esta não podia ver tal e aproveitando o máu effeito que produsio a Constituição liberal de mais para o paiz, planeou um movimento-reaccionário.

O movimento tinha de se dar; não havia transição do velho regimen para o novo e Portugal « ou havia de cahir para
" a republica como succedeu em França
" ou para a reacção como por fim veio a
" succeder entre nós »[1]

Foi isto que a intelligente e energica rainha vio e calculou e com o seu desembaraço varonil recusou abertamente jurar a constituição que tinha sido feita pelas patrioticas côrtes de Vinte com a maior boa-vontade e o maximo espirito liberal.

Mas, havia lá um artigo, o nº 13 que

[1] P. Chagas: Hist.ª de Portugal — 7º, p 219.

dizia: «os officios publicos não são propriedade da pessoa alguma; as pessoas que os houverem de servir jurarão primeiro observar a Constituição e as leis, ser fieis ao governo e bem cumprir as suas obrigações.»[1]

Com a sua recusa a rainha ficou, pois, sujeita a este artigo e portanto sujeita ás consequencias. Estas não eram as melhores por que ficava por esta rasão expulsa do paiz, mas o ministro convidou-a novamente a jurar no dia 22 de novembro o que de novo recusou, aberta e francamente, dando assim prova da futura contra-revolução que se preparava

O ministro do reino, Araujo e Castro voltou, corrido, do convite; tinha de se cumprir a pena terrivel. Faz-se um decreto, exhautorando no dizer de Pinho Leal[2] a

[1] Vid. Codigo fundamental da nação portugueza — pg 8

[2] P. Leal: Portugal antigo e moderno, v. 8º, pg 45.

rainha Carlota Joaquina e expulsando-a do paiz.

D. João VI, às voltas com o seu rheumatismo, assignou o decreto vendo — quem sabe — na recusa, um meio de se ver livre da consorte terrivel «pedinda e devassa!»(1)

Talvez sentisse satisfação intima em tal assignatura... e na sua esperteza saloia(2) viu o resto do seu reinado socegado, tranquillo, gastando a lista civil (que os bons liberaes lhe dávam gentualmente) nas merendas de Belem e nos cantochões de Mafra.

Mas, no dia seguinte recebeu uma carta da rainha, carta cheia de orgulho e de desprezo pelo rei, um simples instrumento na mão dos revolucionarios... «Todo o meu

(1) P. Chagas: Hist.ª de Portugal — 7º, pg 118

(2) «... avait toute cette finesse proverbiale
« des compagnards de la banlieu de Lisbonne
« où il était né...» [Mousinho da Silveira, Lettre à un ami, par A. Herculano, pg 6] transcripto no Archivo Pitoresco, III, pg 262 —

"desprezo, todo o meu odio serão reservados
"para aquelles que vos cercam. Levo comigo
"a liberdade. Meu coração não está escravisa-
"do, elle nunca se humilhou na presença d'
"aquelles vassallos rebeldes que ousaram im-
"por-nos leis e que queriam forçar-me a
"um juramento que minha consciencia
"cia regeitava..."[1]

E o decreto?...

Não se cumpriu... A rainha sentia-se doente, vieram medicos e resolveram que a sua saude perigava com longa jornada. D. João VI sentia-se mal da consciencia... e, para se resolver tudo amigavelmente, adiou-se a publicação da ordem[2], para contemporisar...

Entretanto a 1 de dezembro abriram-se as cortes; discursou-se muito sobre o caso

[1] Transcripta em Chagas: Historia cit.ª, 7º, p. 120

[2] «... o resultado de todas as suas consul-
"tações e deliberações tinha sido aquelle tam
"legitimo, tam classico e proverbial portuguez

e houve debates energicos. Havia uma forte corrente liberal, na qual Passos Manoel tomava parte importantissima mas havia um partido contrario tambem grande e passados trez dias — a 4 de desembro — sahio o decreto expulsando a rainha, como incluida na falta prevista pelo artigo 13 da Constituição.

Accurcio das Neves quiz defendel-a, mas só foi — no dizer d'um folheto da epocha — «atear sentimentos e o fogo dos affectos.»[1]

Para o orgulho e a ambição da rainha.

" De amanhã veremos ... Amanhã, santo á-
" manhã de Portugal que tens sempre deixado
" dormir á gente! Que nos importa a nós que
" as outras nações andem depressa aproveitam
" o dia de hoje, se nós, por ti, dormimos e so-
" mos felizes como uns lazaroni sem cui-
" dados! ...» {Almeida Garrett: O Arco de Sant'Anna, cap. XXXI} — Garrett já applicava esta phrase ao seculo XIV! ...

(1) Carta de hum jurisconsulto em resposta á de outro que lhe remettera o Diario do Governo nº 295 etc. pg 12.

foi um golpe fundo; como as doenças a impediam de saír do reino, desterrou-se para a quinta do Ramalhão o que foi consentido. Nesse fingido desterro, calou todo o odio que devia sentir, dissimulou quanto poude e fingio sujeitar-se ás ordens emquanto no congresso continuava a ser o alvo de todos os insultos e o assumpto de acaloradas discussões.

Terminou assim o incidente do juramento da Constituição. As côrtes tinham mais em que pensar e em breve viram cahir os seus justos ideaes, quando em Villa-Franca o infante D. Miguel fez voltar tudo á antiga, galopando pela estrada de Lisboa, que levantou nuvens sobre nuvens de poeira dando na revolução de Vinte o que o padre Macedo talvez chamasse na sua linguagem desbragada, um *contra-coucé*!...

[29-XI-904]

VII

11 de dezembro de 1795 = A divisao auxiliar portugueza, nas campanhas do Roussillon e da Catalunha.

No dia 10 do dezembro de 1795, entrávam a barra de Lisboa, alguns navios conduzindo uma parte da famosa Divisão auxiliar que de cá se mandára para junto com o exercito Espanhol combater na Catalunha e Roussillon os exercitos

Bibliographia do antec.te: P. Chagas: Hist.a de Portugal, 7º vol., cap. XI — P. Leal: Portugal Antigo e moderno, v. 8º, p. 45 — O Codigo fundamental da nação portugueza, nº 73 da Bibliotheca do Povo — Jornal do Domingo, v. I, nº 42 — Carta de um jurisconsulto em resposta á de outro, que lhe remettêra o Diario do Governo nº 285 pedindo-lhe a sua opinião sobre ... o juramento da rainha, etc (— Lisboa, 1822 —) —

da revolução franceza que apavorava então todos os thronos da Europa.

Coincidio, a essa hora, a passagem do principe regente, para as Necessidades; a sua bonhomia e a sua preoccupação de popularidade fizeram-no sahir do real côche e metter-se num barco para ir, em primeira mão, falar a esses expedicionarios que em nome do altar e do throno tinham ido defrontar-se com esses terriveis soldados da França que derrubáram um throno em nome do povo por entre gritos e mortes...

No seu coração bondoso devia sentir uma certa alegria a que se juntava talvez uma vaidadesinha de ter auxiliado a reacção contra os impios, os assassinos, a canalha revoltáda.

E, emquanto no paço o esperávam para uma audiencia elle andava por entre os officiaes e os soldados, conversando, fasendo perguntas, projetando recom_

lanças. No dia seguinte, 11 de desembro entram o resto da esquadra e fez-se o desembarque na praia de Belem, desfilando as tropas em frente das varandas do Paço chamado Lojo pequeno nas quaes se achava o regente e D. Carlota Joaquina assistindo com a sua real presença a tão bello espectaculo, dando assim uma «prova authentica da sua satisfação» como se declara num decreto assignado uns dias depois para conferir recompensas.[1]

Dos 5.600 homens que, dois annos antes tinham embarcado[2] para Hespanha só uns quatro mil ali desfilavam por sob a régia varanda e esses extenuados, doentes e desalentados.

Tinham combatido umas vezes com valor, outras vezes com bem pouco; a honra nacional nem sempre ficou illesa

[1] Vem transcripto em Chagas: *Historia*, 7.º, 339

[2] a 20 de setembro de 1793.

sa nessa terrivel campanha nos montes, e nos precipicios com os soldados republicanos, mas, sem duvida, era causa d'um certo orgulho o vel-os ali, passaram cadenciadamente, marcialmente depois de declararem bem alto que defendiam um throno catholico e a religiaõ de Christo. A sociedade beata da epocha acolheu-os sentimentalmente; e d'ali a seis dias o Principe regente «querendo dar provas " manifestas da sua real satisfaçaõ»[1] deu em trez decretos recompensas para aqui, louras para acolá, como paga d'um alto serviço ou d'um excellente resultado.

O fallecido Pinheiro Chagas[2], sempre enthusiasta pelo nosso soldado diz que «os trez " decretos mostrávam como o governo apre" ciava a insigne bravura dessas magni" ficas tropas que se tinham portado sempre

[1] Transcriptos em Chagas: Historia, v. 7º, 338
[2] Historia, vol. 7º, 338.

heroicamente;» mas um official não menos illustre, o Snr. Abel Botelho, vendo o facto mais friamente diz-nos: «não "é sem surprehender-nos o pouco exemplar "comportamento dos regimentos portugue-"ses nas campanhas do Roussillon e da "Catalunha...»[1]

E explica-nos porquê. Os nossos regimentos iam viciados de cá porque a epocha não podia deixar de os viciar; andava tudo ao *deus-dará*. Só se pensava em não deixar entrar as ideias francesas no paiz. A França era o "*papão*". Ninguem cuidára do exercito desde que morrera o grande marquez e neste estado vem-nos encontrar a famosa *Convenção provisional*[2] com a Hespanha pela qual nos alliava-mos a ella para pôr um dique á anciá

[1] *A Divisão auxiliar portugueza* — nº 154, do *Exercito Portuguez* [7º anno, 1884]

[2] Veja-se *Annuario Portuguez* de 1855, por Antonio Valdez.

cia republicana.

Organisou-se a Divisão auxiliar; levava artilheria e 6 regimentos de infanteria sob o commando do general Forbes, um allemão ha muito em Portugal. Metteram-na nuns navios e lá foi juntar-se ao exercito victorioso do celebre general Ricardos quando elle necessitava precisamente de reforços.

Mas, com todos os inconvenientes da origem, da educação e do meio, sem preparo ou transição para a vida dos combates, e dos acampamentos a divisão portuguesa teve — no dizer do mesmo illustre official — «um procedimento, de certo, pouco invejavel.»[1]

A culpa não foi d'ella que, enfim, lá supportou conforme poude os dois annos de campanha; a culpa tinha-a o governo e o Regente, que, querendo mostrar força

(1) A Divisão auxiliar [nº 154] pg 201

e poder, acceitaram as propostas da nação visinha, como se nós valessemos d'alguma cousa!

Lá andou dois annos, vencendo hoje, vencido amanhã, marchando em ordem aqui, insubordinando-se ali, até que, por muitas razões e entre ellas «o cinismo hespanhol»[1] a divisão voltou e o Principe e a Princesa, das reaes varandas, viram-na desfillar, reduzida a menos de três quartas partes, como tendo vindo da mais assombrosa victoria. Olhavam com amor para esses homens que decerto vinham pontificados por terem morto muitos desses assassinos que reduziram a nada uma monarchia de seculos e assassinado o rei como quem mata o mais obscuro villão.

Era preciso, pois, premiar essa gente, esquecerem-se as insubordinações, as fugas

[1] A Divisão auxiliar, (n.º 154) p. 202

vergonhosas; e os tres decretos, concedia-lhes o traseram distinctivo para que todos vissem que tinham sido aquelles que foram, longe, combater pelo altar, e pelo throno em frente da ideia nova, em nome da rainha de Portugal, lança pelos manejos dos jesuitas, em nome dos regentes — um principe obêso e beato e uma princeza devassa e má.

Mas as recompensas encobririam tudo: em face das recompensas os serviços deviam ter sido grandes. E assim aconteceu; a falsidade da epocha fez da <u>divisaõ auxiliar</u> uma expediçaõ brilhante; e o brilho das honras deu aos homens — quem sabe — a fama dos heroes!...

E afinal, quem diria ao principe D. Joaõ que ainda hoje se faz a mesma, a mesmissima cousa!... (1)

[5-XII-904]

---

(1) Bibliographia: A <u>Divisaõ auxiliar</u>

VIII

19 de julho de 1546 = O segundo cerco de Diu — O primeiro assalto —

Ao dia 11 de novembro faz trezentos e cincoenta e oito annos que succedeu em Diu um dos taes factos que no dizer rethórico de Jacintho Freire d'Andrade «necessita de
" tanto valor para se escrever como para se
" obrar.»(1)

portuguezes á Hespanha, nas campanhas do Roussillon e da Catalunha — nos n.os 137, 138, 140, 141, 143, 145, 149, 153 do Exercito Portuguez, 7.º anno, 1884 — Pinheiro Chagas: Historia de Portugal v. 7.º, cap. XXIII — Tissot: Histoire abrégée des guerres de la revolution française, p. 27 e seg.tes e 80 e seg.tes — Ribeiro Arthur: Os caçadores portuguezes na guerra peninsular [n.º 212 da Bibliotheca do Povo]

(1) Jacintho Freire d'Andrada: Vida de D. João de Castro, p. 152

E na verdade, os dois cercos de Diu são feitos de guerra, dos mais assombrosos que se praticáram pelo Oriente; as suas chronicas, diz Pinheiro Chagas, são «verdadeiros romances»[1] e as proezas que nellas se contam são quasi as que nós conhecemos dos romances phantásticos da cavallaria d'outros tempos.

D. João de Mascarenhas, o defensor do segundo cerco tem as proporções d'um heroe; pômos de parte as suas qualidades moraes, e a abjecção da sua velhice, para agora só vermos nelle o homem que incarnou em si o valor, e a tenacidade que o portuguez então tinha no memoravel cerco que ficou conhecido pelo segundo cerco de Diu.

O primeiro, defendido «sobre-humanamente»[2] por um outro heroe, Antonio da Silveira, tinha deixado uma fama assombrosa pelo mundo; Francisco I, de França,

(1) Hist.ª de Portugal — 4.º, p. 48
(2) O. Martins. Hist.ª de Portugal — I, p. 286

quiz ter o retrato do heroico defensor na galeria do seu palacio de Fontainebleau e pela Asia, todos os inimigos dos portuguezes, se sentiram atterrados e incapazes de vencer uma gente tão forte.

Mal sabiam elles — talvez — que debaixo do vigor d'aquelles braços a corrupção caminhava velozmente!

Contudo, passados oito annos, em 1546, os turcos e guzarates voltam de novo ao ataque. Kodja-Safar, alliado ao rei de Cambaia trazia 8.000 soldados na maior parte turcos e «sessenta peças grossas»[1] e mil dos celebres janizaros que tanto medo incutiram pela Europa com o seu valor e selvageria. Alem d'isso, com a continuação do cerco, recebeu mais soccorros — entre elles um de 2.000 homens do rei de Cambaya, gente velha e experimentada na guerra.

[1] Jacintho Freire: Vida cit.º, pg 82

Ora, contra tantos e tão bons inimigos o que tinha D. João de Mascarenhas?

Alguns fidalgos a quem entregou os baluartes da fortaleza e «por estes capitães repartiu cento e setenta soldados, ficando elle de "sobreselda com trinta para soccorrer as "estancias.»[1] Era esta a força com que se ia oppôr ao soberbo inimigo que estendia as suas tendas brilhantes pela ilha, num conjunto de opulencia e galhardia. O contraste era enorme.

D. João de Castro, então governador da India mandára um soccorro pequeno em que ia seu filho D. Fernando ao qual, segundo o citado biographo elle disse na despedida que, por cada pedra d'aquella fortaleza daria um filho e na sua nobreza ingénua accrescentou: «aquelle que vier mais honrado, esse será "meu filho!»[2]

[1] Vida de D. João de Castro — pg 97
[2] Idem — pg 95

E sem duvida, pelo valor, todos mereceram ser filhos de tão alto governador. O cerco começou, apertado, sem treguas; os mares, levantados com a invernia tiravam toda a esperança do soccorro e os turcos apertavam cada vez mais o circulo de ferro em que tinham envolvido a heroica fortaleza.

Mas a fortaleza resistia sempre; apesar de não haver já aquella disciplina severa de Antonio da Silveira os defensores foram, contudo, d'um heroico valor e abnegação.

Jacintho Freire[1] conta-nos o cerco minuciosamente. Não podemos em tão pouco espaço dar uma ideia do que aquillo foi...

A 19 de julho deu-se o primeiro assalto, energico, forte, precedido d'um vivo canhoneio, mas os braços portuguezes ainda vigorosos como em Aljubarrota, derrotaram completamente os embravecidos atacantes. Era uma lucta sem treguas; mal

[1] Obra cit.ª – livº II e III

luzia o horisonte, das estancias turcas começava furioso o bombardeamento e as muralhas começávam a ruir, a desaparecer, a ponto, de, em pouco tempo ser tudo um montão de pedras por detráz do qual se abrigávam umas dezenas d'homens estropiados, de mulheres e creanças.

A fortaleza estava tão desmantelada, que diz Pinheiro Chagas[1] «as odaliscas do harem
" de Badhur pódiam entrar sem precisar
" que lhes estendessem a mão os portuguezes,
" sempre galanteadores!»

Em meados d'agosto,[2] houve um grande ataque em que o baluarte de S. João foi o mais alvejado. Fizeram uma mina e, quando obstinadamente Diogo Respeoso teimava em o defender o baluarte foi pelos ares, sepultando os heroicos defensores, entre elles o filho querido de D. João de Castro!

(1) A Galeota de Antonio Muniz - p. 57
(2) a 10 d'agosto -

A brécha estava pois, aberta. Quinhentos turcos entráram de roldão... Estava ganha a fortaleza!

Mas, na sua corrida, encontráram cinco portugueses e — « verdade tão extranha! — fizeram-lhes rosto e ali sustentaram bastante tempo, o peso da victoria!»(1)

A fortaleza ainda não fôra ganha!

Eram assim as valerosas acções da Índia e de heroismo em heroismo lá foram sustentando o cerco com uns 80 homens validos se validos se podem chamar áquelles que ainda pegávam numa espada.

Um dia, quando já desesperados, resolviram enterrar a artilheria e ir, de espada em punho, morrer, em combate com todo o exercito, fóra das muralhas, apareceu D. Alvaro de Castro com a sua armada de

(1) «...acháram cinco valerosos soldados que "lhes fizeram rosto, sustentando largo espaço o "peso de tão nova batalha. Verdade tão estranha "que...» [Vida de D. João de Castro — p. 152]

soccorro e d'ahi a tempos o proprio governador, com uma armada luzida e poderosa, deixando de bocca aberta os Turcos que se admiravam de não ter conquistado aquelle montão informe de pedras, e por ter durado «os animos em tão quebrantadas forças.»[1]

D. João de Castro vendo a situação reunio os seus homens e no dia 11 de novembro, passados cinco mezes de rigoroso cerco, offereceu batalha ao celebrado Rume-Khan (o Rumecão dos nossos chronistas), batalha que o derrotou completamente.

Acabára o cerco tão gloriosamente, como gloriosamente fora sustentado.

Hoje não se comprehende tanto valor; hoje, a phrase rethorica de Jacintho Freire,

[1] Vida de D. João de Castro – p. 108

Bibliographia: Jacintho Freire d'Andrade: Vida de D. João de Castro – P. Chagas: Historia de Portugal, v. 4°, cap. VII – J. X. Rodrigues Cordeiro: Serões d'Historia – II, p. 89 – P. Chagas: A Gaiveta de Antonio Muniz –

diz-se assim, com mais propriedade: estes factos «necessitam muito menos valor para se escrever, que para se obrar...»

Seja assim.

═══ [3-XI-904]

IX

27 de novembro de 1807 = Embarque de D. João VI para o Brasil —

Há noventa e sete annos, Lisboa, assistia a uma das scenas mais vergonhosas e miseraveis que se regista na nossa historia.

Balouçava no Tejo uma esquadra[1] de oito náos, tres fragatas, dois brigues, uma escuna de guerra e uma charrua de man-

[1] Veja-se o Observador portuguez, historico

vimentos prestes para soltar as velas ao vento e junto, nas mesmas aguas uma outra esquadra, ingleza, do commando de Sydnei Smith esperava.

Sobre a cidade pesava qualquer cousa de anormal, de inquietador. De França, as noticias eram cada vez peiores e Junot vinha quasi ás portas de Lisboa, com o seu exercito da Gironda, n'uma marcha forçada.

Tudo se dizia e se sabia com o vago terror d'um terramoto. Não ficava pedra sobre pedra... era a maior das desgraças!

Immensa gente se aglomerava no caes de Belem; de terra para os navios havia um continuo movimento de malas, de gente, de mobilias, de roupas. Chegavam equipagens ricas d'onde sahiam nobres que embarcávam d'envolta com embrulhos e cousas trazidas á ultima hora; alguns altos ecclesiasticos, pallidos, procurá-

e politico de Lisboa — pg 14

vam um hotel, num desejo instinctivo de fuga; no caes berrava-se pergunta
ndo-se pelos donos de immensas caixas perdidas; creanças choravam num desespero e alguns regimentos desertavam, debandavam, insubordinavam-se.[1]

Era uma anarchia completa. Antes do meio-dia[2] chegava sua Alteza real o Principe regente, D. João, tremendo nas suas pernas d'hydropico. Deu beija-mão ao povo que chorava e o abraçava num adeus commovido e lá foi para bordo da náu Princeza real morto por se ver longe d'este malfadado paiz.

Era uma debandada. Na vespera, com a noticia da approximação dos francezes, o regente tinha assignado um decreto com umas instrucções (que vêem publicadas no volume anonymo já citado, junto com

[1] Victoriano J. Cesar: Breve estudo sobre a invasão franco-hespanhola de 1807 .... - cap. IV

[2] Observador — 1814

outros decretos)[1] em que diz que: «tendo procurado por todos os meios possiveis conservar a neutralidade[1]» via-se na dura necessidade de abandonar a sua corte para não expôr á total ruina o commercio dos seus vassalos e o rendimento da sua corôa. Este decreto, diz o mesmo anonymo foi recebido pela nação «com a maior ternura e amor; "todos bendiziam a sabia resolução de Sua Al"teza real»[2] e é verdade que foi com lagrimas e prantos que D. João, obeso, de labio inferior cahido sensualmente, gordaroso e bom, vio o seu povo no caes, dizendo-lhe o adeus da despedida, quando o barco se afastou lentamente ao impulso dos remadores.

O barco foi e o povo tão decahido estava que continuou a chorar pelo principe que o abandonou á sanha do invasor.

(1) Observador – p. 15
(2) Idem – p. 18

Mas a confusão continuava á beira do rio; os barcos não chegavam para tanta gente e tanta bagágem. Gritava-se, berrava-se; havia atropelamentos e insultos aos ministros desembargadores e mais gente nobre que se embarcava. A policia salvava alguns dos ultrages da plebe; e esta, em grita, não sabia bem o que queria.

Depois veiu um coche a princeza, a despejada Carlota Joaquina com os filhos; lá foram para bordo d'uma náo emquanto a multidão se agitava ainda.

Depois sentiram-se uns gritos dentro d'outro coche que chegáva: era a rainha louca, o pobre instrumento do jesuita perverso, que se vingáva da obra do Marquez de Pombal. Gritava em convulsões, num delirio, ao cocheiro que andásse devagar: « diriam que fugimos!...»[1] e parece, nisto, que um momento lucido lhe atravessou o cé

[1] O. Martins: Hist.ª de Portugal, II, p 233.

rebro para accusar o paiz de tamanha vergonha! [1]

Mas lá foi tambem para dentro do enorme bojo da náu Princesa real de oitenta peças, [2] e com ella as 15.000 pessoas que nos dizem os livros que fugiram para a abençoada terra de Santa-Cruz, tão socegada, tão tranquilla, tão bonita! « Ainda da invasão varria deante de si o enxame dos parasitas immundos, desembargadores e regentistas, peralltas e sécias, frades e freiras monsenhores e castrados. Tudo isso, a monte, embarcava.» [3]

A esquadra abarrotava de gente e de riquezas; « em mais de oitenta milhões de cruzados — diz o escriptor Pereira da Silva [4] — orçam os chronistas o valor dos thesou-

(1) Ver a data 17 de dezembro
(2) Teix.ª d'Aragão: Descripção geral e historica das moedas, etc — v. II, p. 123
(3) O. Martins: Historia cit.ª — II, p. 237
(4) Citado em P. Chagas: Hist.ª de Port.al, 7º, p. 503.

"ros que partiram para o Brazil» mas o vento era contrário o que se sahisse a barra.

Em terra, tudo coalhado de gente, olhava para as náus e ~~entrava~~, no dia seguinte, 28, de manhã cedo desfraldaram-se as vélas mas o vento era ainda contrário, como um protesto contra fuga tão vergonhósa, e a esquadra pairou na bahia de Cascaes até ao dia 30, que foi, quando o vento de Lição os afastou da terra de que Junot tomára posse em nome de Bonaparte.

Os esfarrapados de Junot estavam em Lisboa mais necessitados de repouso, que de guerra; e a esquadra, com o que havia de podre e velho, com o regente obésso e a rainha doida, ia-se afastando lentamente com o baloiço sereno do mar calmo em direcção da terra de Santa Cruz.

O sol cahia sobre o mar, e na esquadra começáva a entrar o enjôo.

Segundo Oliveira Martins, «é o que

"succede á historia, com os miseraveis ba-
"lanços do tempo: vem o enjôo incommodo e a necessidade absoluta de vomitár.[1]"

{20-XI-904}

X.

14 de fevereiro de 1387 = Casamento de D. João I e Philipa de Lencastre -

A alliança ingleza, já mais ou menos esboçada no reinado de D. Fernando, tornava-se agora um facto com a subida do Mestre d'Aviz ao throno portuguez, já firme e estavel.

O duque de Lencastre, tio do rei de In-

[1] Hist.ª de Portugal - II, pg 240
Bibliographia: Observador portuguez, Lis-

glaterra e pretendente á corôa castelhana, vem a Portugal para começar a campanha contra o visinho e para firmar de vez uma avença — como lhe chama Fernão Lopes(1) — e que ficasse entre os dois paizes, para sempre, «sem malicia nem engano.»

De facto, a alliança sempre foi assim: sem malicia nem engano... (Oh! ingénuo Fernão Lopes!)

Mas, adeante: entre as cousas contratadas, havia o casamento do Mestre com

torico e politico de Lisboa, desde o dia 27 de novembro de 1807... até o dia 15 de setembro de 1808... por um anonymo [Lis.a, 1809] — P. Chagas: Historia de Portugal - v. 7º, cap. XXVI — José Liberato: Essay historico-politique..., cap. IX — O. Martins: Historia de Portugal, vol. II, liv. 7º — Victoriano José Cesar: Breve estudo sobre a invasão franco-hespanhola de 1807 em Portugal, cap. IV [na Revista do Exercito e da Armada, vol. XX e XXI] — Teix.a d'Aragão: Descripção geral e historica das moedas — vol. II, pp 122-130 —

(1) Chronica de D. João I — P. II, cap. 83

uma filha do Duque, dando esta compensações em cidades e villas que devia tomar ao castelhano.

O Mestre, já então D. João I, acceitou, como de resto acceitava outra qualquer cousa: viesse a princesa apesar de que uma duvida lhe aguçava o receio. Filha de tal pae, educada por uma amante do mesmo numa corte devassa, parecia ao Mestre que não lhe correspondia o sacrificio ás vantagens da alliança... Mas, guardando porventura a resolução para o dia seguinte, acceitou. Que viesse!

E a princesa veio. Estava nos seus vinte e oito annos, um a menos que o Mestre e vinha « louvada de todas as bondades que á mulher d'alto logar pertence »[1] Chegou ao Porto acompanhada do seu séquito e de D. Lourenço o valeroso arcebispo, Vasco Martins de Mello e do heroico Sá.

(1) Chronica — 2ª parte, cap. 98

das Galés. Pairou nos paços do bispo e ali, gravemente, esperou a vinda do seu noivo.

Este, fôra a Riba-d'Odiana apprestar gente para a guerra. A vontade do casamento não era grande; e, acompanhado pelo Condestavel veio d'ali a algum tempo ao Porto. Viram-se então pela primeira vez em presença do bispo: elle, um forte rapaz vigoroso, expansivo, na força do seu temperamento de meridional; ella, grave, amavel, sem vaidade[1], de tratamento simples, fria e « sem outra belleza mais "que o dourado dos seus cabellos[2] »

Não era certamente o que o Mestre queria como bom filho d'El-rey D. Pedro;

[1] Chronica – 1ª parte, cap. 98: « em ella havia uma chã conversaçam, proveitosa a muitos, sem ufania de seu real estado, com doces e graciosas palavras a todos prasiveis de ouvir e alegrava-se ..... d'espaçar com suas donzellas em jogos .... »

[2] O. Martins: Os Filhos de D. João I – cap. I

mas, como homem de juiso[1] ficou satisfeito, voltou para a sua pousada do convento de S. Francisco e enviou as suas joias á princesa entre as quaes havia «um firmal d'oiro em que era posto um gallo com ricas pedras e maravilhósamente feito.»[2]

Para presente de nupcias, era, de facto, symbolico...

Prepararam-se festas e regosijos; o Porto queria mostrar a sua gratidão ao filho do rei tão querido e tão amado, e no dia 2 de fevereiro, «o mais solemne que se "lhe fazer pôde»[3] o Mestre d'Aviz, rei de Portugal, recebeu como sua mulher legitima a D. Philipa de Lencastre sendo as benções lançadas pelo bispo D. João.

[1] O. Martins: Hist.ª de Portugal, I v. p 168: «Tinha ... a habilidade propria dos homens de juiso: a de pensar, ver e julgar com rectidão»

[2] Chronica – 2ª parte, cap. 85

[3] Idem – 2ª parte, cap. 85

As bodas porem, ficáram para outro dia. O rei queria convidar as suas cidades e villas para se representarem, queria fazer festa grande e a quaresma aproximáva-se. As bodas ficáram portanto para o dia 14 do mesmo mez.

Foi então a festa grande dentro do velho burgo portuense.

As ruas — conta o chronista[1] — estavam cheias de verdura, ornamentadas; desde a madrugada só se ouvia o businar d'instrumentos «pipias e trombetas» acompanhando as danças; nas hortas entre S. Domingos e a rua do Souto «justavam e torneavam grandes fidalgos e cavalleiros;» os sinos repicavam alegremente e por toda a velha cidade havia a mesma alegria, a mesma expansão de felicidade.

Era cedo ainda quando veio o cortejo do paço episcopal, no meio de tanta gen-

[1] *Chronica* — idem 96

te «que se não podiam reger.» O rei vinha num cavallo branco, coberto com pannos d'ouro[1] e a rainha vinha n'um outro levado á redea pelo arcebispo soldado; atraz, um acompanhamento de moças nobres e da cidade, cantavam; seguiam-se moços, escudeiros, e tudo no meio do estridente vozear de muitos instrumentos.

Na Sé houve festa religiosa e d'ahi voltaram ao paço, onde a festa profana continuou. As mesas já esperavam enfeitadas, cheias de iguarias; n'uma sentávam-se os noivos, n'outras «os bispos e outras hon-"radas pessoas...»

O Condestavel sempre bom, era o mestre-sala; dirigia tudo d'um lado para o outro contente e activo como bom «ser-"vidor de toalha e copa.»

[1] Pinho Leal diz: [vol. 7º, p. 220 do *Portugal antigo e moderno*] «o rei sahio montado em um formoso cavallo branco, vestido (o rei) de rica tella...» Sempre bondoso o fallecido

Então comeu-se e bebeu-se; lá fóra o povo exultava: era o bom filho do rei justiceiro!

As danças continuáram; dentro da casa ainda corriam havia jôgos, folguedos sem conto; no rosto de todos havia alegria e contentamento e depois da refeiçaõ dançáram todos os convidados: fidalgos e plebeus.

Foi uma grande festa. O condestavel sentia-se feliz, querendo a tudo, que tudo corresse bem, que as bodas fossem felizes, venturosas.

E, finalmente, ao seraõ, depois da ceia, o arcebispo — que ajudára a subir ao throno, o Mestre, com a sua espada valerosa — foi, rodeado d'outros prelados benzer o leito nupcial. Serenamente, os dois encaminharam-se para o quarto, e foram-se

e notavel investigador! Sem aquelle parenthesis, ficaria compromettida a memoria do Mestre, ou do cavallo branco, e quem sabe se ~~da~~ a verdade sobre a moda da epocha!...

«os outros para suas pousadas,» em boa paz e amizade.

Aquelle dia, depois da bençaõ santa dada pela mão do soldado valeroso ao leito de noivado do Mestre e da princeza ingleza «serena, grave e laura»[1] ficou marcando para Portugal o inicio d'uma nova éra, d'uma vida gloriosa, da qual, os filhos da fecunda união abençoada pelo arcebispo, são os auctores e os continuadores.

O cruzamento foi «da melhor especie,»[2] a mão que o abençõou foi das mais valentes e por sobre tudo isto, pairava o riso santo do Condestavel que fôra mestre sala...

[22-I-905]

[1] Os Filhos de D. João I – cap. I
[2] Idem – idem

Bibliographia: Fernão Lopes: Chronica de D. João I – 2ª parte, cap. 93-98 — Oliv.ª Martins: Os Filhos de D. João I, cap. I — Oliv.ª Martins: Hist.ª de Portugal – liv. III, cap. I — Pinho Leal: Portugal antigo e moderno – v. 7º, pag. 230

XI

2 de fevereiro de 1531 = A Ilha dos mortos

No dia 1 de janeiro de 1531, o governador da India D. Nuno da Cunha, chegado do reino um anno antes com ordens terminantes de D. João III para levantar o prestigio portuguez no Oriente, fazendo guerra « a "fogo e a sangue »[1] a quem se lhe oposésse, partia da barra de Goa para a conquista da (em breve) heroica ilha e fortaleza de Diu.

D'ahi a uns dias entrou em Bombaim; era este o logar marcado para — como hoje se diria — ponto de concentração das forças. De facto, a armada flammante e poderosa estava toda reunida, e tão grande e forte,

[1] Andrade: Chron.ª de D. João III - 2.º v. p. 036

como ainda não fôra vista nenhuma no Oriente: oito náus, quatorse galeões, duas galeaças, dose galés rasas, duzentos e vinte e oito bergantins, caturres, fustas e muitos outros barcos de mantimentos e com colonos para a cidade."(1)

Era uma ironia lançada á memoria d'Albuquerque!

Mas, lá foram: o governador passou-lhes revista, houve festas, salvas, bandeirolas e no dia seguinte partio, dividida em tres divisões a luxuosa esquadra na qual iam «passante de trinta mil pessoas» diz o chronista Francisco d'Andrada, de que o governador «ficou asáz confuso»(2)

A corrupção e o luxo tinham levado tudo aquelle estado; só escravos oito mil e um sem numero de vendilhões, commerciantes, parasitas! Gente valida, no

(1) P. Chagas: Hist.ª de Portugal - v. 3º, p. 574
(2) Chronica cit.ª - vol. II, p. 421

fim de contas, pouca;[1] tudo o mais era luxo, commodidade, ostentação!

Passaram todo o mez de janeiro na viagem pela costa do Malabar; o terror fizera fugir tudo e a esquadra foi andando sem disparar um tiro, solemnemente até que fundeáram numa pequena ilha, a ilha de Beth[2] a umas sete leguas[3] de Diu, ilha pequena e sem importancia, mas que serviu para mais uma vez se mostrar o que eram as almas christianissimas — para me servir d'um termo de Camillo — dos

[1] «... e por toda a gente portugueza, dizem, "não passaria de dois mil e setecentos homens» [Lopo de Sousa: Hist.ª do cerco de Diu, cap. II, I.ª part.] «... ao todo cinco mil e tantos portuguezes» [Chagas: Hist.ª cit.ª, v. 3.º, p. 576] «... 400 navios "tripulados por 3.500 brancos ...» [Bettencourt Descobrimentos, guerras, etc, p. 251]

[2] Lopo de Sousa chama-lhe Beth, assim como Diogo do Couto; mas Andrade diz Beta.

[3] «... ilha que está sete leguas de Diu ...» [Lopo de Sousa, Historia cit.ª, I parte, cap. II] «... está sete leguas de Diu ...» [Andrade: O primeiro cer-

nossos homens da India. Era preciso mostrar quanto se valia antes de entrar na barra de Diu; um anno antes, um dos homens que ia na armada tinha posto a ferro e a fogo a costa de Cambaia e agora era preciso dar um exemplo similhante.

Era necessario o «primeiro ensaio de guerra»[1] segundo um contemporaneo e realmente o ensaio fez-se a contento de todos.

Intimáram o governador da ilha para que se rendesse. Este tinha na povoação cercada por um muro segundo o testemunho de D. Lopo de Sousa Coutinho «até dois mil homens de differentes linguagens.»[2]

Era uma cousa exigua, insignificante, sem valor, perante o poder de tão grande armada. Mas o governador da ilha respondeu altivamente, com uma digni-

co de Diu, poema – canto I, est. 48]

(1) Bettencourt: *Descobrimentos* etc., p. 251

(2) *Historia* cit.ª, p. 24

dade notavel, por intermedio d'um dos seus inferiores:

— Senhor! já que tu vaes a um tão grande feito e tão digno do teu animo como é a presa de Diu, não te devias embaraçar em cousa tão pequena e de tão pouca substancia como é esta ilha...[1]

E accrescentava ironicamente:

— Se nos matarem a todos não ha-de ser tanto a salvo que lhes não custe muito e assim ficariam arrefecidos da furia que levam contra Diu...[2]

Estas rasões enfadáram[3] o governador Nuno da Cunha. Insistiu que os da ilha se entregássem como prisioneiros e dessem as suas armas e a artilheria; os atacados só consentiam em lhes dar a ilha mas retirando-se elles com tudo para a terra firme.

Não chegáram portanto a uma solução

(1) Andrade: Chron.ª, 2.ª p.te, pg 428.
(2) Couto: Deccadas, 4.º v., liv.º 7.º, cap. 3.º
(3) Andrade: Chron.ª, idem, idem.

rasoavel e a guerra tinha de se dar inevitavelmente.

No dia seguinte — 2 de fevereiro[1] — contra o parecer d'alguns dos capitães da armada pela madrugada, deu-se o ataque á povoação. A ilha tinha sido, desde vespera, cercada pelos caturres e fustas; os defensores viram-se reduzidos a morrer, pois outro remedio não havia e uns para os outros diriam talvez que nobreza era a d'aquelles homens de Christo que assim atacavam uma ilha indefeza e inofensiva, com tamanho poder!...

Por detraz dos seus muros de fortificação os defensores viam o inimigo avançar, pisando as margens e o que se fazia lá dentro.

Aquella prepotencia estimulou-os, in-

(1) Lopo de Sousa [*Historia* cit.ª] diz a 2 de fevereiro; Andrade [*Chron.ª* cit.ª] diz que foi no «dia da purificaçam da gloriosissima virgem»; mas o *Anno Historico* diz a 9 de fevereiro.

citou-os a morrerem dignamente e segun-
do a expressão do consciencioso Hugo de Sou-
sa «movidos de desesperada e honrosa deter-
" minação »[1] ~~dat~~ praticáram um acto, barba-
ro sem duvida, mas que, se attendermos
á situação e á crueldade dos nossos se pó-
de chamar heroico.

Firmes no seu propósito de morrer com
dignidade e honra, os homens validos, quer
homens de guerra quer não, entraram nas
suas casas, nos seus lares e ahi, á espada
e a punhal mataram as mulheres, os filhos,
os velhos!

Loucamente, cégamente, juntaram
todos os seus haveres numa praça e sol-
tando-lhes o fogo de mistura com os cada-
veres, viram consumir-se naquelle fu-
mo que subia rapidamente, tudo o que
tinham neste mundo, e « deixando só-
" mente armas e desesperação para despo-

[1] Historia cit.º - pp 26

"jo dos seus inimigos."[1] » Ardeu tudo!

Diogo do Couto indignou-se contra tanta barbaridade; «esta cruesa executaram "sem lhes mover as intranhas o choro do tenro filho nem as lagrimas da cara e amada esposa»[2] mas não se indigna contra a força brutal das almas christianissimas dos nossos homens que foram os causadores d'aquelles tristes desgojos arderem assim «soberbissimamente»[3] como elle proprio declara!

São modos de ver.

O combate foi o que era de esperar. Os nossos arremettendo com bravura, com furia mesmo lançáram-se contra o muro que foi defendido bravamente. Logo no começo desta lucta ficou ferido um dos mais celebrados homens do tempo o heroico Heitor da Silveira (do que veio a

(1) Lopo de Sousa: Historia cit.ª, §§ 26
(2) Deccadas — 4ª, liv. 7º, cap. 3º
(3) Idem — idem, idem.

morrer passados dias) e juntamente com este, cahiram para não mais se levantar um grande numero dos nossos.

Foi um combate cruento, terrivel; os de dentro só começáram a ceder quando viram cahir morto o commandante, mas quando os nossos entráram acutilando, espadeirando, atravessando vivos e mortos, á lançada, viram somente que na sua frente tinham aguas «as quentes cinzas
" de todas as riquesas, mulheres e meninos
" d'aquella ilha.»[1] Nada mais!

Tudo ardera, de facto, soberbissimamente!

A ilha de Beth mudou então de nome; ficou sendo a Ilha dos Mortos para attestar o heroismo portuguez.

E d'então para cá ficou sendo tão conhecida e clara como antes tinha sido pequena e ignota segundo diz um poeta nosso que á falta d'outra cousa, pôz

[1] Deccadas – idem, idem.

em oitava-rima as heroicas façanhas do primeiro cerco de Diu.[1]

═══ {29-I-905}

XII

5 de fevereiro de 1525 = D. Joaõ III e o casamento

Curioso, muito curioso mesmo, é o logro em que o rei D. Manuel fez cahir seu filho quando se tratou do seu casamento com uma princeza hespanhola.

O rei D. Manuel enviuvára da segunda mulher aos quarenta e oito annos, mas apesar da edade e da segunda viuvez, apa-

[1] Francisco d'Andrade: O Primeiro cerco de Diu — canto I, est. 48

Bibliographia: Franc.º d'Andrade: Chronica de D. Joaõ III — 2.ª parte, cap. 66-68 — Diogo do Couto:

sar da sua «prudencia e mansidão» como diz o autor dos *Elogios*[1] parece que não queria mesmo sem outro casamento e sem deixar mais descendencia.

Até nisto elle era o venturoso!...

Aconteceu que por este tempo se tratava do casamento do principe D. João que com grande desgosto do pae parecia não ser uma grande cabeça — ou até uma fraca cabeça — no que infelizmente não mudou. A noiva escolhida foi uma irmã de Carlos V, uma bella rapariga, formosa, encantadora e cujo retrato encantou o rei apesar dos seus cabellos

Deccadas — Dec.ª 4ª, liv.º 7º, cap. 3º — Sousa Coutinho: *Historia do cerco de Diu*, liv.º I, cap. II — P. Chagas: *Historia de Portugal*, vol. 3º, cap. 73 — Bettencourt: *Descobertas, guerras e conquistas dos portuguezes*, liv.º II, cap. IX — *Panorama*, art.º no nº 15, I vol., p. 120 — Franc.º d'Andrade: *O primeiro cerco de Diu*, poema, canto I e II —

[1] *Elogios dos Reis de Portugal* — p. 83

brancos. As negociações estavam entaboladas e a princesa já pertencia segundo Fr. Luis de Sousa nos *Annaes* «em "espirito, aos dezesseis annos mal soffridos "e ardentes»[1] do nosso futuro fundador da Inquisição.

A princesa talvez já pensásse em paus santos, tambem, no moço principe portuguez que era um mancebo de gentil presença, de olhos azues formosos[2] se os chronistas não mentem.

Tudo esperava para breve o enlace. Mas o velho rei *venturoso* apaixonára-se pelo retrato e não havia tirar-lhe aquella paixão senil. E, emquanto o filho esperava pela formosa espanhola, o pae, mandando a Castella um embaixador, Alvaro da Costa dar as boas-vindas ao rei D. Carlos, incumbiu-o de, no contrato da

(1) Cit.º e transcripto em Theoph.º Braga: *Camões e o sentimento nacional*, pg 256

(2) Brito: *Elogios*, p 106

casamento conseguir «mudar o nome aos noivos»[1] e em logar do principe D. João, moço bem parecido e no vigor da mocidade, collocar o rei D. Manuel com cincoenta annos de edade, de cabellos brancos e barba rapada![2]

De facto, o embaixador portou-se dignamente mostrando bellas qualidades de cortesão e de intriguista. A troca official foi facil; o que não foi facil foi a troca que a noiva teve que fazer nos seus sonhos de donzella; um velho em vez d'um principe jóven... Mas Alvaro da Costa teve artes para tudo: mostrou que o principe era um quasi idiota, cheio de vicios, mal intencionado e alem d'isso — insinuava elle — um rei sempre era um rei!...

Fosse como fosse o contracto de casamento fez-se entre o rei de Portugal e

(1) Pinh.º Chagas: Hist.ª de Portugal, v. 3º, pg 391
(2) Brito: Elogio, pg 89.

a infanta D. Leonor, uma das irmãs do grande Carlos-Quinto, cousa que a não se lhe dar o nome de ridiculo não sei que outra qualificação mereça.

A futura rainha veio, e na villa do Crato, no dia 24 de novembro de 1518 realisou-se o casamento que foi sem duvida um logro em que o pae fez cahir o filho logro que mereceu completa reprovação de todos e em especial dos validos do principe.

Mas vem aqui talvez a proposito aquella pergunta de Rodrigues Lobo:

«Quem dará segura
Ventura a mulhér?»[1]

Não aventemos hypotheses; sejamos rasoaveis. O que nos dizem as historias é que, á entrada da villa, foi receber a infante o principe D. João que se apresen-

[1] O Pastor Peregrino, liv. I, jornada 10ª

tão muito diferente do que o embaixador dissera e fizera crêr. A surpresa foi grande e ficando-lhe a vista nos formosos olhos do seu ex-noivo, D. Leonor disse para uma dama da sua comitiva:

— Este és el bovo?...[1]

O principe, naturalmente, reagiram e seguiu o cerimonial do estylo; mas a infanta decerto que poderia dizer como a mulher do rei Seleuco no Auto de Camões:

« Logo nesse mesmo dia
No principe filho vi
Os olhos com que me via...»[2]

Adeante!... O que foi certo é que ficou logrado o nosso futuro D. João III e desde então não poderia ver com muito bons olhos o pae.

Até subir ao throno passados tres an-

[1] P. Chagas: Historia cit.ª, vol. 3º p. 411
[2] Auto d'El-rey Seleuco.

nos, conservou-se solteiro. Naturalmente ficou-lhe o resentimento, mas quando o rei D. Manuel morreu e por consequencia ficou viuva a rainha, os olhos iam-se-lhe nessa formosa princesa que poudara pra esposa nos seus pontos de rapáz.

E nesta altura, diz Pinheiro Chagas «as "murmurações dos cortezãos redobráram»[1]

Sangue economico o povo propoz ao rei o casamento com a madrasta preven-do naturalmente um novo dote á nova ráinha. Os dois parece que não queriam e Carlos Quinto destinava a irmã para Francisco I de França. Um agente de Carlos Quinto intrigáva de mistura[2] e deu em resultado que a rainha viuva lá foi para França — segundo Garcia de Resende — «com joias e com dinheiro»[3] acabando assim as murmurações.

(1) Historia cit.ª, 3º, p 411
(2) Vide Andrada: Chron.ª de D. João III, I, cap. 20
(3) Miscellanea, p 361

D. João III comtudo queria alliança com o Imperador; este tinha ainda uma outra irmã D. Catharina; contrataram-se o casamento e a infanta veio a ser rainha de Portugal onde teve a infelicidade de ver morrer os filhos e depois os netos em Alcacer-Kibir.

Foi a 5 de Fevereiro de 1525 que se realisou o casamento com a irmã da sua promettida noiva e o rei teve sempre nella uma boa conselheira para quem se não deixou sempre governar para seu mal e para mal do seu paiz.

Ha trezentos e oitenta annos, o rei protector dos jesuitas, conseguio enfim, casar sem ser logrado...

O velho rei venturoso já tinha descido ao tumulo; mas [redacted] na phisionomia da esposa, não veria elle, ao menos, uns traços d'aquella por quem certamente sentiria uma ou outra saudade dos tempos em que se contentavam em abra-

far comsigo os suspiros e a esconder os olhares?...

D. João III, era, contudo, rapaz nos seus vinte e dois annos; a infanta era formosa; e o que lá vae, lá vae!...

E alem disto, ficou tudo em familia![1]

[31-I-905]

XIII

12 de fevereiro de 1325 = Affonso IV e as Ilhas Canarias.

O erudito visconde de Santarem, numa das suas excellentes obras, disse a respeito da prioridade das nossas descobertas: «não se póde encontrar até "agora uma unica carta, um unico mo-

(1) Bibliographia: P. Chagas: Historia de Por-

"mumento que possa provar de maneira in-
"contestavel que os maritimos italianos, ca-
"talães e outros, dos paizes situados no me-
"diterranêo, emprehendessem navegações
"no alto mar exterior antes das expedições
"portuguezas.» (1)

Esta affirmação do illustre investigador é em geral, lettra morta entre nós. É vulgar ver-se portuguezes, aliás instruidos, acceitarem a opinião corrente de que as nossas navegações maritimas começáram com as viagens de Zarco e Perestrello, á Madeira e Porto-Santo por ordem do In-

tugal, vol. 3º, cap.º 51 e 52 — Fr. Bernardo de Brito: Elogios dos reis de Portugal — Theophilo Braga: Camões e o sentimento nacional, cap. IV, 3º — Fr. Francisco de S. Luis: Memoria em que se refuta o que dizem alguns escriptores «que os portuguezes são propensos a ajuisar, ou suspeitar mal das suas rainhas e rainhas, principalmente sendo estrangeiras e castelhanas» a pg 393 do 1º tomo das Obras — F. Deniz: Portugal Pitoresco, 2º v. pg 4 —

(1) Cit.º em José de Torres: Originalidade da

fante D. Henrique; é vulgar ver-se isto e contudo esta opinião — para me servir d'uma expressão de D. Fr. Francisco de S. Luis[1] — é «uma insigne falsidade.»

O proprio navegador Luis Cadamosto que andára ao serviço do Infante, diz ser este «o primeiro inventor das navegações do Oceano»[2] mas o que hoje se sabe e principalmente depois d'uns trabalhos d'um extrangeiro[3] (para vergonha nossa) é que as nossas caravellas começáram a sulcar o mar Tenebroso, nos começos do seculo XIV.

D. Diniz, mandando plantar o pinhal de Leiria «iniciou — na phrase elegante de D. Antonio da Costa[4] — a possibilidade

navegação do Oceano... no Panorama, X, 320

(1) Memoria em que se refuta, etc, a pg 383 do 1º tomo das Obras —

(2) Cit.º em Latino Coelho: Vasco da Gama, 1º vol., pg 197

(3) Henry Major: Life of Prince Henry.

(4) Hist.ª da Instrucção — pg 27

"da marinha que nos havia de conquistar a
" Africa, e descobrir a America » mas pare-
ce que só no reinado seguinte, do bravo
Affonso IV, ellas tiveram uma realisa-
çaõ positiva e pratica.

Os nossos aventuráram-se por esse mar
Tenebroso, tão cheio de lendas e de medos;
por ventura conheceram a ilha da Madei-
ra e do Porto Santo, os Açores, as Cana-
rias, mas tudo isso ficou ignorado, ape-
nas documentado por uma ou outra
carta perdida nos massos dos archivos
ou um qualquer papel de régia prove-
niencia, coisas estas que só ha pouco te-
em vindo dar alguma luz sobre o assum-
pto. Os antigos chronistas nada dizem a
tal respeito, mas, em vista de trabalhos de
erudiçaõ e grande investigaçaõ, sabe-se
que, tocante ás ilhas Canarias « naõ é
" hoje temerario admittir que já antes de
" 1344 navios portuguezes as haviam descu-
" berto » segundo nos afirma o insigne

escriptor Latino Coelho[1] na sua obra notavel Vasco da Gama.[1]

Succedera que, por esse anno, um infante hespanhol, D. Luis de Lacerda, bisneto de Affonso o sabio, pedira em Avinhão ao papa Clemente VI que o investisse no dominio das ilhas Canarias com o «o singular predicamento de principe da Fortuna.»[2]

E, como «sempre foi facil dar aquillo que se não póde haver» segundo Fr. Francisco de S. Maria,[3] o papa concedeu-lhe a pedida soberania, mais ou menos enfeudada á Santa-Sé que por isso recebia uma determinada somma.

Mas, como Santo-Padre só podia conceder o titulo e não o territorio escreveu aos reis da christandade pedindo-lhes auxilio para o referido D. Luis de Lacer-

[1] Vol.e I, pg 202
[2] Idem, idem, idem.
[3] Anno Historico, IV. pg 186

da, para que elle podésse conquistar de nós o archipelago, tornando em realidade o simples titulo posto em nome de Deus...

O que os outros reis responderam ao vigario de Christo não sabemos nós; o que se sabe é que o nosso monarcha D. Affonso IV respondeu no dia 12 de fevereiro de 1345 protestando contra a determinação pontificia.[1]

A carta de protesto foi encontrada por um italiano Reynaldo, na Chancellaria Romana e está transcripta na obra de José da Costa Macedo: _Memorias para a historia das navegações e descobrimentos portuguezes_,[2] carta e que o celebrado ca-

[1] Esta é a data apresentada por Macedo nas suas _Memorias_ adeante cit.as; «mas Raynaldo, de cuja obra copiou o documento attribue-lhe a data de 1344» (_Vasco da Gama_, I, p. 202). Diniz, no _Portugal Pittoresco_, (I v. p. 138) diz, referindo-se ás _Memorias_ «ali se verá o protesto... em data de 15 de fevereiro de 1345.»

[2] No tomo VI, das _Memorias da Acade-_

deal Saraiva dá todo o credito e importancia.[1]

Foi, pois, ha quinhentos e sessenta annos que o rei — que depois mereceu de Herculano a qualificação de «homem de juizo»[2] quiz reivindicar para os seus o direito sobre as ilhas em questão, porque os navegadores portuguezes as tinham descuberto, ou pelo menos conhecido.

Dizia elle que, «aquellas ilhas lhe pertenciam por as haver descuberto e mandado a ellás seus vassalos e que as teria conquistado se as guerras, que sustentava contra os mouros lho permittissem»[3] e accrescenta-

mia real das Sciencias.

(1) Na Memoria em que se colligem algumas noticias sobre os progressos da marinha portugueza até o principio do seculo XVI — no tomo I das Obras, p. 435

(2) Apontamentos para a historia dos bens da corôa e dos foraes, no Panorama, VIII, p. 42

(3) Parte da carta transcripta em S. Luis: Memoria cit.ª, p. 458.

BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE

na mesmo que tinham vindo de lá gentes e animaes trasidos nos navios descobridores[1]

Esta carta é notavel pelo seu valor historico e pelo facto de ser uma reclamação em forma contra o poder papal.

Este fazia com grande facilidade concessões que iam ferir interesses de terceiro; a Santa-Sé mandava e tudo tinha que se curvar e obedecer.

O resultado de tão justa reclamação não sabemos.

O que é verdade é que o nosso dominio nunca lá se estabeleceu.

Seria desleixo? Seria medo?

O energico protesto de Affonso IV, ficou, sem effeito para a epocha; comtudo, veio, passados cinco seculos, dar uma

(1) «... gentes nostras et naves aliquas, "insulas accedentes tam homines quam "animalia et res alias per violentiam "occuparunt et ad nostra regna cum in-

luz, ainda que escassa a esses primeiros arrojos e cometimentos que deram depois a viagem da India.

Fosse desleixo, fosse medo, o que é certo é que se seguio o velho systema a que o immortal Garrett chamou o <u>santo amanhã</u> de Portugal.

[31-I-905]

"genti gaudio apportarunt." Parte da carta, transcripta em <u>Vasco da Gama</u>, I, p 203

Bibliographia: Latino Coelho: <u>Vasco da Gama</u>, I vol. cap. XIII, pp 201-204 — Fr. Francisco de S. Luiz: <u>Memoria em que se colligem algumas noticias sobre os progressos da marinha portugueza até os principios do seculo XVI</u>, no I tomo das <u>Obras</u>, a p 435 — Fortunato d'Almeida: <u>O Infante de Sagres</u>, pp 64-65 — José de Torres: <u>Originalidade da navegação do Oceano atlantico septentrional e do descobrimento de suas ilhas pelos portuguezes no seculo XV</u>, no <u>Panorama</u>, vol. X e XI — F. Denis: <u>Portugal Pittoresco</u>, I, p 138 — J. Bray d'Oliveira: <u>Marinha Portugueza</u>, p 6 [nº 148 da Bibliotheca do Povo]

XIV

19 de fevereiro de 1541 = A viagem do monte Sinai.—

Ha trezentos e sessenta e quatro annos sahia do porto de Maçúa, no mar Vermelho, a armada de D. Estevam da Gama, governador da India, na direcção do norte e, no dizer de Gaspar Correia, «tão luzida e louçã, mais do que nunca se fez até este tempo.»[1]

Ha mais de mez e meio que partira de Goa para ir a Suez destruir as armadas dos turcos que se preparávam para cahir sobre a India portugueza como uma avalanche formidavel que não deixasse pedra sobre pedra.

(1) Lendas: Lenda de D. Estevam da Gama, no

se destruir na propria origem todos os males que estavam imminentes sobre o nosso dominio; e para isso navegava pela barra de Maçua a luzida armada de oitenta embarcações[1] sob o commando directo do filho do primeiro almirante d'aquelles mares, e do qual, Oliveira Martins diz que « foi ninguem. »[2]

D. Estevam da Gama, apesar da affirmaçao do celebre historiador, foi, comtudo alguem. Foi ninguem ao pé de D. João de Castro, o modelo da honradez e do valor, ou de Nuno da Cunha que encheo o Oriente com o echo das suas façanhas; mas teve algum merecimento ainda, quanto mais não fosse, o de ir, em pen-

cap. XVII.

(1) Oitenta e duas embarcações segundo Andrade {Chron.ª de D. João III, v. 3º, cap. 76}, Gaspar Correia {Lenda, cap. XVII} e Couto {Deccadas, 5ª, livº 7º, cap. V}. Oitenta segundo Faria y Sousa {Asia Portug.ª}.

(2) Hist.ª de Portugal — II, pg. . .

de guerra pelo mar Vermelho dentro e armar solemnemente, cavalleiros no monte Sinai façanha esta que, se não foi das mais apregoadas e das mais rendidas — que o não foi — foi comtudo das que mais definem o caracter do nosso heroismo e a feicção das nossas aventuras.

E realmente, não lhe chamemos viagem, campanha, façanha; chamemos-lhe aventura, porque aventura foi tudo aquillo que se fez no Oriente em nome do rei de Portugal que esperava sempre com impaciencia as remessas das especiarias que lá se compravam ás lançadas.

Aventura foi tudo aquillo desde a primeira viagem do Gama; e expedição que partisse era uma festa, havia regosijo.

E com esta, a festa fôra solemne, em Goa; houve missa em pontifical dita pelo bispo D. João d'Albuquerque que no fim prégou louvando o zelo christão e ao mesmo tempo o zelo patriotico

dos expedicionarios[1] aos quaes absolveu em nome de Deus.

Com esta segurança para a alma e com a esperança de presa boa, « não ha " ne soldado de valor a quem não alvoroçás " se o risco de tão nova jornada » como diz o nosso rethorico Jacintho Freire.[2]

E lá foi, do porto de Maçuá, com vento noroeste — segundo afirma D. João de Castro no Roteiro,[3] que escreveu desta viagem — a armada poderosa, navegando para Suez.

A empresa não saiu contudo, como se desejava. Queimar as náus dos turcos era o fim official da expedição; destruir no proprio estaleiro o poder inimigo, tinham sido as recommendações de D. João III; mas nem tudo o que se deseja se realisa e o grande fim da empreza

(1) Lendas: Lenda de D. Christovam, cap. XVII
(2) Vida de D. João de Castro — liv. I
(3) Roteiro do Mar Roxo — pg 75

ficou gorado. Em Suez tiveram aviso do intento do governador; varáram as náus em terra e fortificáram-se «tão de "proposito» diz o hespanhol San Roman[1] que os portuguezes chegados tres dias depois viram a dificuldade do ataque, senão a impossibilidade do mesmo.

Neste tempo já a palavra dificil se empregáva nas acções da India.

E o que é facto é que nada fizeram. As náus dos turcos continuáram varadas e os defensores sempre alerta; e a poderosa armada de D. Estevam da Gama «por causa "dos baixos e restingas d'aquelle porto»[2] continuou o seu caminho com «os va- "sos de varias formas e grandesas»[3] com que sahira de Goa sob os bons auspicios do bispo D. João.

(1) Historia General de la India Oriental – livº III, cap. XX.

(2) Vida de D. João de Castro – livº I, p...

(3) Faria y Sousa: Asia Portugueza.

Seguio-se o systema da epocha: talou-se, queimou-se toda a costa. Terra que apparecesse á vista, era saqueada e entregue ás chamas depois de tudo roubado. Era uma <u>razzia</u>.

Em Tóro, porem, um pequeno porto porto de Suez appareceram uns frades a D. Estevam, implorando em nome de Deus que protejesse a cidade. Pertenciam a um convento de Santa Catharina, sito no monte Sinaï onde guardavam o corpo da santa em precioso mausoleu.

O sentimento religioso dominou então naquelles homens heroicos, mas salteadores.

As reliquias sagradas de Santa Catharina naquelle monte, a que anda ligada a lenda de Moysés infundiram respeito aos aventureiros portuguezes.

Deposta por um pouco a espada e esquecido por um pouco o saque, quizeram todos adorar, ali, nas costas arabigas,

longe da patria, entre povos inimigos da sua fé, as reliquias (verdadeiras ou falsas) d'uma santa.

Foram. E, junto ao tumulo sagrado, o governador D. Estevam da Gama, desembainhando a sua espada, armou solemnemente cavalleiros a D. Alvaro de Castro filho do futuro vice-rei D. João de Castro, a D. Luis d'Athayde que depois veio a ser vice-rei da India e a alguns outros mancebos nobres que iam na aventura.

Os frades entoavam psalmos sagrados; o sol fazia brilhar as planicies d'areia que se estendiam em volta, a perder de vista; e os proprios musulmanos, que, toleravelmente, guardavam o convento das investidas das hordas salteadoras da região pasmavam da tempera d'aquelles homens.

Os novos cavalleiros, ajoelhados, recebiam as pancadas do ritual, e o go-

vernador, appelando para o testemunho da santa, dizia gravemente, a phrase sacramental:

— Deus vos faça um bom e leal cavalleiro...

E voltaram para a armada. A devastação continuou; voltaram a Goa sem a missão cumprida, mas deixáram pelo Oriente a fama da aventura.

Armáram cavalleiros onde Moysés recebeu as leis sagradas; uns as doze taboas, outros as esphéras d'ouro.

Differença d'epocha...

Contudo, o melhor elogio que se póde fazer ao governador, parece-nos que é o que lhe faz o modesto epitaphio:

«O que armou cavalleiros no monte Sinai, veio acabar aqui.»

[15-II-905]

Bibliographia: Gaspar Correia: Lendas da

XV

23 de fevereiro de 1823 — O Conde de Amarante e o absolutismo.

« O que era a nação portugueza, senho-
" res, antes das gloriosas epochas de 24 d'agos-
" to e de 15 de setembro? »

Isto perguntava Fr. Francisco de Sampaio, franciscano, do alto do pulpito da egreja de S. Francisco de Paula, no Rio de Janeiro, a 15 de setembro de 1821. E, conscio do seu papel, respondia á sua propria pergunta:

— « Um povo sem agricultura, sem
" commercio, sem navegação, sem riquezas

India, Lenda de D. Estevam da Gama — D. João de Castro: Roteiro em que se contem a viagem que fizeram os portuguezes no anno de 1541 — Francisco d'Andrade: Chronica d'

"sem credito publico, entregue aos punhaes
"de ministros infames, e a cuja vista se
"apresentava d'um lado a formidavel pre-
"rogativa d'esse tribunal vergonha do Evan-
"gelho, e do outro uma politica sanguinaria,
"suspeitosa, herdeira das funestas maximas
"dos Richelieus...»[1]

E, continuava o frade liberal nas in-
vectivas contra os seus inimigos politicos.

A boa-vontade d'aquelles homens da
revolução fazia-os fallar assim: desde

El-Rey D. João III, tomo 3º, pag. 75 e seg.tes — Jacin-
to Freire d'Andrade: Vida de D. João de Castro,
livro I — Fr. Francisco de Santa-Maria: Anno
Historico, Diario Portuguez etc — Fr. Ant.º
San Roman: Historia General de la India
Oriental, livº 3º, cap. XX — Diogo do Couto: De-
cada quinta da Azia, livº 7º, cap. I e seg.tes —
Faria y Sousa: Asia Portugueza — Fr. Fran-
cisco de S. Luiz: Indice chronologico das na-
vegações, etc —

(1) Sermão em acção de graças que em
memoria dos dias 24 d'agosto e 15 de setembro
de 1820, o senado e os cidadãos do Rio de Ja-

24 d'agosto, Portugal ficou outro, com commercio, com navegação, sem ministros infames, rico, considerado; enfim, segundo a moda, ficou um paiz *comme il faut*...

Oh santa ingenuidade!...

Ainda não tinham passado trez annos depois que o justo grito de revolta se levantou no Porto, o conde d'Amarante, homem mais positivo — como mais ou menos os absolutistas — quiz provar quanto era falso o que diziam e que o paiz ainda não sabia o que era a liberdade e que uma revolução não se faz só com palavras.

Os acontecimentos assim o demonstraram.

O conde d'Amarante, o celebre Silveira filho do vencedor de Soult, observava em Villa-Real o que se passava. A consti-

tuição

<u>neiro solemnisaram no dia 15 de setembro ... recitado por Fr. Francisco do Sampaio, religioso franciscano</u> .... [1821, Rio de Jan.º]

ção de 1822 não agradára[1]; a rainha Carlota Joaquina conspirava na quinta do Ramalhão; o enthusiasmo ia esfriando, principalmente depois da morte de Fernandes Thomaz e tudo via que em breve se dariam graves acontecimentos apesar do muito conhecido José Liberato dizer: «no periodo que vae de 24 d'agosto de 1820 "até ao começo de junho de 1823 póde-se "dizer sem hesitações e sem faltar á verdade "de que foi a unica epocha em que vivemos um governo verdadeiramente portuguez»[2]

Apesar de tudo, o conde d'Amarante em Villa-Real, a 23 de fevereiro de 1823 proclamou abertamente a reacção. Muitas terras correram em seu auxilio, muitos officiaes superiores se lhe juntaram e d'entre estes, «os que tinham

[1] Veja-se O Desterro do Ramalhão, a pg 37 d'este volume.

[2] Essay historico-politique, pg 277

"tomado mais activa parte na revolução
"de Vinte!» [1]

Foi assim que se correspondeu ao esforço generoso dos revolucionarios companheiros de Fernandes Thomaz; foi assim que se comprehendeu a revolução sympathica — ainda que com certa ingenuidade — de 1820!

As espadas que se desembainharam pela Liberdade combatiam agora pelo altar e pelo throno, abrasadas em viva fé patriotica e religiosa!

Nada mais logico...

O conde fez — como é costume — uma proclamação: «Sereis tão cobardes
"que não derrubareis este edificio vergo-
"nhoso que a fraude erigio em territo-
"rio portuguez? Consentis que o thro-
"no do vosso monarcha seja profanado
"por um punhado de rebeldes?...»

[1] P. Chagas: Hist.ª de Portugal, 8.º, pg 224

E accrescentava sentimentalmente:
«mas que oiço? que multidão é esta? É'
" o som da trombeta guerreira. Ás armas
" portuguezes! Vinguemos a terra d'esses
" monstros!...»[1]

A revolta cresceu, tomou vulto. Em Lisboa declamava-se muito nas camaras mas não havia generaes que tomássem o commando de forças que batessem a revolta. Nomearam Luis do Rego, á frente de trez-mil homens[2], e este general chegado ha pouco da America foi o unico que se podia opôr á marcha da reacção armada.

No entanto, o que fasia D. João VI?

O rei, o bom monarcha, obeso e beato, esperava o resultado de tudo aquillo, sem uma vontade nem um desejo que não fosse o socego, vendo — co-

(1) Transcripta em P. Chagas: Idem, 8º, 226
(2) P. Chagas: Idem, 8º, p 226

no hoje se diz em phrase chã — em que faziam as modas, dando assim logar a que depois um illustre lente da Universidade[1] miguelista acerrimo dissésse, comparando-o a Fabio Maximo, o *cunctator*, «proeza muito maior faz o "nosso rei incomparavel, illudindo com "uma sabia temporisação a esses que se "presávam de peritos em politica, astucio- "sos Annibaes!...»[2]

Pobre D. João VI, que tanta cousa lhe chamáram!

Luiz do Rego, no entretanto avançava. A 13 de março encontrou-se com

[1] Era Fr. Antonio José da Rocha, lente de theologia, alcunhado — *o Róchinha*. — «Era "em seu tempo o *Róchinha* a flôr dos orado- "res de Coimbra, não na austeridade da "missão mas nas graças e adornos do pane- "gyrico.» [Aug. Simões de Castro: *Guia do Viajante em Coimbra*, pg 30]

[2] *Sermão academico em acção de graças pela feliz restauração da monarchia inde-*

o conde d'Amarante em Santa-Barbara sendo vencido com grandes perdas; mas, organisando as suas forças, passados doze dias atacou vigorosamente o inimigo junto da villa d'Amarante dando-se na ponte o combate de 25 de março que decidio a sorte da revolta absolutista.

Silveira foi vencido e começou a retirada para Hespanha; Luiz do Rego perseguia-o de perto e assim terminou este episodio das nossas luctas civis, prova evidente da decomposição da nossa sociedade.

Ha 82 annos alguns liberaes deram o triste exemplo da traicção; revoltados em Villa renegáram a Liberdade trez annos depois e foram lançar o grito de rebellião contra os seus antigos com

pendente, que no solemne triduo ... recitou o doutor Fr. Antonio José da Rocha ... a 25 de fevereiro de 1824. [Coimbra, na Imprensa da Universidade, 1824]

panleiros do celebre dia 24 d'agosto.

E de conspiração em conspiração, conseguiram em junho do mesmo anno lançar por terra, de vez, o regimen liberal quando os enthusiastas reaccionarios se substituiram ás bestas do coche de D. João VI, quando este entrou triumphalmente em Lisboa, depois da jornada de Villa-Franca.[1]

O conde d'Amarante voltou do exilio e pelas egrejas houve pregações e Te-Deums em acção de graças.

Na Universidade, o referido lente, com lagrimas de reconhecimento na voz, bradava em fevereiro do anno seguinte:[2]

— « Que resta pois agora senão cahir " aos pés do throno divino e com todo o " affecto, offerecer-lhe o justissimo tribu-

[1] Veja-se o artigo Dissolução das côrtes [a campanha da Rocina] com a data — 2 de junho.

"to de candidos agradecimentos?..."[1]

Candidos!...

Oh velhacaria humana! Candura na Universidade...

Ainda hoje lá ha muita...

(16-II-905)

XVI

5. de março de 1823 = O Conde de Amarante e as côrtes de Vinte.

Ha oitenta e dois annos, as cortes de 1820, publicáram um decreto em que privávam o conde d'Amarante das suas honras, titulos e mercês, por se

[1] Sermão cit.°

Bibliographia: P. Chagas: Historia de Portugal, vl. 8.°, pag. 21 — José Liberato: Essay historico-politique, pag. 8 e 9.

mostrar tão indigno d'ellas."[1]

O conde d'Amarante era filho do primeiro conde do mesmo titulo que tanto se distinguira na guerra peninsular e em especial na campanha de Soult, em 1809; era, diz o Snr. José d'Arriaga: "um "rapaz ignorante mas habil cocheiro e "melhor toureiro,"[2] e na occasião do decreto, o commandante da insurreição das provincias do norte contra o systema implantado em 1820.

Estava em boas mãos o movimento; bom cocheiro, bom toureiro, com cára sufficiente para receber a espórtula do extrangeiro que fomentava a contra-revolução, o conde d'Amarante era o proprio que estava indicado para começar a destruição dos "effeitos sempre abominá"veis — a que se refere Fr. Fortunato de

[1] Arriaga: Historia da Revolução Portugueza de 1820 — vol 4.º, p. 364

[2] Arriaga: Idem, 4.º, 337

S. Boaventura — da gente liberal!»[1]

E de facto, uns dias antes,[2] tinha soltado o grito de revolta em Villa-Real, de parceria com morgados, officiaes do exercito vendidos, e «fidalgotes da provincia.»[3]

O povo gritava viva o rei absoluto como podia gritar viva a constituição.

Quem servia de ponto eram os padres, os frades e os morgados; e o povo em côro berrava o viva ou o morra conforme o que ouviam, tirante algum engano uma vez por outra.[4]

Foi assim que se tentou deitar por terra o nobre movimento de 1820.

(1) A Contra-Mina — Periodico moral e politico... — n.º 7 — (Lisboa, 1831)

(2) A 23 de fevereiro — Veja-se cap.º anterior: O conde d'Amarante e o absolutismo.

(3) Arriaga: Hist.ª cit.ª, 4.º, pg 339

(4) O Snr. Arriaga conta na obra cit.ª, a pg 345 um curioso caso d'engano, nos vivas, succedido na villa da Regoa.

A noticia causou surpresa e certo mal-estar nas côrtes apesar de se saber que alguma cousa se tramava. O proprio ministro da guerra tinha declarado já: «a "guerra encoberta, promovida pelo oiro "da França merece toda a attenção,»[1] e de facto o oiro corria e era então — como sempre — um rei a quem todos se inclinavam.

«Juntem a uma ideia um interesse, "diz ainda o Snr. Arriaga, e a ideia reforçar-se-ha logo.»[2]

O interesse sempre abrandou muita consciencia revoltada, muita honradez a toda a prova...

Mas, adeante: as côrtes tomáram logo providencias energicas e medidas decisivas para destruir a insurreição nascente e «muito mais do que se

[1] Arriaga: obr. cit.º, p 335
[2] Idem, idem, idem.

" lhes pedia e do que era necessario e ra-
" zoavel »[1]

Partiu um pequeno exercito para o norte sob o commando de Luiz do Rego e no meio do vozear das acclamações, as cortes iam accumulando decretos emquanto o conde d'Amarante, destribuindo oiro ia augmentando a revolta.

Um deputado dizia: « devem-se fazer
" cortes no Terreiro do Paço para que todos
" oiçam os seus constituintes; aqui é mui
" apertado o circulo d'acção para tão gran-
" de enthusiasmo! »[2]

E das galerias, num frémito de commoção todos gritavam com o braço estendido á laia de juramento:

— Constituição ou morte![3]

Bons tempos de Vinte, que ingenuidade havia no vosso enthusiasmo, que

[1] P. Chagas: Hist.ª de Portugal, 8º, pg 224
[2] Arriaga: ob. cit.ª, pg 360
[3] Arriaga: ob. cit.ª, idem.

sinceridade havia nos vossos protestos! Hoje rimo-nos de vós, nós que nem por sombras somos capazes de vos imitar!

Entre as medidas que se tomaram e naquellas comprehendidas no «muito mais» da phrase citada acima, apparecemos a que priva o conde d'Amarante das honras e mercês, tomada em 5 de março, no mesmo dia em que D. João VI lançou aos portuguezes uma proclamação que foi enthusiasticamente applaudida em cortes e mencionada com louvôr na acta da sessão.

Ha oitenta e dois annos dizia D. João VI tremendo da Rainha e dos liberaes: «um insensato inexageradamente levan-
"tou o estandarte da guerra civil ... sur-
"prehendendo a boa fé dos pacificos habi-
"tantes d'uma villa» e terminava paternalmente: «quaes são os vossos de-
"veres? Ser fiel ao rei, obedecer á cons-

" tituição e amar a religião!»[1] A esta se proclamação lá foi para Traz-os-Montes; o conde d'Amarante ficou provisoriamente sem titulos, sem honras, sem mercês e em Lisboa e por todo o paiz se levantaram as chamadas _guardas civicas_ para combatter a revolta.

«Sem lei não ha patria; quando ha lei,
" porem e quando ha patria, todo o cidadão
" deve ser soldado!»[2]

Esta solida argumentação é da camara de Coimbra, convidando os cidadãos a alistarem-se na guarda civica do districto. Não averiguámos se os cidadãos se deram por convencidos, mas estamos convencidos que sim... Quem resistiria a uma logica como esta!...

O que é porem, um facto, é que a contra-revolução foi vencida e o conde da

[1] Transcripta na integra em Arriaga: _Hist.ª cit.ª_, pg 362

[2] Proclamação de 28 de março de 1823,

Amarante, sem titulos, sem honras nem mercês teve que fugir para Hespanha onde esteve até á chamada campanha da Poeira ou villa-francada.

Só então poude rehaver os seus titulos e as suas honras. Quando cahiu de vez essa obra que — no conceito do muito celebre padre José Agostinho de Macedo — era «privativamente maçonica»(1), é que o filho do celebre vencedor de Soult poude novamente chamar-se conde d'Amarante e em breve marquez de Chaves.

Fizeram-lhe justiça. O homem que se vendera ao extrangeiro para comprar os seus compatriotas, e derruir a obra nobre e justa de 1820, era digno que, alem de conde fosse feito marquez.

D. João VI, que lhe chamou insensato fel-o depois marquez de Chaves!

Transcripto na integra, no n.º 5251 do Conimbricense.

(1) O Desengano, n.º 2, pg 6

Nada mais logico... Era uma logica quasi egual á dos Laureados vereadores da camara de Coimbra, tirante a intenção.

Bons tempos! Hoje vae lá d'isto...

E' que estamos convencidos d'aquella difinição do mesmo padre Macedo: « revolução é uma mudança desgraçada do bem para o mal, na ordem politica, de que resulta alguma vantagem para os scelerados que a fazem. »[1]

Tal e qual...

[1-III-905]

[1] O Desengano, nº 2, pg 1

Bibliographia: Arriaga: Historia da Revolução portugueza de 1820, liv. XVII, cap.ºs I e II — P. Chagas: Historia de Portugal, 8º, cap. XI — O Conimbricense, nºs 5251, 5252 e 5253 —

XVII

9 de março de 1500 = A partida de Pedro Alvares Cabral —

«Maravilhosas cousas são os feitos do
"mar — diz o regimento dos almirantes de
"Portugal — e assignaladamente aquelles
"que fazem os homens em maneira de andar sobre elle.»[1]

Estas palavras, escriptas no terceiro quartel do seculo XV, são um documento de quanto o mar fascinava os nossos homens e o espirito da aventura dominava em todos nós.

Ha quatro seculos e cinco annos, mal imaginava Pedro Alvares Cabral que na

[1] Regimento de 1471, cit.º e transcripto n'alguns pontos em Fonseca: A Descoberta do Brasil, pg 176.

ravilhosas cousas ia fazer no mar, para onde convergiam todas as attenções da sociedade portugueza, quando deu ordem para se desfraldarem as velas da sua armada que no dizer dos chronistas era das cousas mais bellas e poderosas que sahia a barra do Tejo para tão longes climas.

Foi a 9 de março de 1500.

Vasco da Gama voltara triumphante da sua aventura á India, abrindo á cubiça nacional um esplendido caminho cheio de promessas e de esperanças. Era preciso continuar a obra e com valentia; o proprio rei D. Manuel tencionava commerciar com as especiarias e as pedras preciosas; era necessario dar ao mundo um exemplo e um ensinamento...

Aprestou-se nova armada, chamou-se nova gente para a tripular, com altos vencimentos para despertar alguma indolencia em acudir á aventura; e para a dirigir, como capitão-mór foi

chamado o senhor de Belmonte, e alcaide-mór de Azurára, o severo e honesto Pedro Alvares Cabral.

Esperou-se a monção até que a 9 de março tudo estava a postos para poder partir a armada de 13 navios para esse Oriente que seduzia e deslumbrava.

A partida da segunda fróta para a India era motivo de festa, sem duvida. Em vez da humilde — se não insignificante — frota do Gama, de 3 pequenos navios, ia partir agora uma outra, esplendida, de treze embarcações, com mantimentos para anno e meio, com a cruz vermelha de Christo nas vellas, e com 1200 a 1500 homens [1] entre pilotos, marinheiros, bombardeiros e homens d'armas.

A missão era importante; ia estabe-

[1] "... 1.200 segundo as Decadas, 1.500 segundo a Chronica d'El-rey D. Manoel." (Fonseca: obr. cit.ª, pg 160)

lecer amizade e trafico commercial com os potentados indianos e firmar por uma vez o caminho que se deveria seguir para o futuro.

A festa foi grande.[1] Na vespera, Pedro Alvares, com todos os seus capitães e toda a gente da expedição tinha ido ao paço despedir-se do rei.

Entre os capitães das náus iam homens de nome como Sancho de Toar, Nicolau Coelho, Bartholomeu Dias, Duarte Pacheco — o futuro heroe — e outros muitos que augmentavam o esplendor do cortejo que atravessou festivamente a cidade. O povo accumulava-se, apertava-se, pelas ruas, para ver aquelles homens que o viriam enriquecer com as náus atulhadas de pimenta e de cravinho.

Por fim, as náus desceram o rio se

[1] Na descripção que se segue da festa, seguimos mais ou menos a citada obra de Fonseca: _A Descob.^ta do Brasil_, p. 174 e seg.^tes

renamente e ancorâram em Belem, em frente da ermida do Restello onde no dia seguinte se encommendariam a Deus os temerários navegantes.

Foi então a despedida. Houve missa de pontifical e sermão do bispo de Ceuta, D. Diogo Ortiz exhortando os que partiam e os que ficavam...

O rei assistiu ás cerimonias; e depois da benção do estandarte entregou-o ao capitão-mór e seguio tudo para a praia, religiosamente, solemnemente, em forma de procissão, ao som dos variados instrumentos de festa taes como tambores, atabaques, flautas, pandeiros.

Era quasi um arraial. O velho do Restello não diria então as sentidas palavras que disse quando embarcou Vasco da Gama. Agora tudo era pratico, realisavel, positivo; a pimenta, o cravo, a canella rendiam immenso; o ouro e os brilhantes eram cousa corrente pela In-

dia; o mar Tenebroso era já uma estrada florida...

Todos se despediam alegremente e porventura fazendo encommendas aos que partiam; a serenidade do Tejo dava um ar de grandeza ao espectaculo; o mar azul, puro, convidava, fascinava. O rei D. Manuel deu a mão a beijar e d'ahi a pouco o vento levava magestosamente as treze náus pela barra fóra.

Deram-se os ultimos adeuses e lá fôram pelo mar dentro.

Mas, fosse acaso, ou fosse ~~pro~~ proposito, o que é certo é que a armada teve um outro destino que o de ir somente commerciar ao Oriente, destino «não menos maravilhoso nem menos agradavel» diz o padre Simão de Vasconcellos.[1]

Antes de aportarem á India como commerciantes e salteadores (quantas

[1] Chronica da Companhia de Jesus na

neses!) Tiveram occasião de accrescentar ao dominios do seu paiz um immenso territorio « perfeita habitação dos homens em esquecimento » diz o mesmo padre.[1]

A poderosa armada que sahira de Lisboa a 9 de março, descobrira mez e meio depois, as terras de Santa Cruz.

Não nos bastava a India com toda a sua opulencia; vinha agora esse novo mundo, essa « terra nova, » como lhe chama o piloto Pero Vaz,[2] accender mais a cubiça e a ambição portuguesas.

Portugal sentia-se bem porque lhe parecia que a opulencia lhe trazia o bem-estar mas Pedro Alvares Cabral, parece que como castigo, vio desapparecer por sobre as ondas quasi toda a sua armada poderosa.

Provincia do Brasil, Liv.º prim.º das noticias antecedentes, §§ XXXI.

[1] Chron.ª cit.ª, §§ XXVIII

[2] Carta de Pero Vaz de Caminha a D. Manuel, transcript.te na integ.ª em Fonseca, obra ...

As festas com que se despediram d'elle, equivaleram ás lagrimas com que o receberam depois. O seu coração sentiu-se e retirou-se para as suas terras honestamente, emquanto que o nome de Santa-Cruz, da terra que descobrira se mudou em breve para Brasil.

Assim o quiz a cubiça dos homens, contentes do nome e de outro páu bem "differente do da Cruz e de effeitos bem "diversos..." [1]

═══ [3-III-905]

cit.ª, pg 187 e seg.tes

(1) Vasconcellos, Chron.ª cit.ª, livº I, pg XXXII.

Bibliographia: Faustino da Fonseca: A Descoberta do Brasil, cap. IX, X e XI — Simão de Vasconcellos: Chronica da Companhia de Jesus no provincia do Brasil, Livro prim.º Das noticias anteced.tes, nº 7 e seg.tes — Silveira da Motta: Quadros de historia portugueza, cap. XII — Rodrigues Cordeiro: Serões de historia, II, p 27 — P. Chagas: Historia de Portugal, vol. 3º, cap 24 — Varnhagen:

XVIII

15 de março de 1147 = A tomada de Santarem.

A propria gente da Egreja colloca ás vezes mal os santos e santas da sua religião e quem sabe se da sua devoção. E' a primeira a desacredital-a!...

Um frade historiador, já nos illustrados principios do seculo XIX, disse a respeito do primeiro monarcha portuguez:

«foi tomar Santarem para cuja victo-
"ria, implorando as orações de S. Bernar-

Chronica do Descubrimento do Brasil, no Panorama, v. IV, p. 21 — Filinto Gut.° Cravairo: Reivindicação da gloria usurpada a Pedro Alvares Cabral, artigo no Panorama, v. VII, p. 306 — Teixeira de Mello: Ephemerides nacionaes.

"do, lhe prometteu fundar um mosteiro
"em Alcobaça o que pontualmente cumpriu.[1]"

Isto é, São Bernardo, sem a promessa d'um presente bom, não intercedia pelo guerreiro...

Politico, como os d'hoje!...

Nós, porem, no seculo XX, temos obrigação de dizer que, se D. Affonso Henriques tomou Santarem aos mouros foi mercê da sua ousadia, do seu valor e do valor dos seus homens, da sua astucia e da sua deslealdade para com os inimigos.

Foi ha setecentos e cincoenta e oito annos[2]; pela calada da noite, cosidos com a terra, encobertos pelas oliveiras, os homens de Affonso Henriques aproximavam-se lentamente da condemnada cidade, que era, diz Herculano, «um ninho d'aguias

[1] Fr. Claudio da Conceição: Gabinete Historico, I v., p. 182

[2] A data de 15 de março não é a apresentada por todos os escriptores; ha bastantes di-

"pendurado sobre o Tejo." (1) As altas torres ameiadas desenhavam-se no ceu indecisas; as sentinellas ou esculcas rondavam nas muralhas trocando o alerta costu-

divergencias. Apresentamos aqui aquellas de que temos noticia: a data de 15 de março é apresentada por: Viterbo [Elucidario, II tomo, pg 235, fundado numa doação de Affonso I, que transcreve] Herculano [Hist.ª de Portugal, tomo I] Zephyrino Brandão [Monumentos e lendas de Santarem, pg 550]. É n'estes que nos fundamos; as outras datas são as que se seguem: 11 de março [Annuario da Universidade, de 1896-97] — 14 de março [Villena Barbosa: A Tomada de Santarem] — 4 de maio [Mariz: Dialogo de varia historia pg 44] — 7 de maio [Duarte Galvão: Chron.ª de D. Affonso Henriques, cap. 27; Faria y Sousa: Epitome, tomo 3º, parte 3ª, cap. II; D. Nicolau de Sta Maria: Chron.ª dos Conegos Regrantes, liv.º 15, cap. 2] — 8 de maio [Duarte Nunes: Chron.ª de D. Affonso Henriques; Pinho Leal: Portugal Ant.º e Mod.º, v. 3º, pg 178 e vol.º 8, pg 467] — 15 de maio [Diccionario universal portuguez, I, pg 378] — 29 de setembro (!) [Estevão Garibay, chron.ª hespanhol]

(1). Historia de Portugal — tomo I —

mado; e lá dentro o numero dos defensores era enorme.

Contudo, Affonso I, havia resolvido conquistar a villa e o castello de Sancta Heracna como elle lhe chamou num documento[1] e custasse o que custasse havia de ir avante a empresa.

«Mestre acabado na arte de enganar, e na arte de combater — diz Oliveira Martins — tinha já formado o seu plano»[2] plano que no dizer de Herculano «não era isempto de perfidia.»[3]

E de facto, assim era. A' cara descoberta, a conquista do appetecido castello era por assim dizer impossivel e mesmo não era esse o forte do nosso fundador da monarchia. A empresa ia por deante, mas tinha de ser temperada por um estratagema, por um engano, por uma traição mesmo.

(1) Transcripto no Elucidário, II, p. 235

(2) Hist.ª de Portugal — I, p. 73

(3) Hist.ª cit.ª — Tomo I.

De resto, não era a primeira que o filho do conde D. Henrique practicava, «com
" uma franqueza ingénua, uma simplici-
" dade natural que chegavam a espantar a
" propria Edade-média.»[1]

Por isso o plano foi traçado, a nosso ver, com relativa facilidade, «embora — diz in-
" genuamente o illustre escriptor e militar,
" Zephyrino Brandão — assaz improprio de
" um rei de portuguezes...»[2]

Não se podia atacar de dia? Esperar-se-hia a noite. As muralhas eram altas? Subir-se-hia ás mais baixas. Havia sentinellas e rondas? Atacava-se onde as não houvesse. Havia pazes com os mouros? Que importava isso ao genio de Affonso Henriques? Santarem cahiria nas mãos dos portuguezes.

Mem Ramires, «um certo Mamenda

(1) O. Martins, *Hist.ª cit.ª*, I, pg 68

(2) *Monumentos* *e* *Lendas* *de* *Santarem*, pg 566.

" astuto, cauteloso, atrevido » [1] assim o fizera crer ao rei. Fôra, ardilosamente contratar pazes com o alcaide serraceno e tudo viera para o poder affirmar.

Santarem seria portugueza se o rei conquistador assim o quizésse! O ardil não falharia...

Por isso, cautelosamente, os homens de Affonso Henriques avançavam em numero de 250 [2] com os olhos fitos no vulto grandioso e respeitavel do mourisco Chantireyn, como caçadores em volta da presa que se julga adormecido em meio d' um matagal.

Mem Ramires, á frente, ia guiando o caminho; doze escadas iam aos hombros dos robustos homens d'armas para serem lançadas sobre uma quadrella das muralhas onde não era costume haver senti-

[1] Herculano: Hist.ª, I tomo

[2] « ... os todo duzentos e cincoenta » Monumentos e lendas de Santarem, pg 568

mallas; e o rei, atraz com o resto da expedição entraria pela porta que depois lhe abrissem.

Avançavam cautelosamente, pendentemente; o unico sussurro que havia era o das folhas dos olivados ou o do Tejo perpassando pelos salgueiraes. Santarem estava perdida...

De repente, porem, os olhos dos guerreiros deram com uns vultos na quadrella ameaçada; ouvia-se o alerta dos mussulmanos; havia vigilancia, lá dentro quando se esperava encontrar tudo desprevenido!

Mem Ramires parou, d'ouvido á escuta e olho aberto; ninguem os presentira, nem dentro nem fóra. O somno venceria os esculcas e entregaria nas suas mãos o inacessivel castello. Esperou, portanto.

Approximava-se já o romper d'alva, quando os vigias cederam ao somno; o portuguez, como um salteador nocturno, subtilmente, cosendo-se com o muro,

aproximou-se e com um tiro de lança tentou prender uma escada ás ameias. A lança resvalou e a escada, roçando pelo muro, estava prestes a cahir.

Mem Ramires agarrou-a e segurando nos hombros um homem fel-o subir e prender a escada. O alferes que levava o pendão real subiu... e tudo acabou então para a Santarem maurisca!

As escutas despertaram com o arruido; o pendão nazareno apavorou-os; uma onda de guerreiros christãos se espalhou pelas muralhas e tudo foi confusão, carnificina.

Affonso Henriques gritava cá de fóra com o vozeirão d'homem forte:

— Eis-me aqui! Nem um escape do ferro! Mattei-os á espada!... Eis-me aqui!... [1]

Invadiram tudo, matando a todos.

[1] Herculano: Hist.ª, tomo I.

Quizeram abrir uma porta, a da Alamarma mas os ferrolhos não cediam; foi necessario que os de fóra lhe atirassem um malho de ferro.[1]

Então, entrou a chusma gritando:

— Sant' Iago e rei Affonso!

A vozearia era enorme de vencidos e vencedores; tudo gritava e matava. E o rei, por sob o arco da porta que lhe abriram os seus homens, ajoelhou e com a fé que era natural á Edade-média agradeceu ao Céo uma tão grande victoria...

A cidadella foi tomada a seguir; a carnificina foi espantosa e para sempre o estandarte do Crescente desappareceu das alterosas muralhas de Santarem.

Foi assim a victoria do terrivel guerreiro Ibn Errick.

[1] A'cerca desta porta da Alamarma, ou atamarmá, a que se refere Garrett no capitulo XXXVI das suas Viagens na minha Terra, vem uma circumstanciada e curio-

E o que tem graça é que o celebrado S. Bernardo nada fez... mas logrou para si e para a sua ordem o monumental convento de Alcobaça!

Politico... como os d'hoje!...

═══ [10-III-905]

sa noticia na obra já citada do Snr. Zephyrino Brandão [Monumentos e lendas, a começar na pg. 542]. Garrett diz [a pg 226] «... é um monumento de respeito que só barbaros pensariam desacatar e destruir.» E contudo, já foi demolida!

- Bibliographia: Herculano: Historia de Portugal, I tomo — Z. Brandão: Monumentos e lendas de Santarem, cap. X — O. Martins: Historia de Portugal, liv. II, cap. I e II — Pinho Leal: Portugal Antigo e Moderno, v. 8.º, pg 167 — Vilhena Barbosa: A Tomada de Santarem, no Archivo Pittoresco, IV, pg 55 — Viterbo: Elucidario, II, pg 235.

XIX

30 de março de 1818 = D. João VI e a "pedreirada".

A pedreirada era, nem mais nem menos que aquelles homens a quem o terrivel padre José Agostinho de Macedo chamou «architectinhos, filhos do Grande Architecto, "creadores d'estagios, com juiso de burro e focinho de cão!»[1]

A pedreirada, os pedreiros-livres, os maçonicos que tudo era a mesma cousa, estavam assim retratados pela penna obscena do celebre Padre Lagosta.

Joaquim José Pedro Lopes, tambem, por seu lado, berrava, accesso em fervor religioso: «o catholico que é pedreiro-livre não

(1) A Besta Esfolada, n.º 5, pg 1 e 17.

"é bem catholico, é criminoso"[1]» e accres-
centava em violenta objurgatoria: « Pa-
" gam lá os governos os passos para a forca
" a esta cambada que, principiando por liber-
" dade e egualdade em chegando a Rosa-cru
" zes já se intitulam principes!»[2]"

O que sempre valeu aos pobres pedreiros livres é que sempre tiveram as costas largas. Não lhes bastou as moscas do terrivel Intendente Manique, vinham agora á perna o padre Macedo, Fr. Fortunato de S. Boaventura e muitos outros que os retratavam com variada phantasia, percorrendo eruditamente toda a escala zoologica, sem desejo de procurar similhança...

O que é verdade é que a tal cambada dos maçonicos cresceu nos primeiros annos do seculo XIX apezar de todo o furor policial de Manique. Debalde elle farejá-

(1) Atalaya contra os pedreiros-livres... traduzida do hespanhol — pg 190
(2) Idem, pg 215

va e esculdrinhava; os maçons apreciam de toda a parte. «Desde o anno de 1788 te-
"nho combatido o estabelecimento dos pedrei-
"ros livres (então por mais de uma vez e
"quasi sempre por derivações da França» di-
zia elle num officio-relatorio,[1] mas nunca deu cabo d'elles, porque, como confessa, nunca podia. E levou ao tumulo o desgosto de os não ter podido destruir de vez!

Em 1817 deu-se o caso do general Gomes Freire e novamente as vistas se voltaram para a pedreirada; os frades berravam do pulpito contra ella, a religião sentia-se atingida pelas suas doutrinas; o throno absoluto de D. João VI sentia-se pouco á vontade e pouco seguro...

O já citado Pedro Lopes publicou no anno seguinte uma Atalaya contra os pe-

[1] Officio de 8 de agosto de 1799, de Pina Manique ao marquez mordomo-mór. Transcripto na integra no Diccionario Universal Portuguez, VI, pp 360-361.

dreiros-livres e na corte do Brazil, o ministro do reino Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal instou com o rei para que se seguisse as maximas do velho Manique e se destruisse por uma vez com a seita.

O rei, não queria fazer mal, mas um dia, a 30 de março de 1818, na fazenda de Santa-Cruz, naturalmente no intervallo d'uma merenda, entre uma perna de frango e uma pitada de rapé, o referido ministro fez-lhe assignar um alvará com força de lei em que elle houve « por bem declarar por "criminosas e prohibidas as sociedades se-"cretas » [1]

O incremento era já tão grande, que se temia a sua força e, no ar, andava já qualquer cousa que prenunciava breve novidade.

[1] Vem transcripto em Teixª. de Mello: Ephemerides nacionaes, tomo I, pg 188-185 e no Diccionario Universal Portuguez, tomo VI, pg 416-417.

Tentaram pôr um dique á corrente; mas o dique foi fragil.

Debalde o alvará declarava bem alto: «aquelles que para as ditas Lojas convocarem a outros, que assistirem á entrada ou recepçaõ d'algum socio ou ella seja com juramento ou sem elle, fiquem incursos nas penas da Ordenaçaõ, livro V, titulo VI §§ 5 e 9 »[1] que é como quem diz: « de morte natural, cruel; alem do confisco de todos os bens », posto que tivessem filhos ou outros descendentes havidos antes ou depois de commettido o maleficio.»[2]

Debalde se mostravam, bem ás claras, os perigos e males que viriam de taes associações; em vaõ os antigos e reaccionarios, que depois tiveram a alcunha de *carcundas* berravam e barafustavam:

— E' uma cambada! Saõ bestas! Te-

[1] Alvará citado.

[2] Indicaçaõ do *Diccionario Universal Portuguez*, fl 416, vol. VI.

em juizo de burro! Dão coices!...

Mas a *cambada* cresceu e, segundo disse depois serenamente o liberal abbade de Medrões, a má vontade contra elles, nasceu « d'aquelles que pretendendo entrar " na ordem foram rejeitados por indignos. »[1]

A guerra foi grande mas lógo no mesmo anno se fundou o celebre *Sinhedrio* de Manuel Fernandes Thomaz que fêz em pratica, depois, a revolução de Vinte.

Em pouco tempo se esqueceu o terrivel alvará; as « medalhas, sellos, symbolos, es" tampas, livros, catecismos ou instrucções " impressos ou manuscriptos »[2] que tinham sido prohibidos com graves penalidades continuaram a existir.

A *cambada* augmentou assustadoramente e um dia, a 24 d'agosto de 1820, sahio para a rua e derrubou numa no-

[1] *O* *Cidadão* *Lusitano* – p. 28
[2] Alvará cit.º

bre e legitima revolta, o regimen absoluto e juntamente a regencia da Inglaterra.

Manique, com a sua vista policial tinha previsto a sua futura força: «a ordem "e a sociedade dos pedreiros livres que merecêram sempre muita contemplação»[1] dizia elle, e de facto, esses para quem os inimigos achavam pouco a força e a fogueira vieram a ter na nossa sociedade uma ~~um~~ preponderancia.

O alvará de D. João VI é a primeira medida séria que se tomou em Portugal contra a franco-maçonaria; é mesmo «o "primeiro acto legislativo do governo portuguez»[2] contra ella e accrescenta um escriptor brasileiro: «ainda não foi derogada.»[3]

Instigado pelo ministro, o pobre D. João VI assignou, porventura constrangido;

(1) Officio citado
(2) Diccionario Universal Port.º, VI, p. 416
(3) Teixeira de Mello: Ephemerides, p. 188.

fazer mal não era o seu forte e aquelle alvará, fulminando a maçonaria nascente iria decerto, levar a desgraça a muita familia e tirar o socego a muito lar dando largo pasto ao odio reaccionario que já aguçava o dente para tão boa presa. Por isso, do seu socego do Brasil, o monarcha, entre a merenda e o alvará quereria decerto o bom frango tostado com que encheria os bolsos dos seus calções de saragoça.

Mas, prevendo talvez o proximo futuro de rei constitucional — que governa, mas não manda — assignou o alvará.

O ministro queria... fazia-lhe a vontade!

E o alvará lá veio, atravez do oceano levantar o aplauso d'aquelles que viam no progresso um meio de serem anniquilados e destruidos.

A pedreirada, a cambada, a seita d'então, é hoje a maçonaria em que todos ouvimos fallar e da qual disse La Fonco

um seu enthusiasta: «Loje irmane com
" a Sciencia da qual é a mais genuina evan-
" gelisadora e propagandista e como Scien-
" cia vive numa esphera superior e intan-
" givel ao influxo das paixões. A Maçona-
" ria, cerebro d'um corpo social tem por
" missão elaborar boa luz que é a seiva
" de todas as ramificações.»[1]

Eis a tal contemplação que o Intendente T. Manique previra tão habil e sagazmente...

═══ [22-III-905]

[1] *A Evolução da Maçonaria Portugueza*, discurso — Folheto, 1904 — [pg 16]

Bibliographia: *Diccionario Universal Portuguez*, vol. VI, pg 375 e 416 — Teixeira de Mello: *Ephemeridas nacionaes*, I t., pg 188-190 — J. J. Pedro Lopes: *Atalaya contra os pedreiros-livres*, [Lisboa, 1818] —

XX

6 d'abril de 1384 = A batalha dos Atoleiros.

O doutor João das Regras, era, em verdade, o mais manhoso e subtil dos letrados que tinham passado por Bolonha.

Nunca gostára de Nun'Alvares; Nun'Alvares para elle era o representante da classe que desejava reduzir á obediencia real. O doutor, para Nun'Alvares era o homem dos decretos que lhe cerceiava os fóros e garantias.

O Mestre d'Aviz, fôra, pois, na verdade um homem de juizo[1]; sem elle, não seria tão habil fiel de tão desencontrada balança.

[1] O. Martins: Hist.ª de Portugal, I, p. 168.

Quando Lisboa em 1385 estava em vesperas de cerco, e cerco terrivel, o Mestre, Defensor do reino, teve necessidade de defender o Alemtejo contra os castelhanos; a difficuldade estava, porem, em arranjar gente e quem a commandasse.

Nun'Alvares lá estava sempre prompto com a sua espada para reproduzir as aventuras das novellas cavalleirescas que lêra em creança; mas... do outro lado, o grave discipulo de Bartholo, honradamente, dizia ao Mestre:

— Bem vêdes, senhor, que é necessario, para tamanho encargo um homem de madura auctoridade, e muito avisado...

E insinuava, depois, publicamente:

— Demais, Nun'Alvares traz seus irmãos com os inimigos...[1]

O Mestre, porem, nunca foi ás boas

[1] «... dizendo que para tamanho encar-

com o lettrado, em cousas de guerra; em lettras sim, mas em guerra não havia para elle como o seu amigo, o futuro Condestavel.

E de feito, lá foi. O Mestre abraçou-o enternecidamente; deu-lhe cartas para os castellos e instrucções varias, e dando lhe um abraço d'amigo, acabou

— Nun'Alvares, por vos amar, e confiar de vós, por perdas bem ...[1]

Nun'Alvares cavalgou e, seguido de «quarenta escudeiros dos bons»[2] lá foi para Setubal, em companhia — como diz um poeta que lhe teceu louvô-

"rego cumpria de mandar um homem
" de madura autoridade e muito avisado
" e sabedor de guerra. De mais que Nun'
" Alvares traria seus irmãos com os ini-
" migos e outras razões que assignava ...»
[Fernão Lopes: Chronica de D. João I, 1ª parte, cap. 88]

[1] Chronica citª, cap. 90
[2] Chronica citª, cap. 88

res em oitava rima —

«Mais de instrucções e d'ordens que de gente.»[1]

O valente cavalleiro tinha na sua frente a vasta planicie do Alemtejo; os castelhanos devastavam-na e junto comsigo tinha os taes quarenta escudeiros «dos bons, que na cidade havia para segurança do Mestre.»[2]

O seu pendão esvoaçava, branco, com a cruz vermelha dividindo-o em quatro partes onde se representavam santos: o Christo, a Virgem, S. Thiago e S. Jorge, mas porventura, pelo seu espirito perpassava a consideração de que nos livros de cavallaria não se ensinava a levantar exercitos ou a combatter sem elles...

Começa então para o moço fronteiro de Entre Tejo e Guadiana a sua nova maneira de encarar a guerra; o rei

(1) José Corrêa de Mello: A Prameida, canto VI, est. 14

(2) Chronica, cap. 88

 161

Arthur e o valeroso Galaaz não eram, de certo, capazes, de vencer assim os castelhanos... Junto com o valor d'elles, era necessario mais alguma cousa que lhes apoiasse a força e o heroismo.

E' então que elle começa a ser um interprete dos novos processos da arte de guerrear; começa a passar-lhe pelo espirito a mudança que teria de fazer nos seus antigos sonhos da Tavola Redonda e, porventura instinctivamente, elle segue a evolução da nova tactica como mestre acabado na arte.

E é curioso que é elle, o cavalleiroso Nun'Alvares que no meio dos seus sonhos de cavallaria introduz na tactica uma modificação que — embora filha da necessidade — era comtudo o producto d'uma lenta evolução que se ia operando no modo de combatter e que veio influir muito, posteriormente, em toda a sciencia da guerra, marcando o

começo da queda da nobre e gloriosa cavallaria.

«Verdadeiro exemplar, brilhante e completo, do cavalleiro medieval — diz o
" brilhante escriptor Snr. Christovam Ayres
" — é ao mesmo tempo o capitão illustre
" que combatte segundo as regras mais
" modernas.»[1]

Realmente, o moço guerreiro, operou logo uma grande mudança sobre si e sobre os seus sonhos de rapaz.

O Mestre dissera-lhe, amigavelmente, pondo-lhe a mão no hombro:

— Nun'Alvares, por vos amar, e confiar de vós, por serdes bom...

Era necessario, depois, apparecer-lhe de cabeça erguida. E logo em Setubal, experimentou a sua gente com uma «sacaria»[2] fingindo que o inimigo

[1] Theoria da historia da civilisaçam militar — p. 54

[2] Chronica, cap. 81

ninha perto, alta noite; de Setubal passou a Montemór-o-novo e de Montemór a Evora.

Pelas terras exhortava a que seguissem o Mestre; pedia que o auxiliassem na guerra contra o castelhano; convencia o povo, persuadia os homens d'armas. E como devia ser bello este espectaculo, d'um guerreiro tão moço, pouco mais que imberbe a fallar aquella gente rude que depois de todas as rasões do fronteiro lhe respondiam «que lhes désse espaço para cuidar em "ello, que era cousa muito pesada para res- "ponder subitamente!»(1)

Que eloquencia seria precisa para persuadir aquella gente, tanto mais que o castelhano avançava já sobre o Crato!

(1) «...responderam todos a uma voz dizendo que cousa era muito pesada, e não para responder supitamente, mas que lhes desse espaço para cuidar em ello...» [Chronica, cap. 93]

Em Evora vieram-lhe só 30 lanças e «entre peões e besteiros ajuntaria até mil.»[1] Bem dizia o poeta que levava mais ordens e instrucções que gente necessaria!

Mas d'Evora passou a Extremoz; e com os que aqui se lhe juntaram viu que teria cerca de 1.500 homens[2] cuja má vontade custou a vencer.

A sua nobre e cavalheirosa conducta conta-nos Fernão Lopes tão sinceramente, que nós imaginamos Nun'Alvares accêso em indignação, bramar contra a covardia:

—«Eu vos juro que seja o deanteiro ante a minha bandeira! Mas aquelles

[1] Chronica – cap. 83

[2] «... não seriam mais de cavallo que uns tresentos, e entre elles cento e oitenta de bacinete e poucos mais de mil homens de pé e até cem besteiros...» (Chronica, cap. 83)

" que quizerem ir para suas casas e loga-
" res vão-se com Deus, cá eu e esses pou-
" cos de bons portuguezes que comigo veem,
" lhes entendo ganhar a graça!»[1]

Tal enthusiasmo, e a nobre e gentil fi-
gura do filho do Prior do Hospital, resolveram-
os. Todos disseram que sim.

Nun' Alvares pulou d'alegria e antes
que esfriassem, no dia seguinte, sabendo
que os castelhanos estavam em Fronteira,
marchou para ali tendo desprezado umas
propostas de seducção que seu irmão Pedr'
Alvares lhe propunha.

Os castelhanos eram muitos. Nas suas
mil lanças, traziam das melhores lanças
de Castella, e ao verem a ousadia do mo-
ço portuguez, resolveram — diz Pinheiro
Chagas — «poupar-lhe metade do cami-
nho.»[2] e, largando da villa encontrá-

[1] Chronica — cap. 94
[2] Hist.ª de Portugal — I, pg 553

ram-se no sitio dos Atoleiros. Era o dia 6 d'abril «uma quarta-feira de trevas»[1] diz Fernão Lopes.

Travou-se ahi a batalha. O que passara já pelo espirito de Nun'Alvares, na queda que teve dos seus sonhos de cavallaria, agora afigurava-se mais distinctamente.

Era tudo vão, essa heroica cavallaria do rei Arthur se elle não tinha ali senão uns miseraveis peões, medrosos e indecisos! Pela sua intelligencia, lucidamente, como mestre acabado na arte, passou o plano de combate; o estandarte prendeu-lhe a attenção um pouco... mas, ordenou primeiro a sua gente «em vanguarda e "reguarda, e ala direita e esquerda»[2] tudo a pé, com os besteiros atraz e alguns homens d'armas escolhidos para trespassar o primeiro que recuasse para fugir.

[1] Chronica — cap. 95

[2] Chronica — cap. 96

Era um rudimento do quadrado moderno. Nun'Alvares previra lucidamente que só venceria a forte cavallaria inimiga, assim, pé terra, supportando com firmeza a carga, emquanto o bésteiro, atraz, arremessava os virotões e dardos.

Era o resurgimento da infantaria.

O castelhano movia-se e Nun'Alvares ajoelhando, á frente dos seus, para o lado do inimigo, pedia a protecção á Virgem.

—« Amigos, nenhum duvide de mim, Deus seja que vos ajude ... »[1]

Os castelhanos carregáram com grande alarido; o mestre d'Alcantara, o prior do Crato, o conde de Niebla, praticavam gentilezas mas Nun'Alvares, montado na sua mula, acudia a tudo. Lançada para um lado, espadeirada para outro, elle corria onde alguem fraquejava.

A Pero Gonçalves de Sevilha, diz Rodri-

[1] Chronica, — cap. 96.

gues Lobo (que tambem lhe compoz louvôres em oitava-rima), o moço fronteiro cortou d'um só golpe o braço e a lança.[1]

A nova tactica dava excellentes resultados; a cavallaria nada fez contra o quadrado firme; a flôr da nobreza, naturalmente á frente, morreu quasi toda ou ficou ferida; a peonagem atraz não combateu e quando começaram a retirar, seguio em bandos os seus senhores.

O combate foi curto; em pouco tempo se decidiu tudo. Tanto mais satisfação sentiria o vencedor conseguindo para o Mestre a primeira victoria.

Ao vel-os, porem, fugir, largou atraz d'elles num galope; era ainda o sangue do

[1] Refere-se ao caso nestes dois versos:

«.... com um pesado golpe Nuno o alcança
«E corta juntamente o braço e lança.»

[Condestabre de Portugal — canto 9.º, fl 136]

cavalleiro a leval-o naquelle doido galopar com poucos homens d'armas, mas o seu principal valor está em que soube vencer com a arte que propendia, soube — como diz o referido escriptor militar — «procurar nos preceitos da arte a maneira "melhor de vencer»[1], foi enfim elle, o heroico sonhador da Tavola redonda que poz em pratica os meios de destruir a obra dos seus sonhos.

Fernão Lopes, com a maior naturalidade, termina o capitulo: «onde aqui notae "que Nuno Alvares foi o primeiro que de "memoria dos homens até a este tempo poz "batalha em Portugal, pé terra, e a venceu.»[2]

Ora, positivamente, o doutor João das Regras não tinha o dom de adivinhar.

O honrado e fino discipulo de Bartholo o que receiava — afóra alguns máus

[1] Christovam Ayres: Theoria da historia da civilisação militar — pg 55

[2] Chronica — cap. 86

olhados com o joven cavalleiro — era que por esse Alemtejo o rapaz fizesse alguma tolice . . .

Façamos essa justiça ao celebre decretalista . . . (1)

═══ [24-III-905]

(1) A data de 6 de abril não é a apresentada por todos os escriptores. Fundamo-nos em Fernão Lopes que diz ter sido a batalha na 4ª feira de trevas, que foi, por consequencia a 6 de abril do anno referido [vide pg 166] — contudo, a titulo de curiosidade, apresentamos algumas divergencias na data, que concordam todas no dia 28 de janeiro. São ellas: Portugal Antigo e Moderno, vol. I (artigo Atoleiros) e vol. III, pg 240 — Vilhena Barbosa: artigo no Archivo Pitoresco, IV vol., pg 138 — Fr. Francisco de Santa Maria: Anno Historico, I vol. —

Bibliographia: Fernão Lopes: Chronica de D. João I, 1ª parte, cap. 88-96 — P. Chagas: Historia de Portugal, I vol., cp 47 — Batalha dos Atoleiros, art.º no Panorama, vol. IV, p 117 — Diccionario Universal Portuguez, I vol. — Chris-

XXI

13 d'abril de 1821 = O brigadeiro João Carlos de Saldanha no governo do Rio Grande do Sul. –

Nos começos do anno de 1821 o conde da Figueira, capitão-general da provincia do Rio Grande, pedia ao rei D. João VI ainda no Rio de Janeiro a exoneração do seu logar.

O monarcha não acedeu. O conde insistiu:

.— Lembrarei a V. Magestade, se V. Ma-

Toman Ayres: Theoria da Historia da Civilização militar, p. 54-55 — Rodrigues Lobo: O Condestabre de Portugal D. Nuno Alvares Pereira, cantos 8.º e 9.º — José Correa de Mello: Lusitaniada, ou a Liberdade de Portugal, canto XI (1782) —

gestade n'o permitte o nome d'um militar que me póde substituir... João Carlos de Saldanha...

— Não acceito a substituição, respondeu D. João VI.

— Mas, meu senhor, não acha V. Magestade o valeroso João Carlos merecedor da nomeação?

— Acho, respondeu sorrindo, o rei; mas quero reservar o João Carlos para outra capitania ainda mais difficil: para a propria capitania de Montevideu.

Esta conversa, que nós é contada pelo destinctissimo escriptor D. Antonio da Costa, de cuja obra sobre o glorioso Saldanha, a reproduzimos [1] deu o resultado de que vencesse o conde da Figueira e que o brigadeiro João Carlos de Saldanha — já heroe da guerra da Peninsula, vencedor da campanha de Montevidéo, o brigadeiro

[1] Historia do marechal Saldanha, pg 100.

com 30 annos — fosse nomeado por carta régia de 13 de abril de 1821 [1] capitão general da capitania do Rio Grande do Sul.

Este brigadeiro João Carlos era o valente militar que viria depois a ser o glorioso marechal duque de Saldanha; a fama das suas aventuras começára com a guerra da Peninsula, crescera com a campanha de Montevideu e elle ali estava, aos 30 annos — quando para muitos começa a vida — já brigadeiro, vencedor do famigerado Artigas, chamando sobre si a attenção de todos, desde o governo que nelle via um homem de prestigio e de força, até ás damas que o espreitávam das janellas cubiçando a sua esbelta figura marcial.

Sem duvida que se tornára, por assim

(1) «... é nomeado por carta régia desta data (13 abril) capitão general...» [Ephemerides nacionaes, I, p 228] — «... e a carta régia de 6 de março nomeava o brigadeiro...» [Hist.ª do marechal, p 101]

dizer, um homem de occasião; para elle se voltaram pois, as vistas, quando a ameaça da revolta da provincia do Rio Grande começou a preoccupar o governo.

Era necessario a força, a energia, o prestigio d'um valeroso militar que juntasse ao valor da sua espada o valor do seu tino administrativo.

O conde da Figueira apontou como tal o joven brigadeiro Saldanha então ainda em Montevideu e foi nesta provincia que em junho do mesmo anno[1] elle recebeu a participação da carta régia que lhe confiava tão difficil e espinhoso logar.

Saldanha cumpriu. Deixou Montevideu e foi para Porto-Alegre, capital do Rio Grande de cuja capitania tomou posse em agosto seguinte.[2]

A provincia estava n'um estado deplora

(1) Historia do marechal - pg 103
(2) Ephemerides - I, p 225

vel; só um bom governo faria com que o immenso territorio do Rio Grande, voltasse á antiga vida pacifica.

E é neste governo que Saldanha começa a mostrar dotes administrativos alem da sua valentia afamada, dando assim logar a que se não possa dizer que só a sua espada era capaz de fazer alguma cousa.

O seu governo foi um governo «paternal e popular;»[1] com bastante tino viu quaes as necessidades da provincia, subjugou a insurreição, consultou os povos, percorreu as villas e logares «em peregrinação administrativa»[2] e de tal modo que toda a gente da capitania o admirava e estimava provando que não foi em vão que dissera que o dia mais feliz da sua vida fôra aquelle em que entrára em Porto-Alegre, á frente da sua brigada, e ac-

(1) Historia do marechal — pg 113
(2) Idem — pg 107

clamado por todos os habitantes como o seu salvador! [1]

A sua maneira de governar causou admiração até no Rio de Janeiro. E havia razão: Saldanha cortou abusos e puniu os crimes com mão firme e certeira e pelos governos não é esse o custume. D'ahi a admiração.

Saldanha estava ainda novo, acustumado á vida simples e franca do soldado, afeito mais ao acampamento que ao luxo da corte, e pelos seus olhos não tinham ainda passado — como passaram depois, todas as corrupções da epocha. Por isso elle trabalhava sinceramente pelo bem publico, sem outra preocupação que o bem dos seus governados, pois ainda pelo seu caracter não tinha passado o terrivel flagel da politica.

(1) Exposição do general João Carlos de Saldanha, a D. João VI — citado na Historia do marechal, pg 104

Algumas criticas o teem feito baixar muito como homem de governo, criticas contra as quaes se indignou, ainda há pouco, o Snr. Malheiro Dias, ingenuamente;[1] mas se talvez tenham rasão quando se referem aos seus actos governativos depois da implantação do liberalismo, não a teem contudo, quando se referem ao tempo em que esteve á testa da referida capitania.

Os povos do Rio Grande, tinham-no como seu salvador e como sustentaculo da ordem e segurança.

Quando veio o decreto das cortes de 1821 mandando eleger em cada provincia do Brasil uma junta governativa e reduzindo as funcções de capitão-general ás de simples governador militar,[2] o povo, mostrando a sua gratidão e a sua amizade pelo já prestigioso Saldanha, elegeo-o «pre

[1] Cartas de Lisboa – 1ª serie – XVII

[2] Decreto de 1 de outubro (Historia citª – 113)

"votação unanime para o supremo logar de
"presidente da junta governativa.»(1)

Accrescenta ainda o escriptor D. Antonio da Costa: «mandávam-se destinguir
"os dois poderes; o povo, pelo acto inapelavel
"da sua soberania tornava a reunil-os
"no homem que elle amava.»(2)

Pouco tempo esteve, porém, com tantas honras, o valeroso brigadeiro.

O Brazil proclamou-se independente e Saldanha voltou a Portugal onde em breve conquistaria os louros imperecíveis que o levaram a marechal, a conde, a marquez, a duque, numa escala ascendente de glorias atravez das quaes nós hoje o vemos, sempre valeroso, sempre leal, sempre bello, sempre ingenuo, sempre bom.

Passados annos, — quem sabe se por eu-

(1) Historia do marechal — p. 115
(2) Idem — p. 115

tre nuvens de fumo da polvora no cerco do Porto — o rei-soldado D. Pedro IV, dizia-lhe amigavelmente, á laia de pergunta:

— Que fez o João Carlos pelo Rio-Grande? Quando eu lá estive só ouvia dizer: no tempo do Snr. Saldanha fazia-se isto, no tempo do Snr. Saldanha, era assim que se fazia...[1]

[6-IV-905]

[1] Historia do marechal — p 107

Bibliographia: D. Antonio da Costa: Historia do marechal Saldanha — tomo I, cap. VII, VIII e IX — Teixeira de Mello: Ephemerides nacionaes — v. I, p 108 e 224 e tomo II, p 325 — Pinho Leal: Portugal antigo e moderno, vol. 8º, p 333.

[Sobre Saldanha, ha já escriptos dois artigos: um do dia 21 de novembro, outro de 19 de maio.]

XXII

12 de março de 1811 = A acção da Redinha. —

Na acção da Redinha, mais importante do que a teem julgado, diz um escriptor francez que «algumas cargas dadas a proposito (pelos franceses) obrigáram o inimigo a ser circumspecto.» [1] Vamos a ver como foi esse circumspecção do exercito alliado sob o commando de Wellington, exercito que no dizer de um official medico inglez era «bem disciplinado e altamente distincto» [2].

[1] Tissot: Précis ou histoire abregée des guerres de la revolution française — p. 670

[2] Observations on the present state of the Portuguese Army. By Andrew Halliday London, 1811 — Ibit.º no Jornal de Coim-

Massena, tendo visto a impossibilidade de romper as celebres linhas de Torres Vedras e convencendo-se de que era, senão impossivel, pelo menos muito dificil conservar vantagem sobre os alliados, começou a retirada um pouco desordenada, ainda que habilmente dirigida.

Devia-lhe custar, ao marechal glorioso de Napoleão, uma cousa d'aquellas, ceder em frente da orgulhosa Inglaterra, que tinha em Portugal uma especie de campo intrincheirado.

Mas cedeu. Na noite de 5 para 6 de março, ordenou o começo dessa melindrosa operação militar «a que dificilmente se "resignou»[1] mas, accrescenta o Snr. Fernandes Costa, distincto official superior d'artilheria: «executou esse movimento "d'um modo tão habil que garante os pro-

bre, 1812 — n.º 1, p. 33

[1] Fernandes Costa: Memorias d'um ajudante de campo — II, p. 142

" [...]prios contrarios foi visto como mais um
" testemunho das suas altissimas qualidades
" militares.»[1]

Na rectaguarda, cobrindo as marcha dos corpos d'exercito de Junot, de Reynier e de Drouet — que tinham, por um excellente stratagema ganho bastante tempo sobre os alliados — ia, «no seu posto de
" honra, no seu elemento»[2] o marechal Ney, o bravo dos bravos, «o heroe cheio
" de prestigio que os inimigos temiam e
" que os seus soldados adoravam.»[3]

Wellington, quando deu pelo engano, iniciou a perseguição e mandou para a frente quatro divisões, uma divisão ligeira, a brigada de Pack, cavallaria, dois batalhões de caçadores portuguezes e a Leal Legião Lusitana.[4]

(1). Memorias cit.as – II, pg 145
(2) Memorias cit.as – II, pg 162
(3) Memorias cit.as – II, pg 162
(4) Memorias cit.as – II, pg 176

No dia 11, deu-se o primeiro encontro em Pombal, com todo o exito para os alliados, mas Ney, sempre vigilante, preparava ao seu famoso adversário um logro que o distanciasse do grosso do exercito francez.

Foi o que aconteceu no dia seguinte, 12 de março, nas alturas da Redinha.

Wellington seguia sempre sem tréguas o inimigo, e quando chegou perto desta villa vio num planalto em frente uma grande linha de batalha, numa excellente posição como que a obrigal-o a dar combate. Ney dispozera tão habilmente pouco mais de cinco mil homens desde a ravina do rio Soure até á ribeira da Redinha, que, segundo a opinião de Napier[1] parecia estar ali um enorme exercito provocando os alliados.

Wellington não se manteve no seu papel de perseguidor; papel que o seu tacto

[1] Citado nas Memorias – II, pg 180

e o seu «bom senso»[1] lhe tinham aconselhado desde o começo.

Deu ordem á divisaõ ligeira de Erskine para que atacasse a direita e depois á divisão de Picton para que atacasse a esquerda; e isto foi de tal módo que Ney, observando tudo, viu que estaria em pouco tempo torneado, e que o inimigo, de facto, se tinha enganado no numero dos seus homens.

Realmente Wellington mandára o grosso das suas tropas contra o marechal adversario e tinha outras promptas para sahirem ao ataque á primeira ordem; dispozera trinta mil homens em tres linhas de batalha «um dos movimentos mais "acertados e ao mesmo tempo mais apparatosos de ataque que os campos de batalha "teem visto.»[2]

(1) Memorias – II, pg 180
(2) Memorias – II, pg 183

Quando julgou chegado o momento, mandou avançar tudo, num desejo desculpavel de grande victoria. Os trinta mil homens avançáram, a cavallaria carregou bem protegida e tudo parecia indicar a primeira derrota do bravo dos bravos.

De cima, do planalto, o fogo, numa bella descarga, da linha toda, conteve o impeto da carga. A infantaria continuava preparando-se para o assalto; mas, quando o fumo desappareceu «a surpresa dos nossos "não pode ser maior: o inimigo havia "desapparecido!»[1]

Wellington cahira num arrojado engano preparado pelo seu admiravel adversario.

Ney mandára retirar tudo o mais rapidamente que pode; e apenas conservou o sufficiente para simular ao inimigo uma extensa linha de tropas. No mo-

[1] Memorias — II, pg 183

mento opportuno fez-se uma descarga geral, o fumo consentiu que, a coberto, fugissem, enquanto os atacantes esperavam que elle se dessipásse para a continuaçaõ do ataque.

Cahido no logro, Wellington mandou avançar na perseguição, mas nada conseguio.

Ao longe, na ponte que atravessa a ribeira da Redinha via-se o marechal francez perfeitamente descuberto, a dirigir com admiravel sangue-frio a montagem d'um obúz que naquelle sitio se tinha desmontado. A artilharia fez para lá as suas pontarias seguidamente; a divisão ligeira de Erskine descia, tomando lógo, a encosta. Quinze a vinte homens cahiram junto do marechal, mas só depois de tudo prompto é que elle seguio ao passo do seu cavallo pela ponte, com os seus homens, e metteu pelo desfiladeiro em frente.

Foi assim a acçaõ da Redinha, «mero

"capricho, mera bravata dos dois generaes»[1] diz o Snr. Fernandes Costa cuja obra _Memorias de um ajudante de campo_ nós temos seguido; foi assim que dois generaes se mediram mostrando qualquer d'elles o seu alto valor.

Contudo, devido á tal _circumspecção_ de que nos falla o francez, o marechal Ney não ficou esmagado para sempre e pode continuar a defender as aguias imperiaes que foram « de cerro em cerro — "como disse um dia José Estevam — arras-"tando-se até á guarida donde sahiram, le-"vando apenas nas garras já mal segu-"ras o desengano de imaginados dominios "e poderios »[2]

[7 - _III_ - 905]

(1) _Memorias_ — II, p. 186

(2) Do discurso de 14 de dezembro de 1857, acerca da questão _Charles et Georges_ — (excerptos na _Nª Selecta Portugueza_, p. 136

Bibliographia: Fernandes Costa: _Memo-_

XXIII

30 de abril de 1824 = A abrilada -

Na noite de 28 para 29 de fevereiro, do anno 1824, deu-se nos paços reaes de Salvaterra um «facto naturalissimo»[1] mas que teve origens um pouco menos naturaes.

Este facto, naturalissimo no juiso do erudito Pinho Leal foi nem mais nem menos que o assassinato covarde do marquez de Loulé num corredor escuro perto dos aposentos reaes.

A villa-francada não dera os resultados que a rainha desejára; no ministerio

rias d'um ajudante de campo, II vol.e ps. 29, 30 e 31 — Tissot: Histoire abregée des guerres de la revolution française — ps 670 - 672 —

(1) Portugal antigo e moderno — 8.º, ps 364.

estávam o conde de Subserra, Palmella e outros moderados; o marquez de Loulé tinha grande influencia junto de D. João VI. Era preciso supprimirem-nos e abrir de vez a guerra sem tréguas contra os pedreiros-livres, contra a canalha maçonica!

Começáram pelo tal facto naturalissimo. O marquez de Loulé foi o primeiro supprimido[1] e dentro de dois mezes tramou-se a suppressão dos outros.

Carlota Joaquina e o infante D. Miguel eram a alma da futura revolta; o marquez de Chaves tinha preparado as cousas no exercito, e a 29 de abril estava combinado prender-se o Subserra e o Palmella, á sahida do baile da embaixada ingleza.

« Era preciso fazer — diz José Liberato —

[1] Silva Gayo afirma [Mario, pg 333] que o infante D. Miguel nada teve com o assassinato; Soriano [Historia do cerco do Porto, I, pg 188] porem, quasi que o dá como testemunha do facto.

"o que se não tinha feito em Villa Franca."[1] Era acabar uma obra que apenas se tinha esboçado...

Na madrugada de 30 d'abril rebentou a revolta. As tropas vieram dos seus quarteis aos gritos de «morram os pedreiros-livres!» que era a senha imposta por D. Miguel.

O conde de Subserra conseguio fugir; o Palmella fôra preso ainda de calção e meia; a porta do paço da Bemposta onde residia D. João VI estava guardada por campinos de varapáu e pampilhos[2] que impediam a entrada a gente estranha.

E assim começou essa revolta da abrilada que no dizer do liberal abbade de Medrões marcará sempre na historia da nação portugueza uma pagina vergonhosa para a rainha, para seu filho e para os satellites do despotismo.[3]

(1) Essay historico-politique — pg 285
(2) Soriano: obr. cit.ª, I, pg 190
(3) O Cidadão Lusitano — pg 216

O Terror começou. O Infante galopava pelas ruas seguido da malta de boleeiros, campinos, sicarios, feito o «alguazil da revolta.»[1] Corria infatigavel e a tropa berrava em grande grita:

— Morram os pedreiros livres!

D. João VI tremeu nos seus paços da Bemposta, quando soube da revolta. Sentio-se preso, incommunicavel; e, pallido, aterrado, não sabia mesmo em que pensar.

A grita lá fóra era grande. D. Miguel proclamava ao povo: «Pela segunda vez
" appareço entre vós, á frente do brioso exerci-
" to, para dar tom e energia á grande obra co-
" meçada em 27 de maio de 1823, que viéra
" encher de assombro e admiração a Euro-
" pa inteira... O excelso rei D. João VI, cer-
" cado de facciosos não tem tido vontade li-
" vre...»[2] E terminava, enthusiasticamente-

(1) O. Martins: Hist.a de Portugal — II, p. 265

(2) Proclamação transcripta em Pinheiro Chagas: Historia de Portugal — 8º, p. 246

mente: «morram os malvados pedreiros-livres!»

A turba acclamava.

A pedreirada era no fim, o alvo da revolta. A perseguição ás lojas maçonicas começou desenfreada. Pela cidade havia um vago terror...

D. Miguel então, mandou entregar a seu pae uma carta junta com a proclamação querendo-o convencer da justiça da sua causa. «A' frente do exercito, rodeado dos
" bons portuguezes que esperam e confiam
" nas sublimes virtudes de Vossa Magestade
" fico aguardando as ordens de Vossa Mages-
" tade...»(1) escrevia o Infante humildemente o que fez escrever com graça, a Pinheiro Chagas as seguintes linhas: «era sempre

(1) Carta transcripta em P. Chagas {Historia de Portugal, 8º, p 208}. Diz Soriano {Obr. cit.ª, p 181} que Soares Monteiro, na sua Historia de Portugal nega a existencia d'uma tal carta, fundamentadamente.

"chamando-lhe (a D. João VI) o melhor dos
"reis que o torturavam, que o prendiam, que
"o humilhavam. Cantava os seus louvores
"Fernandes Thomaz quando lhe arrancava as
"prerogativas regias; chamava-lhe o melhor
"dos soberanos, D. Pedro, quando lhe arranca-
"va o Brazil; chamava-lhe o melhor dos reis
"que teem reinado sobre a terra, seu filho D.
"Miguel quando o prendia na Bemposta com
"sentinellas á vista!»[1]

Pobre D. João VI, coitado, que nem sabia o que devia pensar em momento tão apertado, e tão critico!

Ia a revolta progredindo; as prisões atulhávam-se e alguns começávam a sahir para Peniche por não caberem em Lisboa.

Foi então que os ministros extrangeiros resolveram intervir «como é costume
"fazer-se no Egypto» diz Oliveira Martins[2]

[1] Historia de Portugal — 8.º, p. 248
[2] Historia de Portugal — II, p. 266

e, não consentindo a guarda da Bemposta que o corpo diplomatico entrasse no palacio o ministro francez deu a celebre resposta que anda transcripta em Soriano e outros:

— « Sua Alteza é um vassalo e nós não conhecemos aqui senão o rei! Vós, que assim faltaes ao respeito ao vosso soberano legitimo pensae bem no que fazeis! Perdoam-se aos filhos dos reis os seus desvarios; mas enforcam-se os seus complices! »[1]

Profundo o ministro francez Hyde de Neuville! Tão profundo que o official da guarda não o percebeu e não o deixou entrar.

Tal e qual como no Egypto...

Por fim conseguiram chegar aos aposentos do rei; e não ha duvida que obstaram a alguns desatinos.

Correram dias no meio d'uma anar-

[1] Transcripto em P. Chagas, {Hist.ª de Portugal, 8.º, pg 250} em Soriano {Obr. cit.ª, pg 192, 1.º vol.} e em Gayo {Obr. cit.ª, pg 339}

chia enorme, e em que o rei se salvou, diz Fr. Liberato, por «un nouveau coup de sort.»[1] A rainha berrava que se não soltasse Palmella, senão estava tudo perdido![2] O Infante galopava com a turba vil dos seus protegidos,[3] caçando os pedreiros-livres, os maçonicos, como quem extermina féras bravas.

D. João VI, mais reanimado, teve passados uns oito dias,[4] um rasgo de energia que elle encubrio sob aquella esperteza saloia de que nos falla Herculano;[5] quiz

[1] Essay historico-politique — pg 285
[2] Soriano: Hist.ª cit.ª, I, pg 194
[3] Entre elles estava o desembargador José Antonio d'Oliveira Leite de Barros o futuro conde de Basto do qual Camillo diz: «... contara-lhe sua mãe que uma sua prima, a Joaquina Brusca déra em dróga estando a servir na Brea em casa de André d'Oliveira, pae do desembargador. Desta dar em dróga nascera o bastardo que em 1830 era ministro do reino.» [A viuva do enforcado, 3ª parte, pg 202]
[4] No dia 9 de maio
[5] Veja-se pg 42 deste volume —

ir merendar a Caxias — cousa tão natural! — e ir pelo rio abaixo: o dia estava formoso, o Tejo convidava...

Foi. A galeota real desceu suavemente; ao passar porem, junto da náu ingleza, Windsor-Castle o pobre D. João VI quiz ser rei a valer e mandou atracar.

No mastro grande fluctuou lógo o pavilhão real e o pobre rei dizia com as lagrimas nos olhos:

— Não ha duvida que eu sou um dos monarchas mais infelizes do meu tempo...[1]

De dentro da náu ingleza, mandou então. Quiz ser o que seu filho queria que elle fosse: rei absoluto!

Os presos vieram para a rua e o Infante D. Miguel foi expulso do reino — «mandado viajár» diz Pinho Leal[2] — para completo socego do reino e de Sua Magestade.

(1) Soriano: obr. cit.º — pg 185

(2) Portugal antigo e moderno — 8º, p 365

Acabára a revolta... A 14 de maio, o rei, desembarcou, pela tarde,[1] triumphalmente; vinha vencido mas custára-lhe muito a algumas lagrimas derramaria, vendo o que era a esposa, sentindo-se atraiçoado pelos dois filhos: um que lhe roubára o Brasil, outro o socego...

E foi ainda com as lagrimas nos olhos que, recolhido á Bemposta, se sentou a uma mesa e tanto quanto lhe consentia a sua illustração começou a escrever ao rei de Hespanha:

«Meu bom irmão, primo, cunhado e
" genro... lembra-me pedir a Vossa Ma-
" gestade que escreva a sua irmã para lhe
" propôr a necessidade de ir viver retirada
" em alguma provincia dos seus estados,
" ou... — accrescentava, com a mais sin-
" cera boa-vontade que ainda andou por
" coração de rei — se melhor parecer para

(1) Soriano: ob. cit.º — pg 197

"França, ou Italia...[1]» Longe, para longe é que elle a queria!

Pobre D. João VI! A esposa era sempre o seu eterno pezadelo!...

═══ [25-III-905]

[1] «... proposição como a mais adequada
"para me poupar qualquer outra resolução se-
"vera a que necessariamente deverei recorrer
"para poder restituir a tranquillidade á minha
"Real Familia e aos meus estados. Vossa Mages-
"tade não duvidará do muito que me custa o ver-
"me obrigado a requerer da sua amizade um
"tão penoso serviço.» Esta carta vem transcripta em P. Chagas: Hist.ª de Portugal, 8.º, pg 253

Bibliographia: Soriano: Historia do cerco do Porto, I vol., Discurso preliminar, cap. I — P. Chagas: Historia de Portugal, vol. 8.º, cap. XII — Silva Gayo: Mario, cap. 28 — José Liberato: Ensaio historico-politico, cap. XI — Oliveira Martins: Historia de Portugal, II, liv. 7.º, cap. IV — Pinho Leal: Portugal antigo e moderno, 8.º, pg 364 — Abbade de Medrões: O Cidadão Lu-

XXIV

5 de agosto de 1709 = A primeira ascenção do Padre "Voador".

O vicio dos previlegios é já antigo. Não é d'agora...

No dia 19 de abril de 1709 o magnifico rei D. João V concedeu ao padre jesuita Bartolomeu de Gusmão o previlégio exclusivo «neste reino e suas conquistas» do uso de «um instrumento para se andar pelo ar da mesma sorte que pela terra e pelo mar»[1]

D. João V queria proteger as sciencias ainda que por ostentação; por isso quando o padre lhe fez uma petição em que expunha o seu maravilhoso invento, mostrando-lhe

sitano, pg 216

(1) Alvará transcripto no Diccionario Universal Portuguez, II, pg 446

as vantagens d'elle e as grandes consequencias que adviriam, apressou-se a conceder ao inventor todos os privilegios que lhe pedia.

O alvará é muito notavel. N'elle o magnanimo monarcha espraia-se em considerações ácerca do invento; com a machina aerostatica «saber-se-hão as verdadeiras
" longitudes de todo o mundo, erradas nos
" mappas ... as praças sitiadas poderiam ser
" soccorridas tanto de gente como de munições
" ... evitam-se deste modo os desgovernos
" das conquistas ...» e num *crescendo* d'enthusiasmo e de imaginação facil acrescenta: «poderiam levar os avisos de mais impor-
" tancia aos exercitos e a terras muy remo-
" tas quasi ao mesmo tempo que se resol-
" viam ...»[1]

Na sua vaidade de grande rei, via-se já com o maravilhoso invento a admirar

[1] *Alvará* citado.

as outras nações como as admirou com o seu luxo e as suas sumptuosas construcções.

Mas — louvado seja! — o padre Bartholomeu de Gusmão encontrou nelle um protector; e estimulado por tão alta padrinhagem tratou de pôr em pratica aquillo que imaginára no seu esclarecido espirito.

E dizemos esclarecido porque, de facto, o Jesuita Bartholomeu de Gusmão apesar do ridiculo com que o cobriram os contemporaneos era um homem superior.

Nascera no Brasil [1] e muito novo doutorou-se em canones na Universidade de Coimbra [2] e logo na sua mocidade se distinguio pelo estudo das sciencias physicas a tal ponto que — segundo refere Brito Rebello [3] — conseguira elevar a agua por meio de pressão a 460 palmos, experiencia

(1) Nasceu em Santos, em 1685.
(2) Macedo: *Anno Biographico*, p. 428, II vol.
(3) Cit. no *Diccionario Universal*, II, 446

que admirou tudo e que foi feita no Seminario de Belem.

De experiencia em experiencia, de estudo em estudo, veio á dedicar-se á aerostatica. Em Lisboa, tendo-lhe parecido que encontrara a resolução de tão alto problema, pedio o previlegio ao rei D. João V e promptificou-se a mostrar em publico o seu maravilhoso invento.

Realisou a experiencia a 5 d'agosto do mesmo anno do alvará.

O rei com a corte assistiu á festa que se preparou com solemnidade no pateo da Casa da India. Tudo se alvoroçou para ver a novidade extraordinaria; o jesuita Lourenço de Gusmão era já o voador, na bocca de todos.

A maledicencia aguçava já os dentes; os poetas afinavam as lyras; a Inquisição esperava o feiticeiro...

Já se dizia que o prodigioso jesuita «tinha a habilidade de saber o que ainda

"estava para se fazer!..." como nos refere uma *Memoria* contemporanea."[1]

Ha quem affirme que a experiencia não foi tão publica como vulgarmente se diz,[2] que se limitou a uma salla da Casa da India. Contudo teve grande popularidade e indiscutivelmente causou no nosso meio um indiscutivel alvoroço.

A experiencia fez-se; mas — inconvenientes dos grandes arrojos — não teve o resultado desejado.

Ou má construcção, ou encontro com as paredes o que é verdade é que falhou a prova e sobre o sabio jesuita cahiu o ridiculo que lhe lançou uma sociedade inteira.

A estupidez riu-se e esfregou as mãos;

(1) *Memoria* citada no *Diccionario Universal Portuguez*, II, p. 447

(2) A este respeito veja-se o interessantissimo artigo que vem a p. 456 e seg.tes, do II vol.e do mesmo *Diccionario*.

a superstição accusou-o; a inveja calumniou-o e o Santo Officio, se não fosse a alta protecção do rei e a roupeta de Loyolla, tel-o-hia encaminhado a uma fogueira, para, *sem effusão de sangue* purificar-lhe a alma para poder entrar nos dominios do Eterno! . . .

Ao menos — verdade seja! — a Companhia de Jesus tinha entre todos os que trabalhavam contra o progresso, contra a civilisação alguns homens de elevado valor que, desprezando até certo ponto as obrigações da roupeta se entregavam a variados estudos e á resolução de maravilhosos problemas.

Bartholomeu de Gusmão foi um destes raros jesuitas.

Comtudo a troça d'uma sociedade estupida, ignorante e fanatica — obra da propria roupeta e das fogueiras da Inquisição caiu-lhe em cima em prosa, em verso, em gargalhadas, em encolher d'hombros.

Um poeta dizia:

«Com que invento queres, baixo idiota,
A voar no ar sendo gateiro,
Desejando aguia ser, sem ser gaivota?»[1]

Outro, subtilmente, ao mesmo tempo que estupidamente, accrescentava:

«Ninguem sabe ou ninguem vê
Nem se conhece inda hoje
Que casta de passaro é ...»[2]

Um outro chamava-lhe mono, macaco, por ser do Brasil[3] e assim, toda a casta de improperios.

O povo apontava-o como feiticeiro; «a "superstição do povo suffocou o genio do pe-

(1) Soneto cit.º no Diccionario ref.º, II, p. 448
(2) Decimas de Thomaz Pinto Brandão, citadas no mesmo, II, p. 453 (nota)
(3) Este outro é o poeta Pedro d'Azevedo Tojal que no seu poema heroe-comico O Foguetario se refere ao Voador em termos pouco lisongeiros. Por exemplo, no canto segundo, diz

bio » diz um escriptor brasileiro (1) e na verdade foi impossivel conseguir os aperfeiçoamentos que imaginára para a sua machina volante.

D. João V, apesar da queda dos seus castellos magnificos, protegeo-o sempre e tanto que foi elle que aconselhou a adiar as novas experiencias naturalmente para não augmentar o clamor do povo fanatico e estupido.

Esse addiamento foi a valer. O padre Bartholomeu nunca mais voou na sua machina e este é um curioso caso de quan-

querendo fazer-lhe o retrato: (est.ª 3ª)

« Bem que na forma humana homem parece,
Indicava de mônstro ter mistura:

. . . .

Que voando com pouco movimento
Suspenso se librava sobre o vento. »

(1) Macedo: Anno biographico brasileiro, vol. II, pg 429 –

to pode a estupidez e o fanatismo d'um povo a que o levou a Inquisição e a camarilha de que o proprio fazia parte.

Pelo seu espirito superior devia ter, de certo, passado a consideração triste, de que era uma victima da obra enorme, de que elle era um obreiro superior.

E teve, de si para si, de concordar com o poeta: de que nem ao menos chegava á cathegoria de gaivota!...

{12-IV-905}

Bibliographia: *Diccionario universal portuguez illustrado* — editado por Henrique Zeferino d'Albuquerque, II vol. pp 444 e seg.tes — Joaquim Manoel de Macedo: *Anno biographico brasileiro*, 2.º vol., p 427.

XXV

16 d'abril de 1547 = As barbas do Vi-so-Rey.

No dia de S. Martinho de 1546, D. João de Castro — sem duvida o vulto mais sympathico da nossa historia da India — conseguiu sobre o exercito de Kodja-Safar que cercava Diu a mais afamada talvez de todas as victorias que os portuguezes conseguiram no Oriente.

O heroico D. João de Mascarenhas conservára a fortaleza — se é que se póde chamar fortaleza a umas muralhas desmanteladas — sempre pelo rei de Portugal. Todo o dia a artilharia das estancias turcas troava ameaçadoramente; os assaltos succediam-se; mas a firmeza d'animo dos defensores, sem fraquejar, prolongou a resis-

tencia até que a poderosa armada do governador appareceu triumphalmente deante dos muros de Diu.

D. João de Castro vinha trazer a salvação e a victoria. «Embandeirou-se a fortaleza "toda, vestindo-se de alegria as prostadas rui-"nas» diz o rethorico biographo[1] e a 11 de novembro do anno referido, os portuguezes tiveram um verdadeiro S. Martinho...

Apparatosa e theatral fôra a victoria; Kodja-Safar e Rume-Khan[2] fugiram com o exercito valeroso e o vencedor — moldando-se nos seus heroes de Plutarcho — «lo-"grou como premio de duração mais largo "que a dos que lhe deram, a fama do seu "nome.»[3]

Mas, quando ao longe, desappareciam os ultimos inimigos, assombrados de tão ve-

(1) Jacintho Freire: Vida de D. João de Castro, 217
(2) Os Rumecão e Coge-çofár dos nossos chronistas.
(3) Vida de D. João de Castro, 231.

gentosa derrota, todos voltaram, de certo os olhos para a derrocada fortaleza.

Da formosa construcção começada em tempo de Nuno da Cunha, com um louco enthusiasmo e que — segundo nos refere Couto Coutinho[1] — fazia a admiração de Cambaia, apenas restavam uns muros esboroados, negros da polvora, avermelhados do sangue que attestavam eloquentemente o que com graça diz Pinheiro Chagas: «os portuguezes de 1546 tinham jurado não deixar ficar mentirosos nem os mais audazes inventores de patranhas de cavallaria!»[2]

Agora, porem, tudo se reduzia a uma cousa muito pratica: a necessidade da restauração da fortaleza.

O inimigo fugia, mas podia voltar em breve e — triste realidade depois de tanto heroismo! — não havia dinheiro!

[1] Historia do Cerco de Diu — 1ª parte, cap. X
[2] Vida de D. João de Castro — p. 233.

A guerra consumia tudo e — accrescenta o já citado Jacintho Freire — «os materiaes não se podiam comprar sem pagas...»[1]

Um outro chronista diz ainda[2] que os que trabalhavam na obra «o importunavam muito (ao governador) por seus pagamentos.»

E D. João de Castro transigindo bastante com os moldes severamente classicos a que tinha imposto o seu caracter faz o que se faz hoje com a diferença da intenção e a seriedade dos meios: contrahiu um emprestimo.

Escreveu á camara de Goa pedindo-lhe vinte mil pardáus[3], mas como penhor enviou uns cabellos da sua barba. Quiz mandar os ossos de seu filho que morrera no cerco, mas «como a terra ainda tivesse o

(1) Vida — p. 233
(2) F. d'Andrade: Chronica d'El-rey D. João III, vol. IV, p. 77
(3) O Pardáu equivale a 100 reis fortes {Teixª d'Aragão: Descripção, p. 101, vol. 3º}

cargo mal gastado »[1] mandou antes os cabellos da barba — penhora que muito commoveu o povo de Goa.

A carta é um documento precioso[2]: o vencedor heroico dos turcos le franco no maximo do triumpho, humildemente pedia á camara da capital do nosso imperio a mercê dos 20.000 pardáus. « Prometto como ca-
" valleiro, dizia elle, e vos faço juramento
" dos santos Evangelhos, de vol-o mandar pa-
" gar antes de um anno... » E explicava
adeante: « mandei desenterrar D. Fernando
" meu filho, que os mouros mataram nesta
" fortaleza para vos mandar empenhar os seus
" ossos, mas acharam-nos de tal maneira
" que não foi licito ainda agora de o tirar da
" terra, pelo que me não ficou outro penhor

(1) Vida de D. João de Castro — pg 233
(2) Esta carta vem transcripta na Vida de D. João de Castro, pg 234 — em Diniz: Portugal Pittoresco, vol. 2º e no Archivo Pittoresco, vol. VI pg 317

"salvo as minhas proprias barbas..."[1].

O heroe de Sá Fanco era agora o simples governador que implorava do povo um donativo para o serviço do seu rei. « A' sua
"alma de justo, diz Oliveira Martins, á sua
"ingenua alma de santo, os estrondos e es-
"plendores do triumpho não acordavam orgu-
"lhos nem vinham pôr na face o menor sor-
"riso de vaidade."[2] »

Elle, o erudito D. João de Castro, o sabio mathematico, o forte governador, como lhe chamou Camões, pedia, doze dias depois da victoria[3] que lhe desculpassem a insignificancia do senhor!

Haverá no seu caracter austero e virtuoso alguma sombra de vaidade? Haverá: mas nem por isso uma virtude deixa de ser virtude, e no meio de tão grande deca-

(1) Carta cit.ª
(2) Camões, os Lusiadas e a Renascença em Portugal, p. 161
(3) A carta tem a data de 23 de novembro.

d'ancia — como a que corria na India — era necessario « que as suas virtudes dessem brado »[1] e se impozéssem ao respeito e á admiração de todos.

A verdade é que a carta foi, levada por Diogo Rodrigues d'Azevedo, que egualmente levava o precioso penhor.[2]

Em Goa a commoção foi grande. Os vinte mil pardáus appareceram logo; as damas deram as suas joias; e o dinheiro lá foi para a obra que ia em grande augmento e « para a qual — afirma o chronista Andrade — se não negavam os principaes " fidalgos acarretando ás costas e nas cabeças

[1] P. Chagas: Historia de Portugal — 4°, pg 51

[2] « Estas reliquias foram conservadas pelos " seus descendentes; o bispo D. Francisco de " Castro mandou-as collocar dentro d'um tu- " bo de vidro assente em elegante pedestal or- " namentado e com varias inscripções allego- " ricas ás façanhas do heroe. O interessante mo- " numento andava vinculado no morgado dos " condes de Penamacôr, tendo sido em 1836

"tudo o que era necessario.»[1] E' que por cima de tudo pairava de certo o caracter unico do governador; a influencia das suas virtudes vintar bem fundo a todas as camadas e se elle não poude travar a queda do imperio portuguez no Oriente deixou ao menos bem vinculada a memoria immorredoura do seu nome puro.

As obras de Diu acabaram-se em pouco tempo apesar de se não ter aproveitado «um "só palmo de parede.»[2]

A 16 d'abril do anno seguinte, 1547, deu-se a obra por concluida e a India viu com espanto levantar-se de novo essa formidavel fortaleza e firmada no ~~p~~ penhor insignificante d'uma barba...

Haveria visto um pouco de rethorica?

Talvez... mas, como diz o nosso já ci

"roubados alguns ornatos por um creado.»
{F. d'Aragão: Descripção geral, etc, v. III, p. 135}

(1) Chronica cit.ª, p. 76, vol. 4º

(2) Carta citada.

tado historiador e critico: «Todos os actos da "sua vida peregrinatica demonstram a nobreza ingenita de um caracter cultivado artificialmente pela educação litteraria.»[1]

═══ (8-IV-905)

[1] O. Martins: Hist.ª de Portugal, I, p. 283

Bibliographia: Jacintho Freire d'Andrade: Vida de D. João de Castro — P. Chagas: Historia de Portugal, vol. 2.º, cap. VII e VIII — Teixeira d'Aragão: Descripção geral e historica das moedas... pg 134-136 — Francisco d'Andrade: Chronica d'El-rey D. João III, vol. 4.º, cap. XVIII — Oliv.ª Martins: Camões, os Lusiadas e a Renascença em Portugal, cap. 3.º, III — Oliv.ª Martins: Historia de Portugal, liv. IV, cap. III — F. Denis: Portugal Pitoresco, vol. 2.º pg 98 e seg.tes —

[library stamp]

= Appendice =

I

Additamentos

Ao cap. I:

Bibliographia: Os jesuitas e a restauração de 1640 por Fortunato d'Almeida, nos n.os 1 e 2 da Revista Contemporanea (Coimbra, 1894) — Voltaire: Le siécle de Louis XIV, I vol. p 14

Ao cap. IV:

Bibliographia: Francisco Antonio da Cunha de Pina Manique: Portugal desde 1828 a 1834, cap. XIV e XVI.

Ao cap. X:

Bibliographia: Fr. Francisco de S. Luis: Memoria em que se ajuntam algumas noticias para a historia de el-rey D. João I e se refutão outras, que nella andam introduzidas — (Obras, I vol.)

Ao cap. XII

Bibliographia: Francisco d'Andrade: Chronica d'El-rey D. João III, I vol. —

Ao cap. XVIII

Data da conquista de Santarem, [a pg 138]: o escriptor Seabra d'Albuquerque no folheto Brazões Portuguezes (jornal heraldico), dá a pg. 11, a data de 7 de maio para o feito d'Affonso Henriques.

Novo additamento ao cap. IV:

Bibliographia: Revista militar – anno de 1902, pg 519, e 557.

II

Bibliographia

Almeida (Fortunato d') — O Infante de Sagres —
Porto, 1894 — 1 vol.

Andrade (Francisco d') — Chronica do muyto alto e muyto poderoso rey destes reynos de Portugal Dom Joaõ o III deste nome...
Coimbra, 1796 — 4 vol.ˢ

Andrade (Francisco d') — Obras: O Primeiro cerco de Diu
Lisboa, 1852 — 1 vol.

Andrade (Jacintho Freire) — Vida de Dom Joaõ de Castro, quarto viso-rei da India —
Lisboa, 1815 — 1 vol.

Aragaõ (A. C. Teixeira de) — Descripçaõ geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal —
Lisboa, 1877-80 — 3 vol.ˢ

Arriaga (José d') — Historia da Revoluçaõ de Setembro.

Lisboa, ... — 3 vol.

Arthur (Ribeiro) — _A Legião Portugueza ao serviço de Napoleão_ —
Lisboa, 1901 — 1 vol.

Ayres (Christovam) — _Theoria da Historia da Civilisação militar_ —
Lisboa, 1837 — 1 vol.

Barbosa (Ignacio de Vilhena) — _A Tomada de Santarem_ — Estudo no _Archivo Pitoresco_, vol. IV, pg 55.

Bettencourt (E. A. de) — _Descobrimentos, guerras e conquistas dos portuguezes em terras do ultramar nos seculos XV e XVI_ —
Lisboa, 1881-82 — 1 vol.

Botelho (Abel) — _A Divisão auxiliar á Hespanha nas campanhas do Roussillon e da Catalunha_ — Conferencia publicada nos n.os 137 138, 140, 141, 143, 145, 149 e 153 do _Exercito Portuguez_, 1884, 7.º an.º

Braga (Theophilo) — _A Arcadia Lusitana_ —
Porto, 1899 — 1 vol.

Braga (Theophilo) — _Camões e o sentimento nacional_ —
Porto, 1891 — 1 vol.

Brandão (Zephyrino) — _Monumentos e lendas de Santarem_ —
Lisboa, 1883 — 1 vol.

Brito (Fr. Bernardo de) — Elogios historicos dos senhores reis de Portugal...
Lisboa, 1786 — 1 vol.

Carvalho (José Liberato Freire de) — Essai historico-politique sur la constitution e le gouvernement du royaume de Portugal —
Paris, 1830 — 1 vol.

Castro (D. João de) — Roteiro em que se contem a viagem que fizeram os portuguezes no anno de 1541. ... tirado á luz ... pelo Dr. Antonio Nunes de Carvalho —
Paris, 1833 — 1 vol

Castro (D. João de) — Primeiro roteiro da costa da India; desde Goa até Dio: narrando a viagem que fez o Vice-Rei D. Garcia de Noronha em socorro desta ultima cidade. 1538-1539. — Publicado por Diogo Kökke.
Porto, 1843 — 1 vol.

Cenáculo (o arcebispo) — As artes, as Lettras e as Sciencias em tempo d'el-rey D. João V (frag.to d'uma obra inedita) — Publicado no Panorama, VII vol. pg 261

César (Victoriano José) — Breve estudo sobre

a invasão franco-hespanhola de 1807 em Portugal — Publicado na Revista do Exercito e da Armada, vol. XX e XXI.

Chagas (M. Pinheiro) — A Galeota de Antonio Moniz — no vol. O Naufragio de Vicente Sodré —
Lisboa, . . . — 1 vol.

Chagas (M. Pinheiro) — Historia de Portugal — Popular e illustrada —
Lisboa, 1899-904 — 8 vol.^{e}

Coelho (José Maria Latino) — Galeria de varões illustres de Portugal — n.º 2: Vasco da Gama —
Lisboa, 1882 — 2 vol.^{s}

Cordeiro (A. Xavier Rodrigues) — Serões de Historia —
Lisboa, 1890 — 2 vol.^{s}

Correia (Gaspar) — Lendas da India — publicadas por ordem . . . da Academia real das sciencias . . .
Lisboa, 1864 — 4 vol.

Costa (D. Antonio da) — Historia do marechal Saldanha — (1.º tomo)
Lisboa, 1879 — 1 vol.

Costa (Fernandes) — Memorias de um ajudante de campo — Chronica pitoresca da terc.^{a} invasão franc.^{a}
Lisboa, 1855 — 2 vol.^{s}

Coutinho (Lopo de Sousa) — Historia do cerco de Diu —
Lisboa, 1890 — 1 vol.

Couto (Diogo do) — Deccada quinta da Asia — dos feitos que os portuguezes fizeram no descobrimento dos mares e terras....
Lisboa, 1612 — 1 vol. (V)

Deniz (Ferdinand) — Portugal Pitoresco ou descripção historica deste reino —
Lisboa, 1846 — 4 vol.s

Fonseca (Faustino da) — A Descoberta do Brasil —
Lisboa, 1900 — 1 vol.

Freitas (Olympio de) — Os Heroes de 1640 (n.º 161 da Bibliotheca do Povo)
Lisboa, 1888 — 1 vol.

Garcão (Fernando Reis e Mayer) — Os Vermelhos — Notas de dois refractarios —
Lisboa, 1897 — 1 vol.

Gayo (Silva) — Mario — Episodios das luctas civis portuguezas de 1820-1834
Lisboa, 1868 — 1 vol.

Herculano (Alexandre) — Historia de Portugal
Lisboa, — 4 vol.

Herculano (Alexandre) — Historia da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal —
Lisboa, 1864 — 3 vol.
Leal (Pinho) — Portugal antigo e moderno.
Lisboa, 1873-90 — 12 vol.
Lobo (Francisco Rodrigues) — O Condestable de Portugal D. Nun'alvares Pereira —
Lisboa, 1785 — 1 vol.
Lopes (Fernão) — Chronica de D. João I —
Lisboa, 1897 — 7 vol.
Lopes (Joaquim José Pedro) — Atalaia contra os pedreiros-livres: ...
Lisboa, 1818 — 1 vol.
Luis (Fr. Francisco de S.) — Memoria em que se refuta o que dizem alguns escriptores « que os portugueses são propensos a ajuizar ~~mal~~ ou suspeitar mal das suas rainhas viuvas, principalmente sendo extrangeiras e castelhanas (no 1.º tomo das Obras)
Lisboa, 1855 — 1 vol.
Luis (Fr. Francisco de S.) — Memoria em que se colligem algumas noticias sobre o progresso da marinha portuguesa até

principio do seculo XVI. (no 1.º tomo das *Obras*)
Lisboa, 1855 — 1 vol.
Luis (Fr. Francisco de S.) — *Indice chronologico das navegações, viagens, descobrimentos, e conquistas dos portuguezes...* (no tomo V das *Obras completas*)
Lisboa, 1875 — 1 vol. (V)
Macedo (Joaquim Manoel de) — *Anno Biographico brasileiro*
Rio de Janeiro, 1876 — 3 vol.
Maria (Fr. Francisco de Santa) — *Anno Historico, Diario portuguez...*
Lisboa, 1744 — ... vol.
Martins (Oliveira) — *Camões, os Lusiadas e a Renascença em Portugal* —
Porto, 1891 — 1 vol.
Martins (Oliveira) — *Os Filhos de D. João I*
Lisboa, ... — 1 vol.
Martins (Oliveira) — *Historia de Portugal* —
Lisboa, 1901 — 2 vol.
Madrães (Abbade de) — *O Cidadão Lusitano* — (nova ed., annotada)
Porto, 1874 — 1 vol.
Mello (José Correia de) — *Joanneida ou a Liberdade de Portugal defen-*

dida pelo senhor rey D. João I — Poema Epico.
Coimbra, 1782 — 1 vol.

Mello (J. A. Teixeira de) — Ephemerides nacionaes —
Rio de Janeiro, 1881 — 1 vol. (2 tomos)

Menezes (D. Luis de) — Portugal Restaurado. (Historia do)
Lisboa, 1679 — 2 vol.

Motta (Silveira da) — Quadros de Historia Portugueza —
Lisboa, 1878 — 1 vol.

Oliveira (João Braz de) — Marinha Portugueza (nº 149 da Bibliotheca do Povo)
Lisboa, — 1 vol.

Rebello da Silva (Luis Augusto) — Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII —

Roman (Frey Antonio de San) — Historia general de la India Oriental ... hasta el Año de 1557 ...
Valladolid, 1663 — 1 vol.

Soriano (Simão José da Luz) — Historia do cerco do Porto —
Porto, 1889 — 2 vol.

Sousa (Manuel de Faria y) — Asia Portugueza —

Lisboa, 1666 — 1 vol.

Tissot (M.) — Précis, ou histoire abregée des guerres de la revolution française, depuis 1792 jusqu'a 1815.
Paris, 1821 — 2 vol.

Torres (José de) — Originalidade da navegação do oceano Atlantico septentrional e do descobrimento de suas ilhas pelos portuguezes no seculo XV (no Panorama, vol. X e XI)

Vasconcellos (Simão de) — Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil . . . . (2ª ed.)
Lisboa, 1865 — 2 vol.

Vasconcellos (Teixeira de) — Les Contemporains portugais, espagnols et bresiliens.
Paris, 1859 — 1 vol.

Viterbo (Fr. Joaquim de Santa Rosa de) — Elucidario das palavras, termos e frases . . . (2ª ed.)
Lisboa, 1865 — 1 vol.

Anonymos:
A Academia de Historia Portugueza — No Panorama, vol. IV

O Codigo fundamental da nação portugueza — (n.º 73 da Bibliotheca do Povo) — Lisboa, ...

Carta de um jurisconsulto em resposta á de outro que lhe remetteu o Diario do Governo n.º 235 pedindo-lhe a sua opinião sobre os documentos relativos ao Juramento da Rainha ... 1 folh.º

Lisboa, 1822 — 1 folh.º

Observador portuguez, historico, e politico de Lisboa, desde o Dia 27 de novembro do anno de 1807 ... até ao Dia 15 de setembro de 1808 ...

Lisboa, 1809 — 1 vol.

A ilha dos mortos — No Panorama, vol. I, n.º 15

Batalha dos Atoleiros — No Panorama, vol. IX, n.º 153

= Revistas, jornaes e Diccionario:

Jornal do Domingo — revista universal — 1881 — 1.º vol.

Panorama — Jornal litterario e instructivo — 1837-1858 — Lisboa

Diccionario Universal Portuguez Illustrado. — Lisboa ... — 4 vol.

III

= Indice A =

	pag.as
Abrilada	XXIII
Academia real d'Historia Portugueza	II
Affonso (D.) Henriques	XVIII
Affonso (D.) IV	XIII
Albuquerque (Affonso d')	III
Amarante (combate da ponte d')	XV
" (2.º conde de)	XV e XVI
Atoleiros (batalha dos)	XX
Beth (ilha de)	XI
Brasil (descuberto do)	XVII
Cabral (Pedro Alvares Cabral)	XVII
Canarias (descuberta das ilhas)	XIII
Castro (D. João de)	VIII e XXV
Catharina (D.), mulher de D. João III	XII
Catharina (S.) do monte Sinai	XIV
Constituição de 1822	VI
Cortes de 1820	XVI
Cunha (D. Nuno da)	XI
Diu (2.º cerco de)	VIII e XXV
Divisão auxiliar á Catalunha	VII
Gama (D. Estevam da)	XIV
Gil Vicente	V
Gôa (2.ª tomada de)	III

Gusmão (P. Bartholomeu Lourenço de), o Padre voador — XXIV
Inquisição (estabelecimento da) — V
João (D.) I — X e XX
João (D.) I (casamento de) — X
João (D.) III — XII
João III (casamento do D.) — XII
João IV (D.) — I
João V (D.) — II e XXIV
João VI (D.) — VI, VII, IX, XIX, XXIII
João VI (Fugida para o Brasil de) — IX
Joaquina (D. Carlota) — VII e XXIII
Junot (Invasão de) — IX
Leonor (D.) – 3ª mulher de D. Manuel — XII
Loulé (Assassinato do Duque de) — XXIII
Maçonaria — XIX
Manuel (D.) — XII
Maria I (D.) — IX
Mascarenhas (D. João de) — VIII
Massena (marechal) — XXII
Miguel (D.) — IV e XXIII
Ney (marechal) — XXII
Nun'alvares — X e XX
Ramalhão (desterro do) — VI
Redinha (acção da) — XXII
Rego (D. Luis do) — XV
Regras (João das) — XX
Restauração de 1640 — I
Rosa Coelho (José Joaquim da) — IV

Santarem (tomada de) XXVIII

Saldanha (marechal duque de) XXI

Terceira (duque da) IV

Villa da Praia (victoria da) IV

Villa-Real (proclamação do regimen absoluto em) XV

Wellington (duque de) XXII

IV

= Indice B =

1147
A Tomada de Santarem — XVIII
1345
D. Affonso IV e as ilhas Canarias XIII
1384
Atoleiros (batalha dos) XX
1387
Casamento de D. João I X
1500
Partida de Pedro Alvares Cabral XVII
1510
Tomada de Goa por Affonso d'Albu=querque (2ª vez) III
1525
D. João III e o casamento XII
1531
Gil Vicente e a Inquisição V
1531
A ilha dos mortos XI
1541
A viagem do monte Sinai XIV
1546
O segundo cerco de Diu VIII

1547
As barbas do Viso-Rey XXV
1640
A Restauração I
1709
A primeira ascenção do padre Voador,
(Bartolomeu de Gusmão) XXIV
1720
A Academia real d'Historia Portu-
gueza II
1795
A Divisão auxiliar portuguesa nas
campanhas do Roussilon e da
Catalunha VII
1807
Fugida de D. João VI para o Brazil IX
1811
A acção da Redinha XXII
1818
D. João VI e a "pedreirada" XIX
1821
O brigadeiro Saldanha no governo do
Rio Grande do Sul XXI
1822
O desterro do Maranhão VI
1823
O conde d'Amarante e o absolutismo XV
1823
O conde d'Amarante e as côrtes de Vin=

Idē (1820) XVI

1824

A abrilada XXIII

1829

Victoria da Villa da Praia IV

V

= Indece C =

Janeiro:

26 = 1531 = Gil Vicente e a Inquisição

Fevereiro:

2 = 1531 = A ilha dos mortos
5 = 1525 = D. João III e o casamento
12 = 1345 = D. Affonso IV e as ilhas Cana-
rias.
14 = 1387 = Casamento de D. João I
19 = 1541 = A viagem do monte Sinai
23 = 1823 = O conde de Amarante e o abso-
lutismo.

Março:

5 = 1823 = O conde de Amarante e as cor-
tes de Vinte
9 = 1500 = Partida de Pedro Alvares Cabral
12 = 1811 = A acção da Pedrinha
15 = 1147 = Tomada de Santarem
30 = 1818 = D. João VI e a Pedreirada.

Abril:

6 = 1384 = Batalha dos Atoleiros
13 = 1821 = O brigadeiro Saldanha no Rio
Grande do Sul
16 = 1547 = As barbas do Viso-rey
30 = 1824 = A abrilada

Julho:

19 = 1546 = Segundo cerco de Diu

Agosto:

5 = 1709 = Primeira ascenção do padre Voador
11 = 1829 = Victoria da Villa-da-Praia.

Novembro:

25 = 1510 = Tomada (2ª vez) de Goa, por Albuquerque.
27 = 1807 = Fugida de D. João VI para o Brasil.

Dezembro:

1 = 1640 = A Restauração
4 = 1822 = O desterro do Ramalhão
8 = 1720 = A Academia real d'Historia portugueza.

11 = 1795 = A Divisão auxiliar portugue-
sa nas campanhas do Rous-
silon e da Catalunha.

VI

Indice D

I

No Jornal Torrejano, nº 1051

II

No Jornal Torrejano, nº 1052

III

No Jornal Torrejano, nº 1050

IV

Destinado ao Jornal Torrejano, nº 1035, mas não foi publicado.

V

No Jornal Torrejano, nº 1059

VI

No Jornal da Lousã, nº 101

VII

No Jornal da Lousã, nº 102

VIII

No Jornal Torrejano, nº 1048

IX

No Jornal da Lousã, nº 100

X

No Jornal Torrejano, nº 1060.

XI

No Jornal Torrejano, nº 1061

XII

No Jornal da Lousã, nº 110

XIII

No Jornal da Lousã, nº 111

XIV

No Jornal da Lousã, nº 112

XV

No Jornal Torrejano, nº 1063

XVI

No Jornal da Lousã, nº 115

XVII

No Jornal Torrejano, nº 1065

XVIII

No Jornal Torrejano, nº 1066

XIX

No Jornal Torrejano, nº 1068

XX

No Jornal Torrejano, nº 1069 × Com omissão

XXI

No Jornal Torrejano, nº 1070

XXII

No Jornal da Lousã, nº 120, devendo ter sido no nº 115

XXIII

Não foi publicado

XXIV

No Jornal Torrejano, nº 1071

XXV

No Jornal da Lousã, nº 121, devendo ter sido o nº 120.

VII

Indice E
(ordem por que foram escriptos)

= 1904 =

agosto = 5 : Victoria da Villa da Praia.
novembro = 3 : O segundo cerco de Diu
" = 18 : Tomada de Goa por Affonso d'Albuquerque
" = 24 : Fugida de D. João VI para o Brasil
" = 26 : A restauração
" = 29 : O desterro do Ramalhão
dezembro = 2 : A academia real d'historia portugueza
" = 5 : A divisão auxiliar nas campanhas do Roussillon e da Catalunha.

= 1905 =

janeiro = 19 : Gil Vicente e a Inquisição
" = 22 : Casamento de D. João I
" = 29 : A ilha dos mortos
" = 31 : D. João III e o casamento.

janeiro = 31	: D. Affonso IV e as ilhas Canarias.
fevereiro = 2	: A viagem do monte Sinai
" = 16	: O conde d'Amarante e o absolutismo
março = 1	: O conde d'Amarante e as cortes de Vinte
" = 3	: Partida de Pedro Alvares Cabral.
" = 7	: A acção da Redinha
" = 10	: A tomada de Santarem.
" = 22	: D. João VI e a "Fabreirada"
" = 24	: Batalha dos Atoleiros
" = 25	: A abrilada
abril = 4	: A primeira ascenção do Padre Voador.
" = 6	: O brigadeiro Saldanha no governo do Rio Grande do Sul.
" = 9	: As barbas do Vice-rei.

= Indice =

	A quem ler	VI
I	– 1 de dezembro de 1640 = A restauração	1
II	– 8 de dezembro de 1720 = A Academia real d'Historia Portugueza	8
III	– 25 de novembro de 1510 = Tomada de Goa por Af.º d'Albuquerque (2.ª vez)	16
IV	– 11 de agosto de 1829 = Victoria da Villa da Praia, nos Açores	23
V	– 26 de janeiro de 1531 = Gil Vicente e a Inquisição	29
VI	– 4 de dezembro de 1822 = O desterro do Ramalhão	37
VII	– 11 de dezembro de 1795 = A divisão auxiliar portugueza, nas campanhas do Roussillon e da Catalunha	46
VIII	– 19 de junho de 1546 = O segundo cerco de Diu. – O primeiro assalto	54
IX	– 27 de novembro de 1807 = Embarque	

	de D. João VI para o Brasil	62
X	14 de fevereiro de 1387 = Casamento de D. João I e Filipa de Lencastre	69
XI	2 de fevereiro de 1531 = A Ilha dos mortos	78
XII	5 de fevereiro de 1525 = D. João III e o casamento	87
XIII	12 de fevereiro de 1345 = Affonso IV e as ilhas Canarias	95
XIV	19 de fevereiro de 1541 = A viagem do monte Sinai	104
XV	23 de fevereiro de 1823 = O conde de Amarante e o absolutismo	112
XVI	5 de março de 1823 = O conde de Amarante e as cortes de Vinte	121
XVII	9 de março de 1500 = A partida de Pedro Alvares Cabral	130
XVIII	15 de março de 1147 = A tomada de Santarem	138
XIX	30 de março de 1818 = D. João VI e a Jedreirada	148
XX	6 de abril de 1384 = A batalha dos Atoleiros	157
XXI	13 de abril de 1821 = O brigadeiro João Carlos de Saldanha no governo do Rio Grande do Sul	171
XXII	12 de março de 1811 = A acção da Re-	

	Dia Dieta	180
XXIII	30 d'abril de 1824 = A abrilada	188
XXIV	5 d'agosto de 1709 = A primeira ascenção do padre "Voador"	199
XXV	16 d'abril de 1547 = As barbas do Viso-Rey	208
	Appendice:	
	I = Additamentos	219
	II = Bibliographia	221
	III = Indice A	231
	IV = Indice B	234
	V = Indice C	237
	VI = Indice D	240
	VII = Indice E	242

Este volume foi escripto desde o mez de janei-
ro de 1905 até agora. Em Coimbra = Coim-
bra, 4 de março de 1906 = Belizário Pimen-
ta =

[Na casa n.º 7 da rua de
Thomar, no novo bair-
ro de Santa Cruz]

DA UNIVERSIDADE